

A large, light grey, stylized graphic of a wheel or gear, centered on the page and partially obscured by the blue title bar.

Relatório Anual

2012

Grupo Media Capital, SGPS, S.A.

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	3
Mensagem da Administradora Delegada	5
Relatório de Gestão	7
Televisão	16
Produção Audiovisual	31
Música e Entretenimento	40
Rádio	43
Internet	48
Responsabilidade Social	53
Disposições Legais	65
Governo da Sociedade	70
Contas Consolidadas	132
Contas Individuais	196
Certificação Legal de Contas Consolidadas	
Certificação Legal de Contas Individuais	
Relatório da Comissão de Auditoria	

CARTA DO PRESIDENTE

Ao longo dos últimos anos, o contexto económico em Portugal e na Europa tem sido marcado por sucessivos períodos de turbulência, com consequências diretas nos setores público e privado, tanto ao nível do consumo, que tem registado uma contração ímpar, como do endividamento, cujos níveis e custos escalaram de uma forma sem precedentes.

O ano de 2012, para além de ter confirmado as perspetivas mais negativas, viu estes efeitos acentuarem-se, estendendo-se a economias que, pela sua dimensão, não tinham ainda refletido de forma tão evidente esta situação.

Acompanhando esta tendência, o mercado publicitário em Portugal – depois de em 2011 ter caído para o valor mais baixo em mais de uma década – voltou a contrair na ordem dos 18%.

Não obstante este cenário, o Grupo Media Capital tem conseguido alcançar performances assinaláveis nos setores onde opera, dando provas de uma enorme capacidade de adaptação, tenacidade e inovação, factos que devem acima de tudo encher de orgulho todos os profissionais que nele trabalham.

Um dos principais reflexos da atitude vencedora do Grupo foi a conquista da liderança de audiências pela Rádio Comercial, um marco histórico para o setor e para a Media Capital Rádios, que reforçou a aposta no seu portfólio de marcas, na sua presença no terreno e no digital, onde regista igualmente audiências líderes.

A TVI manteve a liderança de audiências pelo oitavo ano consecutivo, com especial destaque para a informação que liderou nos principais horários de uma forma consistente desde o primeiro trimestre de 2012, tendo a oferta do melhor da ficção nacional e do entretenimento registado os já habituais elevados níveis de aceitação junto do público. De louvar também o comportamento da TVI24, que registou o seu melhor ano de sempre, a expansão da TVI Internacional para novos mercados e plataformas, o lançamento de novos canais – TVI Ficção e o +TVI (este já no início de 2013) – e, não menos relevante, o aumento da presença dos conteúdos da estação nos meios digitais, para novas plataformas e suportes, com novas e inovadoras soluções interativas. Também o esforço na captação de novas receitas e na otimização de processos tiveram um impacto positivo na performance da TVI no ano transato.

Mantendo-se como a grande referência na produção audiovisual em Portugal, a Plural Entertainment continuou a produzir conteúdos líderes e diversificados, ao mesmo tempo que as suas atividades de prestação de serviços técnicos (através da EMAV) e de construção de cenários (através da EPC) reforçaram a sua presença e reconhecimento a nível internacional. No âmbito da produção, destaque

ainda para a entrada da empresa no mercado da produção para cinema, com um filme que se tornou no terceiro filme português mais vistos dos últimos 10 anos.

No que respeita ao Entretenimento, a atividade de eventos reforçou-se e diversificou-se, abrangendo novas áreas, esperando-se que os resultados positivos desta aposta se mantenham ao longo de 2013. A mesma performance positiva é esperada para a atividade da Media Capital Digital, que registou durante 2012 uma forte dinâmica na criação de soluções de comunicação interativas e inovadoras em diversas plataformas e suportes, que levaram os conteúdos do Grupo a novos mercados e consumidores.

O corrente ano de 2013 apresenta novos desafios, fruto das permanentes mudanças nos hábitos de consumo dos espectadores, ouvintes ou utilizadores, das necessidades dos anunciantes, das condicionantes e oportunidades do mercado, ou das rápidas mudanças tecnológicas. A equipa que gere o Grupo Media Capital, os seus diretores e todos os colaboradores já deram provas da sua competência, proatividade, espírito de sacrifício e persistência, características que irão ser fundamentais para continuar na linha frente do mercado de media em Portugal.

A todos os que trabalham na Media Capital, quero deixar o meu reconhecimento e agradecimento pelo trabalho desenvolvido e reforçar a minha inteira confiança de que tudo farão para prosseguir o caminho do sucesso que nos conduziu até aqui.

Miguel Maria de Sá Pais do Amaral
Queluz de Baixo, Fevereiro, 2013

CARTA DA ADMINISTRADORA DELEGADA

A melhor maneira de enfrentar um desafio é considerá-lo como uma boa oportunidade. É isso que fez toda a equipa do Grupo Media Capital durante 2012 e foi por isso que conseguimos manter e reforçar a nossa liderança, a nossa qualidade e a nossa oferta, num ano particularmente difícil dadas as condicionantes económicas do mercado.

O futuro da Media Capital depende da nossa capacidade de reagir aos desafios do presente, mas também de desenhar o futuro. Ninguém sabe verdadeiramente qual é o futuro para o setor de atividade em que estamos inseridos, tal a velocidade de mudança que o mesmo vive quase diariamente. Mas temos de continuar a descobrir oportunidades nesta contínua aceleração tecnológica, de continuar a diferenciar-nos pelas propostas apresentadas e pela credibilidade das mesmas, pela inovação. Temos de continuar a surpreender o mercado, os nossos espectadores, ouvintes e utilizadores, porque o ADN da Media Capital é a criatividade e o grande valor dos nossos conteúdos.

Apesar de termos conseguido afirmar pelo oitavo ano consecutivo a liderança da TVI, de termos alcançado a liderança na rádio portuguesa através da Rádio Comercial, de termos continuado a inovar no setor multimédia, de termos conseguido impor a TVI24 como uma alternativa forte e credível, de termos conseguido continuar a produzir a melhor ficção portuguesa, de termos aumentado a nossa presença no Cabo, de termos afirmado o jornalismo de qualidade como alicerce de todo este projeto. Apesar de tudo isto, o futuro não é um dado adquirido mas deve, pelo contrário, ser conquistado a cada dia. Vai obrigar-nos a correr riscos, a agir, a perseguir a excelência em tudo o que fazemos.

Foi assim que, no passado, construímos a nossa identidade, a nossa marca. Foi assim que conseguimos superar os momentos de incerteza económica que limitou o nível de investimento publicitário. Terá de continuar a ser assim no futuro.

Os resultados de 2012 refletem o forte compromisso de todos os profissionais da Media Capital com as medidas de austeridade e inovação implementadas, que resultam do forte ciclo recessivo que Portugal e Europa estão a enfrentar. Só com muito rigor e uma correta interpretação das nossas prioridades foi possível chegar onde chegámos.

A dedicação, disponibilidade e comprometimento de todos os profissionais da Media Capital foram decisivos para os bons resultados alcançados em 2012. Houve um enorme esforço a nível da contenção de custos e dos ganhos de eficácia que têm vindo a ser obtidos nas diversas empresas do Grupo, fruto de um modelo de negócio que soube adaptar-se sem medo às mudanças e aos desafios.

De salientar que, no esforço generalizado na redução de custos, quer seja na produção audiovisual, quer na área digital ou na rádio, a qualidade nunca foi comprometida.

Foi reforçada a aposta e o compromisso com a ficção em língua portuguesa, mesmo que isso tivesse implicado custos mais elevados do que aqueles que teríamos comprando produtos semelhantes fora, mas a Media Capital acredita em Portugal e nos seus atores.

É com este espírito de trabalho, humildade e liderança que vamos encarar o futuro, com a confiança na recuperação do setor audiovisual nos próximos anos e acreditando que a Media Capital tem toda a capacidade para sair reforçada da atual crise.

O ano de 2013 vai encontrar-nos preparados e determinados para o enfrentar. Vamos continuar o nosso esforço de internacionalização a nível da ficção em língua portuguesa e espanhola, prosseguir a afirmação das rádios como projeto líder em Portugal, encontrar alternativas à publicidade tradicional para os nossos clientes e parceiros, manter a TVI como a televisão preferida dos portugueses e reforçar a presença da TVI 24, da TVI Ficção, do +TVI e de novos canais nas plataformas do Cabo. Tudo isto sem deixar de aspirar a ter os sites mais visitados e chegar aos cidadãos através das plataformas que eles escolham.

Tenho a certeza de que o futuro se constrói hoje e depende do empenho de todos os profissionais da Media Capital. E estou confiante de que estamos preparados para crescer e abraçar novos e importantes desafios.

Rosa Cullell

Queluz de Baixo, Fevereiro, 2013

A large, light gray, stylized wheel logo is centered on the page. The wheel has a central hub and several spokes radiating outwards, forming a circular shape. The logo is partially obscured by a dark blue horizontal bar that spans the width of the page.

Relatório de Gestão

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, apresenta o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2012. Ao abrigo do número 6 do art.º 508.º – C do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração decidiu apresentar um Relatório de Gestão único, sendo aqui cumpridos todos os preceitos legais exigidos.

RELATÓRIO DE GESTÃO ÚNICO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONTAS DO ANO: 2012

INTRODUÇÃO

A sociedade Grupo Media Capital, SGPS, S. A. (“Empresa”, “Sociedade”, “Media Capital”, “Grupo Media Capital” ou “Grupo”) tem como único investimento, uma participação de 100% na MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. (“MEDIA GLOBAL”). Através desta participação a Empresa detém, indiretamente, participações nas empresas indicadas nas Notas 4 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012.

As designações completas das empresas incluídas neste relatório têm a devida correspondência no referido anexo às demonstrações financeiras consolidadas, que são parte integrante do Relatório e Contas da Empresa.

ESTRUTURA DO GRUPO MEDIA CAPITAL

O Grupo Media Capital é atualmente o maior grupo de comunicação e entretenimento em Portugal em EBITDA (resultado operacional acrescido de amortizações e provisões do exercício) e Resultados Líquidos, com uma forte presença nos principais segmentos de media e produção de conteúdos audiovisuais. A sua estrutura operacional reflete esta abrangência e é por isso que o seu modelo organizacional tem um sentido horizontal, estando a sua atividade estruturada em seis áreas de negócio distintas e numa Unidade de Serviços Partilhados (a “ONE”) que centraliza todas as funções administrativas (como os recursos humanos, contabilidade, gestão financeira e de tesouraria e compras) e serve as restantes empresas do Grupo.

A sua estratégia de liderança assenta numa base de qualidade, credibilidade e independência e num compromisso com o desenvolvimento da informação, cultura e entretenimento em Portugal, tendo como referência os interesses e preferências dos consumidores e anunciantes.



Adicionalmente, faz ainda parte do Grupo Media Capital a empresa participada Publipartner, cuja missão é a de promover parcerias com outras empresas, para utilizar as suas capacidades de criação e gestão de marcas e de media e assim captar receitas adicionais para o Grupo.

Em termos de reporte financeiro, a estrutura adotada inclui quatro áreas de negócio principais:

Televisão (que agrupa a TVI e a Publipartner), Produção Audiovisual, Entretenimento (que inclui as atividades de cinema, vídeo, música e eventos musicais do Grupo) e Rádio, estando as restantes empresas e negócios agrupadas num segmento separado. Esta estrutura de reporte tem como finalidade facilitar a avaliação e visibilidade das diferentes áreas de negócios onde a Empresa está presente, levando em conta a dimensão e as relações e sinergias existentes entre as empresas de cada segmento.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O ano de 2012 confirmou as perspetivas negativas para a economia europeia, com especial enfoque nas zonas económicas mais maduras. À semelhança dos anos anteriores, a causa principal continua a concentrar-se no elevado endividamento, privado e público, destas economias e de outras satélite, resultando em défices externos em níveis sem paralelo histórico.

Em concreto na zona euro, os principais desequilíbrios, que em 2011 eram mais evidentes em economias de menor dimensão, tornaram-se em 2012 também evidentes em economias já com peso mais elevado, de que são exemplo Itália e Espanha. Na maioria das economias com problemas, ao

endividamento elevado junta-se outra problemática que dificulta a resolução rápida da primeira. Referimo-nos aos excessivos défices públicos primários. Esta perigosa mistura continuou a resultar numa descredibilização dos mercados financeiros relativamente à sustentabilidade deste modelo de desenvolvimento. Como consequência, os prémios de risco continuaram elevados, com os custos de refinanciamento a manterem-se em níveis impensáveis há alguns anos atrás, por sua vez agravando de novo a questão de sustentabilidade financeira dos países já debilitados.

Como facto a matizar esta tendência tivemos a alteração do Governador do Banco Central Europeu (BCE), com o novo responsável a ter uma mensagem inédita, dando conta da disponibilidade do BCE em ser muito mais proativo nos mercados secundários com vista a garantir a estabilidade financeira ao nível da zona euro. Não obstante as questões que tal postura do BCE pode colocar (ao nível da sua independência, e dos próprios incentivos que poderá implicar em termos das políticas de estabilização que os países em dificuldade terão de tomar), tal movimento permitiu uma redução de prémios de riscos face aos níveis até então verificados.

Numa economia aberta como a portuguesa, e que exhibe sobremaneira os desequilíbrios acima assinalados, o esforço colocado na redução do défice orçamental, do lado da receita e da despesa, persistiu tendo-se inclusivamente intensificado, acabando por ser inevitavelmente inibidor para o crescimento económico num horizonte temporal próximo, embora no plano teórico possa criar as bases para um crescimento sustentável a prazo.

É nesse sentido que vão as últimas projeções económicas, com o Banco de Portugal a apontar, no seu boletim económico de inverno, para uma queda real do PIB de 1,9% em 2013, afetado por um consumo privado a recuar 3,6%, o consumo público a baixar 2,4% e o investimento 8,4%. Já para 2014, a mesma entidade aponta para um crescimento marginal do PIB de 1,3%, embora saliente os vários riscos subjacentes à previsão e que são, na sua maioria, no sentido descendente.

Evolução do Mercado Publicitário

Acompanhando a tendência verificada no contexto económico geral, o mercado publicitário de agências e antes de *rappel* registou uma nova contração em 2012 (18%, 6pp mais acentuado que no ano anterior). Esta queda afetou todos os meios, à exceção da Internet que cresceu cerca de 7% e da TV por subscrição que registou um aumento marginalmente superior a zero. Ambos os segmentos viram a sua quota no total de investimento captado aumentar para 8% (+2pp e +1pp para, respetivamente, internet e TV por subscrição).

Nos restantes setores, o ano foi especialmente penalizador para o segmento de Imprensa, que registou uma quebra aproximada de 24%, com a percentagem de quebra a ser ligeiramente superior no caso da imprensa não diária.

No que respeita aos segmentos nos quais o Grupo está presente, a Televisão em aberto terá recuado cerca de 20%, que levou a uma perda de 1pp na quota do investimento captando, situando-se não obstante nos 50%. Por seu lado, o Rádio, contrariando a tendência dos últimos anos, caiu cerca de 11% mantendo, ainda assim, a sua quota no total do investimento (7%).

O segmento Exterior foi fortemente penalizado em 2012, perdendo 2pp de quota e caindo cerca de 27%, queda esta ligeiramente superior à do segmento Cinema que, mantendo a tendência dos últimos períodos analisados, voltou a recuar.

Não obstante a quebra, pelo 5º ano consecutivo, do investimento publicitário do mercado, não se prevê que 2013 possa vir a ser um ano de recuperação, sendo todavia previsível que a variação que se possa vir a registar tenha uma amplitude inferior à verificada em 2012. Ainda assim, o contexto económico pouco favorável que se prevê para 2013, apresenta riscos que podem agravar ainda mais as condições de mercado e, por conseguinte, o investimento publicitário das empresas.

PRINCIPAIS FACTOS EM 2012

- O **EBITDA** do Grupo Media Capital atingiu € 41,2 milhões em 2012 (+44% face a 2011).
- A **margem EBITDA** atingiu os 22,3%, verificando-se uma melhoria em 9,6pp, como resultado de uma redução acentuada dos custos operacionais (-27%).
- Segundo dados da Marktest/Kantar Media, a **TVI** manteve a liderança de audiências em televisão, registando uma média de quota de audiência ao longo do ano de 26,7% e de 30,1%, no total do dia e no horário nobre, respetivamente. A TVI continua a apostar nos melhores conteúdos, tendo lançado os canais TVI Ficção, S. Story 3 no TVI Direct, bem como o +TVI (2013). O segmento de Televisão obteve em 2012 um EBITDA de 35,1 milhões (margem de 24,8%), +2% vs 2011.
- A atividade de **Produção Audiovisual** obteve uma margem de 7,1, com um EBITDA de € 3,7 milhões. A atividade de prestação de serviços e aluguer de meios técnicos ganhou dimensão internacional, com trabalhos em França, Espanha, Polónia e Ucrânia. A prestação financeira da Plural coloca-a entre as maiores produtoras a nível Ibérico.

- O EBITDA do segmento de **Rádio** ascendeu a € 3,0 milhões em 2012, com uma margem de 21,3%. Depois de ter atingido pela primeira vez na sua história a liderança no segundo trimestre, a Rádio Comercial reforçou esse posicionamento nos trimestres subsequentes, com uma audiência acumulada de véspera de 15,4% nos três últimos meses do ano (quase 1,3 milhões de ouvintes) e um crescimento de 43% face ao período homólogo. O conjunto das rádios do Grupo atingiu de novo o nível de audiência mais elevado de sempre em 2012 (21,5% vs 18,7% em 2011), o mesmo valendo para a quota de audiência (31,0% vs 27,5% em 2011).
- Na área **Digital**, o ano de 2012 foi particularmente fértil em novidades, destacando-se entre outros: (i) o rebranding (de MCM para MCD); (ii) a parceria celebrada com o MSN - disponibilização dos vídeos da TVI e TVI24 no portal MSN; (iii) o portal IOL; (iv) o IOL Push - serviço que entrega a melhor seleção de notícias do dia; (v) novos sites TVI24, Secret Story 3 e Agencia Financeira, entre outros. A MCD reforçou a sua oferta numa multiplicidade de plataformas e dispositivos.

BREVE ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

No ano de 2012 o Grupo Media Capital registou um total de proveitos operacionais consolidados de € 184,3 milhões.

O EBITDA consolidado do Grupo melhorou 44% para os € 41,2 milhões, com a margem a melhorar 9,6pp para 22,3%, mercê de uma forte redução dos custos operacionais. Mesmo excluindo o impacto da imparidade do *goodwill* registada no ano passado (€ 9.750 milhares), a variação do EBITDA teria sido positiva em 7%. Adicionalmente, excluindo em ambos os anos as indemnizações verificadas (€ 0,9 milhões em 2012 e € 3,7 milhões em 2011), o EBITDA passaria de € 42,0 milhões em 2011 para € 42,1 milhões em 2012.

O resultado operacional (EBIT) consolidado atingiu os € 29,7 milhões, enquanto o resultado líquido do exercício foi de € 11,9 milhões, não obstante os maiores encargos financeiros (juros suportados) face ao ano anterior.

Na evolução do total de proveitos consolidados, os proveitos de publicidade recuaram 19%, situação que ocorreu devido ao peso do segmento de Televisão, no qual a publicidade recuou 22%. No segmento de Rádio verificou-se uma subida (+2% de variação para a globalidade do ano), ao passo que o segmento Digital e Outros ficou 8% abaixo do ano transato.

Os outros proveitos recuaram 16% relativamente ao ano anterior, com o impacto a advir sobretudo dos segmentos de Produção Audiovisual e Entretenimento, que não foi compensado pelo bom comportamento do segmento de Televisão.

Em relação aos custos operacionais, verificou-se um decréscimo de 27%, como resultado (i) da imparidade do *goodwill* registada em 2011 no valor de € 9.750 milhares; (ii) dos menores proveitos nos segmentos de Produção Audiovisual e Entretenimento; mas também (iii) dos significativos ganhos de eficiência que têm vindo a ser obtidos nos diversos segmentos de atividade e centralmente. Excluindo o impacto do *goodwill*, ainda assim os custos operacionais teriam registado um excelente desempenho, com uma queda de 23% para a totalidade do ano.

Os resultados financeiros foram de € - 9,7 milhões (vs € -6,5 milhões em 2011). O principal fator para esta evolução é exógeno ao desempenho do Grupo, estando relacionado com o aumento do custo de financiamento, em virtude da expansão de *spreads* que foi transversal nos mercados financeiros durante o ano em análise.

O resultado líquido atingiu os € 11,9 milhões, que compara com € 1,2 milhões em 2011, como consequência da evolução da atividade operacional e financeira, bem como da imparidade de *goodwill* registada em 2011.

EVOLUÇÃO ESPERADA DA ATIVIDADE EM 2013

As previsões de contração da procura interna, motivadas pelo aumento relevante de carga fiscal e aumento da taxa de desemprego, deixam poucas dúvidas relativamente a uma evolução negativa do mercado publicitário. A questão fundamental prende-se com a dimensão da mesma.

Neste enquadramento, e à semelhança dos anos anteriores, a TVI continuará a proteger os horários de maior rentabilidade, mantendo em simultâneo um rigoroso controlo de custos quer ao nível da programação quer ao nível da estrutura. A exploração de receitas que não publicidade tradicional continuará a ser crítica (caso por exemplo do +TVI, lançado já em janeiro de 2013), sempre com o objetivo último de liderança na qualidade e na rentabilidade. A entrada da TVI em novas plataformas, a sua manutenção como estação líder e de referência no mercado nacional, assim como uma tónica muito importante na oferta não linear e na interatividade como formas de fidelização e monetização adicionais, serão uma realidade reforçada ao longo de 2013. O aumento da presença internacional dos conteúdos da TVI – através da entradas dos canais em novos países e plataformas de distribuição ou da venda de conteúdos – é, também, uma das apostas ao longo de 2013.

No segmento da produção audiovisual, o esforço efetuado pelo Grupo em Portugal ao nível da concentração dos centros de produção, meios técnicos e cenários permite perspetivar melhorias de eficiência relevantes, permitindo baixar custos, ao mesmo tempo que a qualidade e tempo de execução também saem beneficiados. Simultaneamente, o investimento efetuado no que concerne aos meios técnicos e a reorganização dos mesmos dentro do Grupo, permitem acentuar os ganhos referidos. Ao nível da produção internacional, o grupo encontra-se agora melhor apetrechado para explorar os mercados de língua portuguesa e espanhola, mas não só, esperando-se neste prisma novos desenvolvimentos que deverão passar pelo estabelecimento de parcerias, como forma de aumentar rapidez, capilaridade e mitigar risco. Neste enquadramento, a Plural surge em 2013 munida de características que lhe permitem estar nos mercados nacionais e internacionais com uma relação preço/qualidade ainda mais competitiva.

Na Rádio, depois de um ano em que o conjunto das rádios da MCR bateu de novo recordes de audiências (impulsionados, essencialmente, pela Rádio Comercial) e registou uma performance comercial bastante positiva face ao comportamento do mercado no setor, os objetivos para 2013 passam por manter a liderança atingida em 2012 com a Rádio Comercial e reforçar os restantes formatos, sempre tendo em conta as necessárias adaptações ao novo painel de audiências que se avizinha. Pretende-se também, de uma forma transversal para todas as rádios, manter a aposta feita em novas oportunidades de negócio e soluções de mercado, através do reforço da presença digital e no terreno junto do público nos grandes eventos e festivais musicais mais marcantes do panorama nacional.

No caso da MC Entertainment, é expetável que o mercado de venda física de música continue a reduzir-se. Nesse sentido, e percebendo o Grupo que o valor do negócio da música está cada vez mais numa abordagem 360º com os artistas, a Media Capital apostará em fontes de receitas emergentes, com destaque para eventos, agenciamento, patrocínio, direitos conexos e vendas digitais.

Na área de atuação da Media Capital Digital, e não obstante a envolvente económica negativa, as perspetivas são de um aumento da sua dimensão relativa face à generalidade dos outros media. Nesse sentido, e tendo em atenção a crescente importância do consumo de conteúdos em múltiplas plataformas, interfaces e de diferentes maneiras (linear, não-linear, móvel, vários média em simultâneo), é estratégico para o Grupo estar na linha da frente destes desenvolvimentos e capitalizar a sua já comprovada capacidade inovação.

Por fim, importa no entanto referir que o grau de incerteza a nível macroeconómico, bem como algumas alterações estruturais porque passa a indústria dos media, dificultam de forma acrescida qualquer tipo de projeção.



Televisão

INTRODUÇÃO

O segmento de Televisão incorpora a TVI bem como a Publipartner, empresa do Grupo com atividade nas áreas de gestão de marketing e de parcerias, com o objetivo de desenvolver receitas complementares à publicidade, cuja maior parte do investimento publicitário é efetuado na TVI (e noutros meios do Grupo). Por este motivo, as receitas de publicidade do segmento reportado são ligeiramente inferiores às da TVI de forma isolada.

Para além do canal em aberto líder de audiências em Portugal, a TVI conta ainda com os canais TVI24, TVI Internacional e TVI Ficção, lançados, respetivamente, em 2009, 2010 e 2012. Já no início de 2013, foi lançado o canal +TVI.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2012

Em termos de desempenho financeiro, e não obstante o difícil enquadramento económico, o segmento de Televisão viu os seus proveitos operacionais totais recuarem somente 6%. As receitas de publicidade recuaram 22% face ao ano transato. A Media Capital estima que o mercado publicitário em sinal aberto tenha recuado cerca de 20%.

Os outros proveitos no segmento de Televisão subiram 57%. A contribuir para este desempenho é de destacar o incremento de proveitos associados a serviços de multimédia, assim como o registo da mais-valia com a alienação da RETI.

No ano de 2012 os custos operacionais recuaram 9% face ao ano anterior, motivado pelo esforço de poupança generalizado. Sempre com o espírito de manter a qualidade dos seus conteúdos (sendo prova disso mesmo as audiências alcançadas e o desempenho comercial relativo), a TVI reduziu de forma substancial os seus custos de programação, facto especialmente notório ao nível dos conteúdos internacionais (séries e, sobretudo, filmes), assim como de produto nacional (ficção e entretenimento) e informação, não obstante o comparativo negativo no que respeita a diferenças de câmbios e impacto do custo do EURO 2012.

É de salientar que uma componente relevante dos custos de grelha - ficção nacional - corresponde a produção interna ao Grupo (via Plural), que assim retém valor acrescentado do mesmo.

A combinação da evolução dos proveitos e dos custos resultou num EBITDA de € 35,1 milhões, que compara com € 34,6 milhões em 2011 (+2%), com a margem respetiva a passar de 22,8% para 24,8%.

2012 - LÍDER PELO OITAVO ANO CONSECUTIVO

Segundo dados da Marktest/Kantar Media, a TVI continuou a liderar as audiências de televisão na totalidade do dia e nos períodos horários mais importantes, registando uma média de audiência ao longo do ano de 26,7%. Este foi o oitavo ano consecutivo de liderança da estação nas audiências do total do dia.

No conjunto do ano que agora terminou, a segunda posição entre os principais canais generalistas obteve um share de 21,8% e a terceira posição registou 18,6% no mesmo indicador.

Confirmando o que vem acontecendo desde 2001, também no horário nobre de emissão televisiva, entre as 20 e as 24 horas, a TVI foi a estação preferida pelos espectadores portugueses, ao registar um share de 30,1% em total de indivíduos, ou seja 5,6 pontos percentuais acima da estação mais próxima, que obteve 24,5% de share. A terceira posição em horário nobre alcançou 16,7% de quota de mercado.

O conjunto dos canais temáticos distribuídos exclusivamente por cabo ou plataformas similares obteve uma quota de 29,6% no total do dia e em horário nobre este indicador foi de 25,6%.

Tendo liderado em todos os meses do ano, tanto no total do dia como no horário nobre, a TVI registou uma quota média de 30,1% ao longo de 2012, obtendo uma audiência média superior a 1 milhão de espectadores diariamente no prime-time e abrangendo uma grande transversalidade de alvos, com maior expressão na classe média, público feminino e idades até aos 54 anos.

Ao longo de 2012, a audiência total da estação foi de 4,8 milhões de contactos diários, dos quais 3,4 milhões no horário nobre.

Neste ano o melhor dia de semana da estação foi o domingo, dia habitual dos grandes programas de entretenimento, transmissão de jogos de futebol ou outros fortes conteúdos de entretenimento e presença no serviço noticioso das vinte horas do Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Importa destacar que, em relação a 2011, a TVI foi o único canal generalista que aumentou a sua audiência, tanto no total do dia como no horário nobre. Este facto é ainda mais relevando olhando para o consumo total do mercado, onde se verifica que o meio televisão reduziu ligeiramente a sua

penetração, contrariando a tendência do ano anterior. A cobertura média diária do meio TV foi cerca de 7,3 milhões ou seja 77% da população.

PROGRAMAÇÃO

Em 2012 a TVI continuou a ir de encontro às preferências dos portugueses, oferecendo conteúdos relevantes, atuais e de qualidade nas áreas da Ficção - nacional e internacional -, Informação, Desporto e Entretenimento, este último com base em grandes formatos de origem internacional adaptados à realidade portuguesa.

Ficção Nacional

A Ficção nacional permaneceu em 2012 como um dos alicerces da programação da TVI, mantendo-se como o produto regular mais visto no horário nobre e com penetração em múltiplos segmentos da audiência. Nesse sentido, a TVI manteve a sua estratégia de distribuição dos conteúdos de ficção, com a emissão de uma oferta transversal a todos os públicos.

Durante 2012 terminaram as novelas “Anjo Meu” e “Remédio Santo” – nomeada para um Emmy internacional na categoria de “Melhor Novela” –, ambas com excelentes resultados de audiências ao longo de toda a sua emissão, captando mais de 930 mil e 980 mil espectadores diários, respetivamente.

A TVI estreou em 2012 três produtos de ficção longa, dois no horário nobre e um nos finais de dia. Em janeiro, a novela “Doce Tentação”, escrita por Sandra Santos, uma autora da Casa da Criação (da Plural Entertainment) traz uma história apaixonante e fantasiosa que garantiu uma quota de 33,3% ao longo do ano. Com o final de “Anjo Meu”, que registou em 31,8% de quota em 2012, surge a novela “Louco Amor” (maio), da autoria de To Zé Martinho, também com um valor elevado de penetração, com 31,8% de quota de audiência.

No acesso ao horário nobre, a TVI emitiu até setembro a série juvenil “Morangos com a Açúcar” que, ao fim de mais de 2000 episódios, terminou a sua nona e última série, dando lugar a “Doida por Ti”, uma história original da autoria de Maria João Mira e direcionada a um público mais transversal e abrangente que alcançou desde a sua estreia no final de outubro, uma audiência média de 712 mil indivíduos e 23,1% de quota de audiência.

No total, estes produtos de ficção obtiveram no horário nobre um share de 32,4%, ao qual corresponde uma audiência média de 990 mil indivíduos diariamente.

Numa oferta diferenciada, e também com a qualidade de produção garantida pela Plural Entertainment, a TVI exibiu oito telefilmes aos sábados à noite, que obtiveram na totalidade das emissões um share de 25,8% (590 mil espectadores).

Informação e Desporto

O ano de 2012 fica marcado pela liderança, desde fevereiro, da informação TVI nos principais blocos informativos do dia, tendo tanto o “Jornal da Uma” como o “Jornal das 8” liderado de forma clara nos seus intervalos horários, com *shares* de 28,5% (+ 3pp do que em 2011) e 27,1% respetivamente, a que correspondem 577 mil espectadores no caso do “Jornal da Uma” e 981 mil espectadores, para o “Jornal das 8”, que ultrapassou com frequência a barreira do 1 milhão de espectadores. Para além do habitual comentário do Professor Marcelo Rebelo de Sousa aos domingos, o “Jornal das 8” conta ainda, regularmente, com entrevistas conduzidas por Judite de Sousa a proeminentes figuras do panorama político, financeiro, económico e social português, abordando temas relevantes e extremamente atuais no panorama nacional e internacional.

Estes números refletem o reconhecimento do público na aposta feita em 2011 na renovação da oferta informativa da TVI, com uma nova direção de informação, reposicionamento editorial e renovação da linha gráfica, aspetos que contribuíram decisivamente para a boa performance que os espaços informativos da estação registaram.

Na grande investigação jornalística, destaca-se a performance anual de “Repórter TVI” que se manteve com a grande referência da audiência deste género informativo: das trinta e cinco emissões ao longo do ano regista-se uma audiência média de 1,2 milhões de indivíduos e uma quota de 30,5% em total de indivíduos.

No âmbito das grandes entrevistas, destaque para a entrevista feita por Judite de Sousa e José Alberto Carvalho a Pedro Passos Coelho que, com uma audiência média de 1 milhão e 443 mil espectadores (adultos 1,3 milhões de indivíduos), converteu-se na entrevista mais vista do Primeiro-ministro no período de governação atual.

No total a TVI teve, ao longo de 2012, 1600 horas de espaços informativos em grelha.

Em 2012, o bom desempenho da informação da TVI foi também reconhecido pelos profissionais do setor que elegeram José Alberto Carvalho como Personalidade de Media do ano. O prémio foi atribuído pela revista Meios e Publicidade.

Em termos de Desporto, a TVI fechou no primeiro semestre o seu segundo ciclo de oferta das transmissões em canal aberto dos encontros. As dezassete partidas dos jogos da Liga Portuguesa de Futebol transmitidas pela TVI obtiveram um valor médio de 1 milhão e 425 mil consumidores – correspondendo a 40,2% de quota em total de indivíduos. No mês de junho é também de assinalar a presença da Seleção Portuguesa no EURO 2012, um dos maiores eventos internacionais de futebol e do qual a TVI transmitiu 6 jogos, que obtiveram uma audiência média de 1,4 milhões de indivíduos por jogo, correspondendo a um share de 44,3 (53% em masculinos).

Neste ano e também no capítulo do desporto, a TVI garantiu a transmissão exclusiva em sinal aberto para Portugal da Liga dos Campeões (os 6 jogos obtiveram uma média de 39,4% de share) e já no final do ano juntou-se à equipa a transmissão da fase final da Taça da Liga (31,3% de quota e mais de um milhão de espectadores em média para os 4 jogos transmitidos em 2012).

Perto do final do ano, a TVI emitiu dois programas de entrevista e tributo ao treinador português da atualidade com maior notoriedade e reconhecimento transversal: sob o título “O Toque de Mourinho” o dia-a-dia de José Mourinho foi partilhado com todos os portugueses em dois especiais emitidos no horário nobre, que registaram uma audiência média de 1 milhão e cem mil espectadores (26,5% de share).

Entretenimento

No capítulo do Entretenimento, a TVI conseguiu manter durante este ano uma forte adesão dos espectadores relativamente à sua oferta que, a par da continuidade dos conteúdos de entretenimento diário que asseguram uma elevada fidelização do público, nomeadamente de segunda a sexta-feira, criou espaço para produtos diversificados que garantiram picos de liderança de audiências, nomeadamente aos fins-de-semana.

Os grandes formatos de entretenimento estiveram em destaque ao longo de 2012. A grande revelação da primeira metade do ano foi “A Tua Cara Não me é Estranha”, a adaptação de um formato de grande sucesso internacional, o qual também se confirmou junto do público português. Emitidas de janeiro a julho aos domingos à noite, as três séries obtiveram sempre sucesso pleno de liderança e grande transversalidade de públicos (da primeira para a última série respetivamente 51,1%, 50,5% e 46,4% de quota de audiência e médias de cerca de 1,5 milhões de espectadores).

Em setembro, chegou a terceira edição da “Casa dos Segredos – Secret Story III” que, logo na noite de estreia obteve 55,9% de *share* (mais de 1,700 mil espectadores) e se tornou rapidamente num sucesso na internet e redes sociais, alcançando de imediato 2,3 milhões de *pageviews*, mais de 500 mil seguidores no Facebook, mais de 1 milhão de visualizações de vídeo e mais de 1,3 milhões de visitas na

sua aplicação interativa. Ao longo de todas as emissões, destacando-se o domingo como o dia mais forte, o programa obteve uma audiência média de 1,3 milhões de espectadores e um *share* de 42,9%.

A exemplo do que havia sucedido anteriormente com produtos similares, e mantendo a parceria com o MEO, a vida na “Casa dos Segredos” foi acompanhada em direto através do canal interativo, TVI Direct, com transmissão em direto 24h por dia dos acontecimentos da casa. Os seus resultados de audiências ficaram muito além das melhores expectativas. Apesar de estar apenas numa plataforma de distribuição, o canal conseguiu estar de forma regular entre os mais vistos da TV paga. O canal incluía ainda mais interatividade e novos conteúdos o que permitiu ao espectador uma experiência mais interativa e dinâmica. Esta nova edição do *reality show* trouxe ainda novas (e inovadoras, no mercado português) formas de votação através das redes sociais e, para além do canal “Secret Story” na posição 10 do MEO, foi emitida 24 horas por dia também na internet e apps da TVI para iPad e iPhone.

A liderança das audiências das manhãs da semana continua a pertencer a Cristina Ferreira e Manuel Luís Goucha, cujo programa “Você na TV” mostrou-se imbatível e obteve o seu melhor ano, com 30,7% de *share* em média anual (331 mil espectadores).

Nas tardes dos dias de semana, também “A Tarde É Sua”, um programa apresentado por Fátima Lopes e que é uma referência incontornável na linha dos grandes *talk-shows*, dando a conhecer novos protagonistas da sociedade portuguesa, conquistou uma audiência média de 261 mil espectadores, a que corresponde uma quota 21,3%.

Neste ano a TVI reforçou a sua oferta de fim-de-semana com a regularização dos especiais sobre as festas populares que decorrem em todo o país ao longo do ano: dos mais de 30 programas emitidos de “Somos Portugal” em 2012 a média de audiência registada foi de 30,5% com mais de 720 mil espectadores regulares ao domingo à tarde.

Ficção Internacional

Com especial ênfase nas tardes de fim-de-semana, a TVI continuou igualmente a obter uma posição significativa com uma oferta de programação internacional baseada em séries de qualidade e grande cinema. Para um total aproximado de 350 títulos emitidos, a programação de cinema nas tardes de fim-de-semana registou cerca de 440 mil espectadores em média e uma quota de 20%. Os filmes emitidos ao sábado à tarde obtiveram um *share* médio de 19,6% e o cinema emitido ao domingo apresentou uma quota de audiência de 20,5%.

Também aos fins-de-semana, os 26 episódios emitidos aos domingos à tarde da série de ação “Havai – Força Especial” obtiveram uma boa adesão por parte dos espectadores, alcançando um *share* de 25,3%

e uma audiência média de 520 mil espectadores. Estreada no final de 2011, a série “Terra Nova”, uma proposta dramática de ficção científica com produção executiva de uma equipa chefiada por Steven Spielberg, obteve nos quatro episódios emitidos neste ano uma quota de 29,3% (569 mil espectadores).

Durante os dias da semana o destaque na programação internacional vai para “O Rosto da Mentira”, cujos 48 episódios emitidos captaram uma audiência média de 166 mil espectadores (17,4% *share*), “Bons Rapazes”, “Lei e Ordem: Intenções Criminosas” e Apanha-me se Puderem” que conquistaram uma média de, respetivamente, 149 mil, 146 mil e 123 mil espectadores por episódio (*shares* de 16,1%, 16% e 16,5%).

No mês de fevereiro a TVI apresentou, em exclusivo pelo 15º ano, a cerimónia anual de atribuição dos Óscares. Os maiores prémios do cinema conquistaram uma quota de audiência acima dos 50% nos dois segmentos transmitidos antes das duas e trinta da manhã.

TVI24

Em 2012 a TVI24 registou o seu melhor ano desde que iniciou as emissões em fevereiro de 2009, tendo alcançado uma quota média de 1,4% durante o dia, assinalando no horário nobre igualmente uma presença assinalável junto dos consumidores de informação com uma quota similar.

No mês de dezembro a TVI24 registou o seu melhor resultado com uma quota de audiência de 4,6%, fruto sobretudo da contribuição da transmissão do jogo da Taça da Liga que opôs Moreirense e Benfica, o qual obteve uma audiência média superior a 400 mil espectadores de um total de 900 mil que passaram pelo canal.

O crescimento mais forte deste canal registou-se sobretudo a partir do mês de setembro, mês em que a TVI24 obteve pela primeira vez uma audiência total diária superior a 1 milhão de indivíduos, altura em que o canal estreou uma nova grelha, com a entrada dos programas de desporto à volta da Liga dos Campeões, a estreia de “Governo Sombra” e o reforço de posição e reconhecimento de programas como “Olhos nos Olhos”, “Nem Mais Nem Menos”, “Prolongamento” e “Mais Futebol”, bem como um reforço geral claro de linhas de programas de atualidade informativa a horas certas ao longo do dia.

No panorama digital, a oferta reforçada da TVI24 teve igualmente reflexos positivos, com a estação a assumir-se como o principal ecrã multimédia do país. Para além de o *site* tvi24.pt registar números recorde de audiência, os conteúdos em vídeo do canal tiveram forte receptividade junto do público e as

apps para diversos softwares e plataformas registaram igualmente no período em análise números recorde de downloads.

TVI INTERNACIONAL

A TVI lançou o seu canal internacional no dia 30 de maio de 2010. Desde essa data, o melhor da programação da TVI e da TVI24 passou a estar disponível (cabo e satélite) em Andorra, Angola, Moçambique e em Cabo Verde. A sua distribuição é feita em estreita colaboração com alguns distribuidores portugueses que atuam no estrangeiro (Zap, Visabeira, Star Times e CV Multimédia), procurando-se chegar junto de públicos com uma matriz cultural de base em língua portuguesa e também a comunidades portuguesas no estrangeiro.

No último trimestre de 2012, a TVI Internacional conquistou um novo espaço num mercado onde a comunidade lusófona tem forte expressão, o Luxemburgo, passando a fazer parte da oferta básica dos canais da distribuidora (Eltrona) e onde o canal estava já disponível desde 2011. Com este novo passo, a TVI Internacional aumentou a sua cobertura para cerca de 400 mil lares.

Com uma grelha de programação fortemente alicerçada em conteúdos transmitidos em direto e simultâneo com a TVI e TVI24 – como é o caso da informação, dos formatos de entretenimento e *talk shows* – e na ficção nacional, produzida pela Plural, a TVI Internacional coloca à disposição de milhares de espectadores conteúdos líderes, de qualidade reconhecida, emitidos 24 horas por dia e 100% produzidos em português.

TVI FICÇÃO

O TVI Ficção alia o melhor dos conteúdos de ficção da TVI com as novas soluções interativas da plataforma MEO, visando aumentar os níveis de interação junto do público e oferecendo aos espectadores e clientes MEO o acesso a serviços exclusivos. No TVI Ficção destaca-se a possibilidade de compra antecipada de episódios de novelas, a escolha de finais alternativos para as novelas em cada momento no ar na TVI generalista, biografias e entrevistas exclusivas dos atores da TVI, um talk show diário, vídeos de bastidores, culinária servida por atores conhecidos dos portugueses, música e alguns êxitos que fazem parte da história da ficção em Portugal, como *Meu Amor*, *Anjo Selvagem*, *Super Pai*, a série de época *Equador*, além de telefilmes e séries de sucesso. Na grelha de programação do canal, os

espectadores vão poder contar acima de tudo com conteúdos diversificados que pretendem dar a conhecer a linha de produção da ficção nacional e curiosidades de quem protagoniza as histórias que todos os dias os portugueses partilham com a TVI.

Lançado no dia 15 de outubro, em HD e exclusivo no MEO, o canal regista já 0,5% de share.

+ TVI

Já no início de 2013, e seguindo a estratégia de exploração da capacidade do Grupo na criação de conteúdos de qualidade, de forma a aproveitar a cada vez maior procura dos mesmos por parte dos consumidores, bem como a multiplicidade de dispositivos e plataformas através das quais é possível aceder aos conteúdos, a TVI decidiu reforçar a sua oferta com mais um novo canal, o +TVI.

Lançado em exclusivo em HD na plataforma ZON, o +TVI é um canal com forte componente de conteúdos nacionais produzidos pela TVI, bem como alguns formatos de produção internacional e uma linha consistente de produtos produzidos especificamente para o canal. Vocacionado para um público adulto jovem, baseia-se em formatos inovadores e conteúdos interativos, que incluem entretenimento, nomeadamente *talk shows*, *reality shows*, *doc realities*, ficção nacional e internacional, programas musicais, gastronómicos, de viagens, entre outros.

OUTRAS FONTES DE RECEITA

No âmbito das Outras Receitas obtidas pela Estação, salientam-se as receitas obtidas com serviços interativos e multimédia relacionados com concursos e programas incluídos na grelha de programação dos meios de televisão, assim como as receitas provenientes da cedência dos sinais da TVI, TVI24, TVI Internacional e TVI Ficção às diversas plataformas de distribuição de televisão, por cabo, IPTV, satélite e mobile. Estes acordos permitem à TVI reforçar não só a capacidade de produção e desenvolvimento de conteúdos próprios de qualidade e inovadores, como também apostar no lançamento de novos meios de interação com os espectadores, garantindo o acesso aos seus conteúdos em qualquer lugar e a qualquer momento.

Passatempos Interativos

A implementação de soluções de interatividade associada a passatempos em antena, dentro e fora dos programas, junto dos telespectadores, apresenta novamente uma evolução positiva e um contributo relevante para a estação, em 2012.

Da análise e identificação dos fatores estratégicos do negócio, concretizaram-se novos domínios que suportaram novos padrões e modelos de desenvolvimento. O seu potencial refletiu-se numa otimização das soluções existentes, num incremento das ativações e no desenvolvimento de abordagens inovadoras, na maioria bem acolhidas pelos públicos da TVI.

Para esse efeito contribuiu também de forma fundamental a articulação das várias áreas da TVI envolvidas, bem como produtoras, operadores e demais parceiros.

Destaca-se a aposta nos programas de fim-de-semana, o *reality show* “Secret Story – Casa dos Segredos 3”, para além dos eventos especiais TVI que acompanham os telespectadores ao longo do ano.

Licenciamento

As receitas e os projetos de licenciamento da TVI refletiram em 2012 as consequências do contexto da atual conjuntura económica e consequente contenção ao nível dos orçamentos promocionais de marketing.

A marca “Morangos com Açúcar”, uma referência junto do seu público-alvo, foi como habitualmente a marca âncora do negócio, consubstanciada em projetos relacionados com a série e com o filme, cujo objetivo serve simultaneamente a aproximação dos fãs e seguidores aos produtos televisivo e cinematográfico.

A revista Oficial da série, os *workshops* nos períodos de férias escolares, combinando a ocupação de tempos livres com a formação de jovens na dança, canto e representação, as iniciativas associadas a uma marca de refrigerantes, as várias coleções de roupa juvenil lançadas ao longo do ano e os já habituais projetos musicais que este ano tiveram ainda associado o sucesso do CD e DVD “Morangos com Açúcar – O Filme”, entre outros, marcaram mais uma vez a agenda desta área de negócio.

Plataformas e internet

A TVI reforçou em 2012 a sua capacidade de produção e desenvolvimento de conteúdos próprios de qualidade, inovadores, bem como a sua aposta no lançamento de novos meios de interação e contato

com os espectadores, disponibilizando os seus conteúdos e tornando-os mais acessíveis em qualquer lugar e a qualquer hora, abrangendo a quase totalidade dos operadores portugueses, dinamizando novas soluções em canais interativos e lançando novas aplicações para diversos suportes e dispositivos.

Mais uma vez a TVI destacou-se enquanto perscrutora na disponibilização de conteúdos não lineares, de que é exemplo o canal interativo do *reality-show* “Casa dos Segredos – Secret Story III”, que apresenta novas funcionalidades, conteúdos e soluções de interatividade.

Esta experiência televisiva conjugou uma aplicação interativa com o canal 24h, com possibilidades adicionais de acompanhar toda a atividade da casa através da opção multicâmaras que transmitiram em direto das diferentes divisões da casa mais famosa do país e o acesso a um universo de conteúdos extra sobre o *reality-show*, acesso direto à página do Facebook do programa – onde se pôde, pela primeira vez, votar nos concorrentes –, possibilidade de visualização na aplicação de *posts* e comentários, assim como a disponibilização da gravação completa das galas semanais no serviço ‘Passou na TV’ entre outros conteúdos.

A TVI que tem vindo a habituar-nos a uma posição de liderança no mercado televisivo, tanto ao nível dos canais tradicionais, como nas plataformas *online*, regista também excelentes resultados nos seus lançamentos de aplicações apps para iPad e iPhone, em diversos conteúdos, desde a informação, ao desporto e ao entretenimento. O sucesso nas novas plataformas é extensível às *apps* da TVI24 que, fortemente apoiadas em conteúdos vídeo, encabeçaram o *ranking* nacional de apps de informação.

Com esta aposta nos *smartphones* e *tablets*, a TVI fez chegar a informação a cada vez a mais pessoas e mais longe, facto ilustrado, por exemplo, pelos elevados valores de adesão em vários países onde são mais representativas as comunidades portuguesas.

Fruto de um trabalho sustentado de equipa entre a TVI, a Media Capital Digital e os seus parceiros a forte aposta tecnológica da estação refletiu-se também na sua rede de *sites*. Assim, o conjunto de *sites* da TVI, bateu este ano por várias vezes o seu melhor resultado de sempre em termos de visitas, permitindo à TVI consolidar o primeiro lugar entre os *sites* de televisão e aumentar 24% e 83% em visitas e páginas vistas, respetivamente, totalizando nestes indicadores cerca de 100,8 milhões (visitas) e 861 milhões (páginas vistas) em 2012.

Com novos recordes de audiências batidos, o *site* da TVI24, renovado durante o ano, apresenta o melhor da informação da TVI aliado a um design atrativo e a uma navegação muito intuitiva e flexível. Acompanhando os vários acontecimentos que marcam a atualidade informativa do país e do mundo, o novo *site* altera-se de forma mais dinâmica e permanente ao longo do dia.

Destaque ainda para a expressão do vídeo consumido *online*. Entre vídeos de momentos de programas, peças de informação e programas completos, os sites da TVI contaram com cerca de 100 milhões de visualizações.

Relativamente à presença da estação nas redes sociais, a TVI é líder incontestada no universo das televisões nacionais, salientando-se a forte presença dos seus programas, apresentadores e marcas de referência no Facebook, com mais de 20 páginas geridas diariamente e que contam no seu total com mais de 2.000.000 de fãs.

Com uma base de utilizadores cada vez mais alargada, a TVI mantém definida uma estratégia e objetivos que visam melhorar a sua oferta e atingir maior interatividade, maior eficiência e maior rentabilidade de acordo com as várias tendências e desafios que a própria dinâmica e evolução colocam ao nível da internet, das redes sociais e dos telespectadores.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A tecnologia desempenha um papel crescente na cadeia de valor dos grupos de media modernos e a sua evolução, acelerada e constante, coloca desafios permanentes a todos os profissionais do setor. Aos criativos, pede-se capacidade de inovar e surpreender audiências. À tecnologia, a capacidade de transformar ideias em realidades palpáveis, permitindo aos utilizadores escolher os conteúdos que pretendem, onde e quando quiserem.

Conhecedora desta realidade, a TVI tem vindo a investir não só na evolução dos seus sistemas de forma a torná-los, cada vez mais, em soluções integradas de planeamento, produção e emissão de conteúdos para multiplataformas, como também na aquisição das competências internas necessárias, mantendo-se assim na vanguarda das soluções de tecnologias de informação, procurando responder e antecipar-se aos desafios do mercado.

PROJETOS DE ÂMBITO SETORIAL

Durante o ano de 2012, a TVI participou na definição das políticas e medidas governamentais, legislativas e regulamentares com impacto sobre o seu setor de atividade, designadamente através da

contribuição para a tomada de posições públicas e da resposta a consultas públicas desencadeadas mediante iniciativa das entidades reguladoras, do próprio Governo ou da Comissão Europeia.

A TVI participou em algumas delas, prestando o seu contributo através da Confederação Portuguesa de Meios de Comunicação Social (CPMCS) e da Associação Europeia de Televisões Comerciais (ACT), entidades de natureza associativa de que faz parte - e que representam, respetivamente, os interesses da indústria dos meios de comunicação em Portugal e as empresas de televisão comercial europeias - as quais são regularmente ouvidas previamente à adoção de quaisquer atos normativos ou comunicações públicas, ou acompanham por iniciativa própria os procedimentos legislativos e regulamentares, no sentido de transmitirem aos decisores administrativos o sentimento dos setores e das empresas representadas.

Auto-Regulação

No capítulo da Auto-Regulação, importa salientar a iniciativa de implementar a nova Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a pedido (LTVSAP), Lei n.º 8/2011 de 11 de abril, que transpõe a Diretiva 2010/13/UE, acima referida, através de um sistema inovador de sinalética, o qual permite cumprir as obrigações de identificação/separação estipuladas na lei, que foi muito bem aceite pelo Regulador do setor, como decorre do Ofício n.º 2555/ERC/2012 de 04 de junho de 2012. Mais uma vez, à semelhança de outros acordos de auto-regulação anteriormente celebrados, as demais televisões generalistas aderiram entusiasticamente à ideia e contribuíram para lhe dar ainda mais projeção, num notável exemplo de colaboração entre empresas concorrentes.

Outro exemplo semelhante foi o acordo entre as duas operadoras privadas de televisão generalista a propósito da chamada “Comunicação Institucional”, figura cujo destaque emerge do confronto entre as diversas fontes do Direito Audiovisual e que permite dar resposta a algumas situações de fronteira entre a presença comercial e a ausência de efeitos promocionais dirigidos à venda ou prestação dos serviços, efetuada por via do lançamento de ideias, iniciativa e instituições incluindo a defesa de causas, princípios ou fomento de comportamentos sociais, acordado em novembro de 2012.

Co-Regulação

Mais uma vez durante 2012, a TVI cumpriu de forma exemplar as obrigações que decorrem do Protocolo de Serviço Público assinado pelos três canais de televisão generalistas em setembro de 2003.

TDT

Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2009, publicada a 17 de março no DR, 1.ª Série, n.º 53, foi estabelecido que a cessação das emissões televisivas analógicas terrestres em todo o território nacional teria de ocorrer até 26 de abril de 2012, data em que o ICP-ANACOM procederá à recuperação, sem quaisquer encargos, dos direitos de utilização de frequências atualmente atribuídos aos operadores de televisão em acesso não condicionado livre para a oferta de serviços de programas televisivos acessíveis ao público de acordo com a tecnologia analógica.

De acordo com a mesma Resolução, o ICP-ANACOM elaborou um plano detalhado de cessação das emissões analógicas terrestres de cada estação emissora ou retransmissora o qual foi executado até ao dia 26 de abril de 2012. Não obstante o disposto acima, a Deliberação de recuperação das frequências radioelétricas por parte do ICP-ANACOM só veio a ser emitida em 21 de janeiro de 2013.



Produção Audiovisual

INTRODUÇÃO

A Plural Entertainment mantém a sua posição como uma das maiores produtoras audiovisuais da Península Ibérica, destacando-se de forma inequívoca na área de ficção em língua portuguesa e na área do entretenimento em espanhol.

Para além das estruturas de Portugal e Espanha, a Plural Entertainment tem operações nos EUA e América Latina.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2012

As variações observadas neste segmento são fruto não só da atividade ordinária das sociedades que o compõem, mas também da alteração do perímetro de consolidação e do registo, no último trimestre de 2011, de uma imparidade do *goodwill*, no montante de € 9.750 milhares.

No que respeita ao perímetro de consolidação, a partir de 1 de janeiro de 2012 a participação na sociedade Factoría passou de 51% para 15%, deixando de estar incluída na consolidação, assim como a sua participada CHIP (detida em 50% pela Factoría). Da mesma forma, as sociedades Socater e Productora Canaria de Programas (detidas a 40% cada uma), ambas a atuarem no âmbito da gestão de canais autonómicos em Espanha, deixaram, no final de 2011 de fazer parte do consolidado, passando também a configurar como empresas associadas.

O segmento de produção audiovisual atingiu um total de proveitos operacionais de € 52,7 milhões, decrescendo 35% (-24% ajustados para efeitos de perímetro de consolidação).

Em Portugal, os proveitos recuaram 9%, mercê dos menores proveitos associados a produções televisivas, não obstante um importante incremento resultante da atividade de prestação de serviços e aluguer de meios técnicos, que ganhou dimensão internacional.

Na atividade em Portugal há ainda a destacar “Morangos com Açúcar – o Filme”, que se revelou um grande sucesso, com 238 mil espectadores, sendo o filme português com a melhor estreia de sempre e o segundo filme português mais visto do ano. De salientar igualmente a novela "Remédio Santo", nomeada para um Emmy Internacional como melhor novela.

Relativamente a Espanha, os proveitos operacionais registaram uma redução nos valores acumulados. À parte do impacto da desconsolidação das sociedades referenciadas, verificou-se uma redução do volume de produção para clientes daquele país, associado à ausência em 2012 de proveitos com a atividade de cinema (em 2011 foram registados proveitos com subsídios de produções realizadas anteriormente).

Não obstante a alteração do perímetro de consolidação e da menor atividade de produção, o EBITDA melhorou de € -4,9 milhões para € 3,7 milhões. Recorde-se que os valores de 2011 foram negativamente afetados pelo registo da imparidade de *goodwill* (€ 9.750 milhares).

A performance financeira e de conteúdos posicionam claramente a Plural como a maior fábrica de ficção em Portugal e uma das maiores a nível Ibérico.

PLURAL ENTERTAINMENT – Atividade em Portugal

Em 2012, a Plural manteve a sua posição de liderança no setor de produção audiovisual em Portugal consolidando-se como produtora de referência, nomeadamente na área da ficção, com mais de 800 horas de conteúdo produzido. Integrando todas as áreas do processo produtivo, desde a criatividade e autoria, à construção de cenários, à gravação ou à pós-produção, o trabalho desenvolvido em estreita ligação com autores, atores e criativos nacionais, aliado à competência técnica dos seus colaboradores, tem sido fator de sucesso para dar forma aos melhores conteúdos de ficção em língua Portuguesa.

A centralização de estruturas na Quinta dos Melos, iniciada em 2011 e a conseqüente otimização de processos, aliada ao esforço de racionalização e rentabilização de meios técnicos, humanos e recursos financeiros, permitiram à Plural maior flexibilidade para responder às exigências de um mercado publicitário em retração e suas implicações na capacidade de investimento das televisões nos respetivos conteúdos.

A qualidade e excelência do trabalho da Plural, foram de novo premiadas com o prémio “Melhor Produtora”, atribuído pela revista Meios e Publicidade. Está é já o quarto ano em que a Plural conquista esta distinção.

PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Produção de Conteúdos de Ficção

Com gravações iniciadas no ano transato, terminaram durante 2012 a sua emissão na TVI as novelas “Anjo Meu”, uma novela da autoria de Maria João Mira e “Remédio Santo” – do autor António Barreira e nomeada para um Emmy Internacional na categoria de “Melhor Novela”. Durante este ano chegou também ao fim a série juvenil “Morangos com Açúcar”, que emitiu no verão a sua nona e última série.

No ano em referência, e ainda no campo das novelas, iniciou-se a emissão de “Doce Tentação” da autoria de Sandra Santos em conjunto com a Casa da Criação, bem como as gravações e emissão de “Louco Amor” (do autor e ator Tozé Martinho) e “Doida por Ti” (de Maria João Mira).

Com emissão prevista na TVI em 2013, neste ano iniciaram-se as gravações da novela “Destinos Cruzados” (de António Barreira e Casa da Criação), da série policial “O Bairro” da autoria de Francisco Moita Flores e da sitcom “Giras e Falidas”. O ano de 2012 ficou também marcado pela produção de vários Telefilmes, destacando-se os 12 emitidos pela RTP no âmbito do conceito Grandes Histórias, com temas sociais da atualidade.

Em 2012 foram as seguintes as produções da Plural emitidas em Portugal:

PROGRAMA	ESTAÇÃO	EPS. EMITIDOS 2012
NOVELAS		
ANJO MEU	TVI	94
REMÉDIO SANTO	TVI	192
MORANGOS IX	TVI	167
DOCE TENTACÃO	TVI	284
LOUCO AMOR	TVI	189
DOIDA POR TI	TVI	44
DESTINOS CRUZADOS	TVI	
SÉRIES		
GIRAS E FALIDAS	TVI	
BAIRRO	TVI	
TELEFILMES		
FILMES TVI	TVI	8
FILMES RTP - GRANDES HISTÓRIAS	RTP	12
CINEMA		
MORANGOS COM AÇÚCAR - O FILME		1

Fonte: Markdata/Telereport; Dados até 31/12/2012

Produção de Conteúdos de Entretenimento

O lançamento do canal de cabo TVI Ficção, resultante da parceria entre a TVI e o MEO, foi também importante para Plural desenvolver a sua área de produção de conteúdos de entretenimento. A produção simultânea de 9 programas diferentes, um deles de emissão diária, permitiu à Plural desenvolver competências na criação de outras tipologias de conteúdos, diversificando assim o seu portfólio de produtos.

Produção de Publicidade

Contrariando a tendência do mercado publicitário, a área de produção publicitária, apresentou um crescimento superior a 50% em relação ao ano anterior. Este desempenho deve-se principalmente à redefinição de processos por parte do universo de empresas da Plural de forma a capitalizar e desenvolver sinergias de competências dentro do Grupo Media Capital.

Embora ainda muito dependente de sinergias intra grupo, esta área de negócio tem vindo a dar alguns passos na disponibilização dos seus serviços ao mercado.

É igualmente importante ressaltar a diversidade de formatos e projetos produzidos em 2012 que vão desde a criação de integrações e derivações publicitárias dos conteúdos produzidos pela Plural, até à produção de *spots* publicitários, filmes institucionais e temas musicais.

Produção para Cinema

O ano de 2012 ficou marcado pela entrada da Plural num novo mercado em Portugal, com a autoria e produção do seu primeiro projeto para cinema: “Morangos com Açúcar – O Filme”.

Este projeto, uma coprodução Plural Entertainment e TVI, com distribuição da Zon Lusomundo Audiovisuais, foi integralmente financiado por capitais privados. O filme estreou a 30 de agosto, em 62 salas espalhadas pelo território nacional, tendo estreado posteriormente em Luanda – Angola, através da Zon Lusomundo que detém também os direitos para distribuição nos PALOP.

Os resultados de exibição em cinema mostram que esta foi uma aposta ganha tendo “Morangos com Açúcar – O Filme” sido o 2º filme português mais visto do ano 2012 (e o 3º mais visto nos últimos 10 anos), com 238.313 espectadores e uma receita bruta de bilheteira de 1.232.858€.

De referir ainda as receitas adicionais provenientes de ações de *product placement*, atividades e produtos promocionais associados, de onde se destacam os produtos musicais distribuídos pela editora do Grupo, a Farol.

Em dezembro, “Morangos com Açúcar – O Filme”, foi lançado no mercado de *Home Entertainment e Video On Demand*.

EMAV – EMPRESA DE MEIOS AUDIOVISUAIS

Contrariando a tendência geral do mercado, o exercício de 2012 foi, à semelhança de 2011, positivo para a EMVA, que registou um crescimento substancial de receitas face ao ano transato.

Em 2012, a EMVA continuou a assegurar o fornecimento dos meios técnicos das produções da Plural e, fruto dos investimentos efetuados em 2011, foi possível reforçar a sua presença no mercado audiovisual em Portugal e Espanha, afirmando-se como um dos principais prestadores de serviços deste segmento.

Neste ano, a EMVA assegurou a cobertura de eventos desportivos tão importantes como o Euro 2012, onde deslocou meios e técnicos para a Polónia e Ucrânia, numa parceria inédita em Portugal com os 4 operadores de televisão nacionais (RTP, SIC, TVI e SportTV), bem como a cobertura de todos os jogos da Liga dos Campeões disputados em Portugal na época 2012/2013, Algarve Sevens (Rugby) e Prova do Campeonato do Mundo de K1 (Madrid). Na área do entretenimento foi responsável pela captação, gravação e emissão de eventos de grande dimensão como os Prémios Ceres (Teatro Romano Mérida), Gala dos Prémios Ondas (Barcelona), Carnaval de Cadiz, touradas para a RTP e TVI e, semanalmente, a cobertura do programa itinerante “Somos Portugal” da TVI.

No plano da internacionalização, a EMVA iniciou a sua aposta no mercado Espanhol diferenciando-se da concorrência pela qualidade dos seus meios técnicos e dos serviços prestados ao cliente. A colaboração com uma produtora espanhola a operar junto dos principais *broadcasters*, resultou num saldo extremamente positivo, permitindo-lhe obter uma enorme visibilidade no mercado Ibérico.

Em 2012 a EMVA passou ainda a assegurar a gestão e manutenção dos meios de transmissão via satélite da TVI, com a integração nos seus quadros de 12 técnicos ao abrigo de uma cedência de posição contratual entre as duas empresas.

EPC – EMPRESA PORTUGUESA DE CENÁRIOS

A EPC continuou em 2012 a sua aposta no crescimento para novos segmentos de mercado e na diversificação do portfólio de clientes (nacionais e internacionais), mantendo a posição de liderança na cenografia para ficção.

Em 2012 terminou a construção do cenário de uma das maiores produções internacionais gravadas em Portugal, a série francesa “L’Odissée”, a ser emitida no canal francês Arte. Neste projeto, estiveram envolvidos mais de 70 colaboradores, desde cenógrafos a arquitetos e pintores, num espaço de implantação de décor com mais de 6.000m².

Excluindo o impacto desta produção, a EPC obteve um crescimento de mais de 50% para o mercado externo (i.e, fora do universo Plural). Este desempenho foi conseguido pela manutenção dos clientes de 2011 mas, sobretudo, pela captação de novos clientes e entrada em novos mercados. Destaca-se a construção do cenário de uma novela emitida em Angola, a entrada no segmento de cenografia para teatros e, ainda que com bastante menos expressão, a decoração de instalações hoteleiras. A EPC foi ainda responsável na construção de cenários para algumas das mais importantes galas do ano, transmitidas por cada um dos 3 canais generalistas portugueses.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Procurando uma gestão mais eficiente nos processos de produção, arrancou em 2012 o projeto de implementação de uma nova ferramenta de *software* de gestão, através da qual se pretende centralizar a informação de forma mais acessível e robusta, assegurando uma maior eficiência de produção e padronização de processos.

O novo sistema permite que todas as fases da produção (pré-produção, produção, gravação e pós-produção) estejam integradas. Na pré-produção, desde a escrita do guião, com importação direta para o sistema, é possível controlar os principais indicadores de rentabilidade do projeto, da percentagem de exteriores à incidência de atores, auxiliando as equipas criativas e de gestão no cumprimento dos orçamentos.

Também durante as fases de produção e gravação, a melhoria na gestão da informação e meios necessários à gravação, reduz consideravelmente a possibilidade de faltas e erros com consequentes prejuízos financeiros, bem como reforça o controlo de gestão orçamental em tempo real.

Após o necessário período de análise das necessidades e requisitos, da redefinição de processos de produção e dos testes em ambiente de qualidade em algumas produções, o projeto em causa arrancou em exclusividade com a produção da novela “Doida por Ti”, com excelentes resultados.

Numa segunda fase de desenvolvimento do projeto, durante 2013, dar-se-á início à substituição gradual do papel e outros suportes para *tablets*, com significativas poupanças diretas em custos de operacionais.

Pode-se afirmar que em 2012 a Plural deu, uma vez mais, um importante passo no sentido da modernização e otimização do processo produtivo do setor, através da implementação deste projeto e da consequente revisão de processos, estando cada vez mais próximo o caminho para uma “Plural Digital”.

PLURAL ENTERTAINMENT – Atividade em Espanha

A Plural Entertainment é, em Espanha, uma das produtoras audiovisuais mais importantes no mercado espanhol, incluindo na sua carteira de clientes as cadeias privadas de televisão mais importantes do país (Cuatro, Antena 3 y Telecinco) e canais autonómicos (Aragón, Asturias, Canarias y Castilla-La Mancha) e produzindo programas de todos os géneros audiovisuais como *coach*, *reality shows*, ficção, concursos, magazines, documentários, espaços de debate, programas de serviço público, transmissões desportivas, galas, programas de informação e espaços de humor.

Parte destes programas são formatos originais criados pela equipa criativa da Plural, enquanto outros são adaptações de formatos internacionais.

Em 2012 produziram-se mais de 700 horas de conteúdos, destacando-se os seguintes projetos:

- “Hermano Mayor”: *Coach* para jovens conflituosos, adaptação do formato francês “Grand frère”. A terceira temporada terminou com uma audiência média de 12%, muito acima da média do canal (Cuatro). A quinta série está já em emissão.
- “Hijos de Papá”: Formato próprio da Plural, é um programa que pretende ajudar jovens ricos a procurar o seu próprio valor. Emissão da segunda temporada na Cuatro. A Plural tem já acordos de distribuição para distribuir a série na Europa e EUA.

- “La Nube”: Programa semanal sobre Internet e novas tecnologias emitido no canal público La 2. Especialistas espanhóis e internacionais debatem sobre novas tendências, num programa interativo com conteúdos exclusivos em streaming.
- “Falcón”: Série de quatro episódios produzida pela Sky Atlantic, ZDF e pelo Canal +, baseada nos livros policiais do escritor britânico Robert Wilson e gravada em Madrid e Sevilla. Foi emitida no Canal+.
- “Padres Lejanos”: Reality coach pela Patagónia, que tem como objetivo melhorar relações entre pais e filhos. Emitido na Cuatro.
- “Más allá de la Vida”: Depois do sucesso do programa “Depois da Vida” na TVI, o formato foi adaptado pela Telecinco, com excelentes resultados no *late night*.
- “Deportes Cuatro”: A Plural assumiu desde 2011 a produção dos espaços desportivos da Cuatro, com transmissão diária na estação.
- “Tricotosas”: Conteúdo criado especialmente para a marca que o patrocinava. Dedicado a trabalhos manuais, foi emitido pelo canal feminino Divinity, com forte complemento nas redes sociais.
- “Play Sports”: Concurso familiar patrocinado pela Playstation, emitido no canal infantil Boing, com uma forte integração com o digital e realidade 3D.
- “O Clan dos impostores”: Talent-show no prime time dos sábados da televisão autonómica galega, cujos prémios revertem a favor de causas sociais.

PRODUÇÃO INTERNACIONAL

Desde os seus escritórios em Miami, a Plural mantém o acordo para produção de conteúdos diversos para a cadeia americana de televisão por cabo dirigida ao público latino-americano, a V-me, participada pelo Grupo Prisa. Nas produções incluem-se programas de cinema, culinária, animais ou desporto, como “Mi mascota”, “Tu bebé” ou “En pantalla”.



Música e Entretenimento

INTRODUÇÃO

A Media Capital Música e Entretenimento (MCME) é a unidade de negócio do Grupo Media Capital para as atividades relacionadas com conteúdos musicais. As áreas de negócio da MCME incluem a edição de música gravada (em suportes físicos ou digitais), a gestão de direitos autorais (*publishing*), a realização de eventos e o agenciamento de artistas (*booking*), sendo estas duas últimas operadas sob a marca Spot.

A edição de música gravada é realizada pela editora Farol Música (Farol). Para além do seu catálogo, a Farol possui a licença exclusiva para Portugal do catálogo da Warner Music International (Warner), uma das principais editoras multinacionais. Enquanto licenciada do catálogo da Warner, a Farol executa todas as atividades de marketing, promoção, comercialização e distribuição dos produtos da Warner em Portugal.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2012

A edição de música gravada continua a ser a principal fonte de receitas desta unidade de negócios do Grupo Media Capital. A realização de eventos foi durante o ano de 2012 a segunda maior fonte de receitas com valores muito significativos logo seguida dos direitos conexos. Com menor expressão, seguem-se, em termos de importância, as receitas originadas pelo *publishing* e agenciamento de artistas.

Em termos de *performance* financeira, o negócio de edição discográfica, em 2012 sofreu uma queda de receitas face ao ano anterior, tendo no entanto aumentado a sua quota de mercado. Em contrapartida a atividade de eventos teve uma *performance* extremamente positiva, confirmando a aposta estratégica para o futuro desta unidade de negócio da Media Capital.

Em 2012 o mercado discográfico continuou em queda, tendência que já se verificava em períodos de análise anteriores. A venda de conteúdos digitais ainda não compensa estas quedas, verificando em 2012 valores semelhantes aos do ano anterior. Por outro lado os direitos conexos da edição discográfica têm valores muito significativos face à quebra de vendas físicas.

PROJETOS DIVERSIFICADOS

Mantendo a sua aposta no melhor da música portuguesa e nos melhores intérpretes nacionais, a Farol fez 50 lançamentos no seu catálogo nacional ao longo de 2012. Destaque para o regresso aos discos de Tony Carreira (com “Essencial”, álbum que celebra os 25 anos de carreira do artista), que entrou diretamente para o TOP de vendas nacionais em apenas dois dias e alcançou a tripla platina em 18 dias. As vendas deste álbum terão ainda forte repercussão durante 2013. De salientar também o álbum “Acústico” dos Anjos, galardoado com disco de ouro, com o melhor da carreira da dupla e “Tim e Companheiros de Aventura ao Vivo”. A aposta nos novos talentos da música portuguesa não foi esquecida, com a edição dos discos de estreia dos HMB, The Black Mamba, Carolina Deslandes e Filipe Pinto. A Farol continuou a utilizar as sinergias do Grupo Media Capital para lançamentos de destaque, nomeadamente com as rádios do Grupo nos lançamentos dos discos de compilações da m80: “m80 Duets”, “m80 Portugal”, “m80 Slows 2”, “m80 Christmas” e finalmente “m80 the collection” que, no seu conjunto, superaram as 30.000 unidades vendidas.

No catálogo internacional da Warner, no que diz respeito a novos lançamentos, o ano de 2012 fica marcado pelos discos de grandes artistas como Muse (cujo álbum “2nd Law” foi galardoado com disco de ouro), Linkin Park (“Living Things”), Bruno Mars ou FUN.

No total, a Farol fez 50 lançamentos no catálogo nacional e 80 no catálogo internacional. No que respeita a galardões, e para além dos já referidos, os álbuns “Eu Acredito” de Angélico e as compilações “Copacabana 2”, “Hit 2013”, “Morangos All Star” e “Morangos o Filme” foram galardoados com, respetivamente, disco platina (Angélico) e ouro (para todas as compilações).

O mercado de venda de espetáculos foi severamente afetado por restrições e cortes orçamentais que diminuíram bastante a oferta de eventos no mercado português, tendo a MCME combatido este efeito com um evento importante no verão, o Meo Spot Summer Session, que contou com 26 festas durante os meses de julho e agosto e, aproveitando as sinergias do Grupo, para além da festa de verão da TVI – uma referência já no verão algarvio – promoveu eventos de sucesso das marcas m80 e Cidade FM. Em 2012 organizou ainda, em parceria com a TVI, o Campeonato Nacional de Surf.

As quebras na área de eventos abrageram igualmente os espetáculos de artistas nacionais, sobretudo composto por eventos promovidos por municípios. Não obstante, a receita de fees de concertos de artistas Farol aumentou em 2012, destacando-se o concerto de José Cid no Campo Pequeno, em Lisboa, que foi um sucesso de bilheteira.



Rádio



INTRODUÇÃO

2012 fica incontornavelmente marcado pela conquista da liderança de audiências por parte da Rádio Comercial no segundo trimestre do ano, um facto histórico não só para a empresa como também para o setor que, nos últimos anos, conhecia apenas um líder.

Durante o ano, a MCR manteve a política de diversificação da sua oferta comercial, desenvolvendo soluções que pretendem dar resposta às necessidades dos anunciantes, permitindo o contato e interação com o público de diversas formas: no ar, digitalmente ou no terreno. Seja na criatividade das propostas de comunicação de antena, na forte presença digital do Grupo, na associação aos principais eventos musicais do país, na organização de concertos ou nas festas mais emblemáticas, as marcas da MCR abriram novas oportunidades, facto que contribuiu para que o seu desempenho comercial tenha sido, de novo, mais positivo que o do mercado e que esta política a tornasse líder do mercado publicitário do setor rádio.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2012

Apesar da quebra de cerca de 18% que se estima que o mercado publicitário, no canal de vendas agências, terá tido em 2012 face ao ano anterior, o segmento de rádio regista uma ligeira subida de 0,7% tendo aumentado para 7,7% (7% em 2011) a sua quota na captação destes investimentos. Todavia, esta percentagem mantém-se inferior ao verificado em muitos dos principais países de referência, indicia que ainda existe potencial de crescimento por explorar.

No global, os proveitos de publicidade da MCR (que incluem também clientes diretos) cresceram 2% face ao ano anterior, beneficiando decisivamente do aumento das audiências das rádios do Grupo.

Quanto aos custos operacionais deste segmento, estes recuaram 8% no acumulado do ano, em resultado de uma constante racionalização da estrutura. É de salientar que esta evolução favorável é conseguida mesmo com o esforço de lançamento de novos formatos.

Face ao descrito, o EBITDA deste segmento melhorou significativamente de € 2,2 milhões em 2011 para € 3,0 milhões em 2012, com a margem EBITDA a atingir 21,3%.

CRESCIMENTO E NÚMEROS *RECORD* DE AUDIÊNCIAS

No ano de 2012 o conjunto das rádios do Grupo Media Capital voltou a bater recordes de audiências, tendo registado um *share* de audiência de 32%, 4.8pp acima do ano anterior. O excelente desempenho durante 2012 ficou a dever-se, principalmente, ao crescimento sem precedentes da Rádio Comercial, que alcançou pela primeira vez a liderança, tendo terminado o ano com um *share* médio de 21,2%, o que corresponde a um aumento de 35% face a 2011. Também a m80 e a Cidade FM tiveram desempenhos muito interessantes ao longo do ano, tendo as novas rádios do Grupo aumentado o seu contributo para o resultado positivo alcançado pela MCR.

Em termos de audiência acumulada de véspera (AAV), uma métrica mais interessante na medida e que reflete o consumo, os dados foram igualmente encorajadores, passando a MCR de 18,7% em 2011 para 21,5% em 2012, valor que, representa cerca de 1.8 milhões de ouvintes diários, o mais elevado de sempre e que contraria a evolução do consumo do meio rádio como um todo, que desceu marginalmente em 2012. Mantendo a tendência crescente dos últimos anos, a Rádio Comercial terminou o ano com uma AAV de 15,4% no quarto trimestre, mais 43% do que no período homólogo, perfazendo uma média de 14,2% de AAV ao longo do ano. De destacar os ganos de audiências em todas as regiões do país e a liderança destacada na região da Grande Lisboa, onde a Rádio Comercial obteve 16,8% de AAV, mais 5,4pp do que o a segunda estação.

Por seu lado, a m80 conservou a sua posição de rádio número um em audiências de entre as estações sem cobertura nacional, tendo registado 4,3% de AAV nos últimos três meses (média de 4,2% AAV ao longo do ano). A Cidade FM chegou ao final do ano a reforçar a sua posição no seu target de referência, fechando 2012 com uma AAV de 4,2% no quarto trimestre.

Dos produtos mais recentes do portfólio de rádios da MCR – StarFM, SmoothFM e VodafoneFM – destaque para a SmoothFM que, não obstante ser o projeto mais recente (lançada em setembro’11), tem registado uma boa aceitação da parte do público, obtendo uma AAV de 0,2% e um *share* de 0,4%. Dirigida aos apreciadores das músicas dos anos 50, 60 e 70, a StarFM subiu a sua AAV para 0,3%, com presença destacada nas respetivas áreas de cobertura.

PORTFÓLIO DIVERSIFICADO E INOVADOR

A Rádio Comercial com um formato musical de *Adult Contemporary Music* reforça o seu posicionamento junto do público-alvo e capta novos ouvintes. A estação manteve a sua aposta na animação, nos

conteúdos de humor e no programa da manhã, com novas rubricas de sucesso: “Mixórdia de Temáticas”, com a presença de Ricardo Araújo Pereira e “Grandiosa História Universal das Traquitanas”, uma rubrica da autoria e apresentação de Nuno Markl. Ultrapassando a fronteira do *on air*, a “Mixórdia de Temáticas” transformou-se num sucesso na internet, através dos *downloads* dos *podcasts* do programa no *site* da Rádio Comercial e foi editada em livro. A exemplo do que se passou em 2011, e ultrapassando de novo a barreira da emissão em antena, a equipa das Manhãs da Comercial voltou a encher salas de espetáculo em Lisboa (Teatro S. Luís) e no Porto (Casa da Música), com os Concertos Solidários das Manhãs da Comercial.

A presença em eventos musicais de referência ao longo de 2012 foi também uma constante da Rádio Comercial, que associou a sua marca a reconhecidos festivais, como o Optimus Alive, Sudoeste TMN, Marés Vivas ou o Cascais Cool Jazz Fest e a concertos de artistas nacionais e internacionais de renome, como são o caso de Madonna, James Morrison, Keane, Coldplay, Jennifer Lopez, Norah Jones, Gift, Pablo Alboran, Aurea ou Amor Eletro. Mantendo a sua estratégia de proximidade com o ouvinte e uma forte aposta na promoção de artistas nacionais, para além da promoção de inúmeros concertos e *tours* ao longo do ano, a Rádio Comercial organizou diversos “Concerto Mais Pequeno do Mundo” em várias regiões do país, com destacados artistas portugueses tais como Boss AC, David Fonseca, Mónica Ferraz, Aurea ou Classificados.

Em 2012, a Rádio Comercial foi laureada com o prémio para “Melhor Rádio” pela revista Meios e Publicidade e, perto do final do ano, com o prémio “Escolha do Consumidor” na categoria de entretenimento. Estes galardões são votados, respetivamente, pelos profissionais do setor e pelos consumidores e ouvintes, o que reflete o elevado grau de reconhecimento que os vários públicos têm em relação ao trabalho desenvolvido pela estação.

Mantendo-se como rádio líder de audiências entre as rádios sem cobertura nacional, a m80 – a rádio dos êxitos dos anos 70, 80 e 90 – prosseguiu igualmente a sua aposta na proximidade com os ouvintes, associando-se a inúmeros eventos (de índole musical e não só) de norte a sul do país. São disso exemplo os apoios da m80 ao International Gourmet Fest, ao World Corporate Golf Challenge, Algarve Sevens – Campeonato do Mundo de Rugby, Encontro com o Vinho e Sabores ou a Feira Rastrillo – Novo Futuro. No que respeita à música, a m80 esteve presente nos momentos musicais dos artistas internacionais mais direcionados para o seu público-alvo, como sejam os concertos de Madonna, God Save the Queen, Simple Minds, Michael Jackson Greatest Hits, EDP Cool Jazz Fest, Música na Comporta ou Gala Pine Cliffs. A aposta da estação nos artistas portugueses traduziu-se, entre outros, no apoio da m80 aos concertos de José Cid, Resistência, Rui Veloso, 7ª Legião e Luís Represas e João Gil.

Ao longo de 2012, e como já vem sendo habitual, milhares de pessoas participaram nas festas m80 que levaram de norte a sul do país o melhor da música dos anos 70, 80 e 90, tocada pelos DJ’s da estação.

A Cidade FM continuou a afirmar-se durante o ano de 2012 como a estação de referência do *target* mais jovem, com um posicionamento musical único de sucessos recentes e fazendo uma forte aposta em ações no terreno, tanto através da promoção como da organização de eventos. A aposta nos eventos junto dos estudantes universitários foi uma constante, estado a Cidade FM presente nas semanas académicas e festas de universidades mais relevantes do país. Para além dos festivais Sudoeste TMN, Optimus Alive, Super Bock Super Rock e Figueira Summer Fest, a Cidade FM apoiou concertos de diversos artistas nacionais e internacionais, tais como Michel Teló, Boss AC (tour), Mastiksoul, Raggae Blast, Roger Sanchez, Datsik ou crookers, fortemente direcionados ao público-alvo da estação.

Com o seu enfoque no melhor do Jazz e da música soul, a SmoothFM esteve presente no Cool Jazz Fest, apoiou concertos de artistas como Stacey Kent, Norah Jones e Kurt Elling e assinalou datas icónicas relacionadas com melhor da música que passa em antena, de que é exemplo o 70º aniversário do filme Casablanca, para o qual a SmoothFM criou uma playlist especial. A StarFM não ficou indiferente ao que de bom se fez em torno da música dos anos 50, 60 e 70, tendo apoiado os concertos de Lucky Duckies, Concerto Genesis 75 e um tributo a Jimi Hendrix.

Resultado de uma parceria com o operador de telecomunicações e a MCR, a Vodafone FM aumentou a sua presença no terreno, indo ao encontro de uma audiência jovem, exigente e sempre atenta às novas tendências musicais nos géneros rock, pop, hip-hop, dança e fusão.

Liderança e crescimento no *online*

No que respeita à presença das rádios no universo *online*, em 2012 a performance das marcas da MCR melhorou 20% em número de visitas e 22% em páginas vistas, o que conduziu a um aumento do share da MCR no consumo de rádios *online* em cada um destes indicadores. Este crescimento foi fortemente impulsionado pelas audiências *online* da Rádio Comercial, que registou um aumento de 46% tanto em visitas como em páginas vistas, ficando próximo dos 25 milhões de páginas vistas mensalmente.

Por seu lado, o Cotonete continua a ser a referência das rádios *online* Portugal, oferecendo rádios em múltiplos géneros musicais e, permitindo ao internauta criar a sua própria rádio, rádios pessoais. Para além das rádios, o Cotonete disponibiliza ainda outros conteúdos áudio e vídeo, como dj sets, entrevistas, concertos ao vivo, programas de autor, *podcasts* e ainda serviços como a Rádio para Blogs.

No que respeita às redes sociais, a Rádio Comercial assegurou a sua posição de liderança, como o meio com maior número de fãs no Facebook na categoria de média, com mais de 650.000 seguidores. Ainda no que respeita à presença digital da estação, importa referir que no final de 2012, após 5 anos de presença no youtube, a Rádio Comercial ultrapassou os 11 milhões de visualizações de vídeos.



Internet

INTRODUÇÃO

O crescimento do mercado *online* em Portugal tem sido exponencial, não só no número de internautas e respetiva taxa de penetração da Internet nos lares Portugueses, como também na utilização crescente dos meios digitais em contexto empresarial. Particular destaque deve ser dado às redes sociais e ao mobile, que têm vindo a assumir uma importância sem precedentes no panorama digital, tendência que a MCD tem vindo a acompanhar e explorar.

Como consequência, o peso do segmento da internet no mercado publicitário português tem, à semelhança de outros anos, mantido uma tendência crescente.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2012

Ao longo de 2012, a MCD consolidou e reforçou o seu portfólio de produtos, em particular através de uma forte aposta nas suas marcas de referência, desenvolvendo novas soluções de interatividade e acessibilidade, que permitiram que os seus conteúdos chegassem a um número crescente de utilizadores.

No segundo trimestre de 2012, a Media Capital Multimédia fez um *rebranding* para Media Capital Digital, de forma a melhor espelhar o posicionamento e missão da empresa enquanto agente de transformação digital do Grupo. Foram também dados passos importantes na integração das redações e na consolidação comercial entre as áreas de televisão e digital, tornando-se cada vez mais visível no mercado a força destas equipas conjuntas.

A atividade da MCD e das suas associadas pode analisar-se em duas áreas distintas:

1. Media Digital, na qual disputou o mercado de publicidade na Internet com os principais *sites* nacionais e internacionais e, adicionalmente, prestou serviços editoriais que se traduziram no fornecimento de conteúdos a entidades externas;
2. Serviços para o Mercado Empresarial, concentrada na empresa IOL Negócios que no final de 2012, e tirando partido do elevado tráfego existente na rede IOL, prestava serviços a mais de 1.300 empresas nas áreas de *design*, construção e desenvolvimento de *websites*, bem como em soluções que maximizam a visibilidade de *websites* e marcas na Internet.

Estas duas áreas de negócio partilharam um conjunto de recursos centrais enquadrados na MCD (o desenvolvimento do negócio, o controlo de gestão, a infra-estrutura técnica, equipa de manutenção) e os serviços prestados pelo Grupo Media Capital.

Atividade de Media Digital

Em 2012, intensificou-se a presença no mercado Português dos concorrentes multinacionais e assistiu-se de novo a um grande crescimento das redes sociais. Apesar desta intensificação do ambiente competitivo, a MCD - através dos esforços para aumentar o tráfego, melhorar a qualidade das audiências da sua rede de sites e potenciar as receitas publicitárias - registou crescimentos significativos nas suas audiências através dos indicadores *visitas*, *pageviews* e *unique browsers*.

Com uma aposta cada vez maior nesta área, a MCD tem vindo a trabalhar diariamente na inovação e aperfeiçoamento dos seus conteúdos digitais para as diversas plataformas (Apple, Nokia, Android, Windows phone, Windows 8 e Samsung TV) e dispositivos (*smartphones*, *tablets* e *smart TV's*), garantindo cada vez mais que os seus conteúdos estão acessíveis 365 dias por ano, a qualquer hora do dia e em qualquer lugar, no dispositivo e formato mais adequados para os consumidores. Como resultado, a MCD ultrapassou um total acumulado de 600.000 *downloads* das suas aplicações, que representam já mais de 15% do tráfego em alguns dos projetos.

Adicionalmente, para o Meo, a MCD criou aplicações para os Morangos com Açúcar, Secret Story e TVI Ficção.

A combinação destas ações e o dinamismo da equipa permitiram à rede de *sites* da MCD registar um crescimento substancial do tráfego face a 2011 (mais 22%), passando de uma média de 125 milhões de *pageviews* mensais em 2011 para mais de 153 milhões em 2012 (dados oficiais Netscope), tendo a média deste indicador estado acima dos 277 milhões no último trimestre do ano.

Em setembro de 2012 e resultado da parceria com a TVI, a MCD lançou o *site* "Secret Story III" que rapidamente se tornou num sucesso, registando audiências médias mensais de 14 milhões de visitas, permitindo ao conjunto das propriedades TVI fecharem o ano com um crescimento de mais de 24% face a 2011 e manter a posição de líder no seu segmento em Portugal.

De destacar também o bom desempenho do *site* LUX que bateu sucessivos recordes de audiências, tendo terminado o ano com um crescimento de 24% em visitas.

Por fim, importa realçar o numero *record* de cerca de 100 milhões de visualizações de vídeos ao longo de 2012 – nos *sites* geridos pela MCD e nos sites parceiros (Microsoft e Público) – e os mais de 2 milhões de seguidores nas páginas das redes sociais geridas pela Media Capital Digital.

Na área da publicidade *online* 2012 foi, fruto do desenvolvimento de conteúdos para novas plataformas e do acompanhamento próximo das necessidades de comunicação dos anunciantes, marcado por um elevado ritmo de inovação e criatividade no desenvolvimento de novos formatos, fazendo com que a MCD seja reconhecida como uma referência nesta área, quer para anunciantes, quer para as agências de meios.

Atividade de Serviços a empresas

Em 2012 esta atividade inverteu o ciclo de crescimento dos anos anteriores, diminuindo a sua base de clientes para cerca de 1.300 (-23% em relação a 2011). Este fato está intimamente relacionado com o forte impacto da crise económica nas pequenas e médias empresas, principais clientes destes serviços.

E-commerce - Planeo.pt

Iniciativa do Grupo PRISA, com lançamento simultâneo em Espanha e Portugal, a MCD manteve na marca www.planeo.com a sua aposta para a área de *e-commerce* em 2012.

Com descontos em Lazer, Cuidados de Beleza, Restaurantes, Viagens e Produtos, o Planeo é um dos principais *players* no mercado de compras coletivas e conta já com cerca de 300.000 subscritores e mais de 1 milhão de visitas por mês.

Cronologia da atividade da MCD em 2012

Durante o ano de 2012 foram desenvolvidos diversos projetos pela MCD, dos quais se destacam:

janeiro	Nova presença <i>online</i> TVI com Windows phone, iPad, iPhone, Android e novo <i>site</i>
fevereiro	Novo IOL e Lançamento Parceria vídeo MSN
março	Lançamento do Push by IOL e Mais Fotos
março	Implementação da funcionalidade <i>Social Reading</i>
abril	Lançamento Novo ABMotor
maio	Parceria vídeo Público
junho	MCA interativos numa parceria MCD, TVI e Meo
julho	Novo “Ao Vivo” em tecnologia <i>real-time</i>
agosto	Novas apps para smart tv Samsung TVI, TVI24 e Prof. Marcelo
setembro	Casa dos Segredos III – com subscrição direto, votação facebook e conteúdos <i>mobile</i>
outubro	<i>App</i> TVI para Windows 8
novembro	Novo <i>site</i> TVI24
dezembro	Página Jornalistas TVI24



Responsabilidade Social

PRINCÍPIOS E VALORES

Em 2012 o Grupo Media Capital manteve-se fortemente empenhado no desenvolvimento sustentado da comunidade que integra e no apoio a causas sociais, educativas, ambientais e culturais, com objetivos concretos e impacto na sociedade.

Beneficiando da vasta audiência dos seus meios de comunicação e consciente do seu impacto, o Grupo tem decidido apoiar através da divulgação causas sociais específicas junto da população portuguesa, contribuindo assim não apenas para a angariação de fundos, mas também para o aumento da credibilidade, conhecimento e visibilidade dos projetos selecionados.

O impacto dos resultados destes apoios foi sentido não apenas em Portugal mas também em comunidades mais distantes, como as de alguns Países de Língua Oficial Portuguesa.

PROJETOS SOCIAIS

O Grupo Media Capital tem – em colaboração com o Estado Português, associações sem fins lucrativos ou entidades privadas – desenvolvido, implementado e apoiado diversos projetos e iniciativas no âmbito da sua Política de Responsabilidade Social, como sejam:

- Solidariedade e projetos de apoio social
- Promoção da educação, cultura, arte e valorização do património
- Fomento de voluntariado para apoio a causas sociais entre os colaboradores do Grupo

Para além da recorrente divulgação dos projetos apoiados, o Grupo Media Capital tem muitas vezes um papel extremamente ativo no desenvolvimento dessas ações seja, entre outros, através do envolvimento de personalidades populares conhecidas do grande público, abordagens editoriais sobre os temas em causa ou envolvimento dos seus recursos humanos na angariação de fundos.

Solidariedade e Projetos de Apoio Social

Enquanto estação líder e de referência, a TVI continua de forma metódica e sistemática a dar especial atenção à sua política de responsabilidade social colocando-se ao serviço da sociedade através do desenvolvimento e colaboração em projetos de carácter solidário com parceiros, clientes e

colaboradores e, simultaneamente, dando a conhecer os problemas de cariz social e humanitário contribuindo para uma melhor compreensão destas situações, desempenhando essa tarefa quer ao nível dos seus programas, da informação ou entretenimento, quer na divulgação, para além das várias iniciativas desenvolvidas ao longo do ano.

Ao nível da Informação, a TVI continua a apostar num trabalho jornalístico profundo, sério e distintivo, que ultrapassa o relato dos factos, enquadrando, analisando e perspetivando problemas da sociedade atual, tendo sido vários os trabalhos reconhecidos nacional e internacionalmente pelo seu mérito.

Num formato diferente, mas com igualmente impactante, também os programas de entretenimento, nomeadamente o “Você na TV” e “A Tarde é Sua”, deram mais uma vez voz e apoiaram várias instituições e famílias portuguesas ao longo de todo o ano.

Ao longo de 2012 as rádios mantiveram iniciativas já existentes em anos anteriores e desenvolveram novas ações de cariz social, envolvendo as suas principais marcas e animadores, para aumentar a visibilidade e impacto das iniciativas, que registaram bons níveis de adesão por parte dos ouvintes.

Promoção da cultura, arte, educação e valorização do património

O Grupo Media Capital, como entidade patrocinadora ou através das suas participadas, tem vindo a apoiar algumas das mais importantes instituições e iniciativas realizadas em Portugal, sobretudo ajudando à sua divulgação junto do grande público. Neste âmbito, para além dos 42 programas transmitidos do programa “Cartaz das Artes”, há a salientar:

- Mantendo uma forte tradição de comunicação em língua portuguesa e defesa da cultura e valores nacionais, a TVI assegurou em 2012 que mais de 75% da sua grelha tenha sido difundida em português.
- Num movimento iniciado em 2003, e que engloba os três operadores generalistas, a TVI manteve e reforçou durante 2012 a sua disponibilidade para envolvimento e convite à participação lúdica dos públicos com dificuldades sensoriais, tendo emitido 387 horas de programação suportada com legendagem em teletexto e uma duração superior de programação com suporte em língua gestual - 549 horas. Nesta ação, para além da “Eucaristia”, estiveram envolvidos programas na área do entretenimento (“Você na TV”) e ficção nacional (“Doce Tentação” e “Max”)
- No âmbito do Protocolo de Serviço Público, assinado em setembro de 2003, entre o Governo, a RTP, a SIC e a TVI, em 2012 a TVI voltou a cumprir as obrigações previstas, designadamente na

disponibilização de espaço de comunicação ao Instituto do Cinema e Audiovisual, com a promoção de 9 obras cinematográficas.

- Com produções em várias regiões de Portugal Continental e Insular, a Plural continua a contribuir de forma inequívoca para a promoção da cultura e costumes, fomentando um maior conhecimento do país e das populações locais.
- A TVI empenhou-se fortemente na promoção de várias das maiores e mais significativas festas que fazem parte da tradição popular portuguesa, ao mesmo tempo que divulgava a música, cultural, costumes, arquitetura e gastronomia locais, tendo o programa “Somos Portugal”, emitido em direto aos domingos, dado voz a inúmeras regiões e localidades de norte a sul do país.
- A componente formativa e educativa é também abordada pelas novelas e séries produzidas pela Plural e transmitidas pela TVI, com bom impacto junto do público-alvo, chamando a atenção e informando sobre temas pertinentes, atuais e uteis para a sociedade.

MEDIDAS DE VOLUNTARIADO DENTRO DO GRUPO

O Grupo Media Capital promove anualmente campanhas internas de doação de sangue e de medula óssea, iniciativas que registam sempre uma adesão extremamente positiva da parte dos colaboradores.

A campanha de Natal – que consiste na oferta de presentes para crianças e tem registado uma adesão crescente por parte dos colaboradores do Grupo – em prole do Exército de Salvação é outro exemplo de sucesso da mobilização no apoio a uma causa social. Durante 2012, foram também apoiadas a Casa do Gil, a *Make a Wish Foundation* e o Instituto Português do Sangue, com ações que promoveram o espírito de solidariedade e ajuda no seio do Grupo Media Capital, reforçando o seu compromisso com a comunidade.

Ao longo do ano, os colaboradores do Grupo são também chamados a participar e intervir nas diversas causas que as unidades de negócio do Grupo apoiam, sempre com bons resultados de adesão e recetividade.

BOAS PRÁTICAS

Mais do que limitar-se apenas a cumprir a regulação aplicável às atividades de media em Portugal, o Grupo Media Capital tem promovido proactivamente a adoção das melhores práticas internacionais no sector.

Destaque, neste âmbito, para a distinção atribuída ao Grupo Media Capital pela AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercados, como o grupo de media que mais cumpre as recomendações de governo societário, obtendo uma classificação “AAA” no rating.

Esta distinção é resultado de um estudo sobre o grau de acolhimento do código de governo societário aplicado em Portugal, por parte das empresas portuguesas cotadas em bolsa. O estudo tem por base a informação pública disponibilizada pelas cotadas nos relatórios de governo das sociedades referentes ao exercício de 2010 e avalia o grau de acolhimento das recomendações tendo como referência o cumprimento das práticas mais relevantes que constam dos *benchmarks* internacionais.

A Media Capital distinguiu-se não só pelo cumprimento das recomendações base, como também das regras mais finas que cada categoria inclui e que passaram a ser consideradas para avaliação nesta segunda edição do estudo.

Numa ótica de responsabilidade social e de proteção dos menores e públicos sensíveis, a TVI tem mantido e melhorado, do ponto de vista de aperfeiçoamento interno, o sistema comum e unívoco de classificação de programas de televisão definido para os três operadores, facilitando-se a comunicação dos limites de programação à grande maioria dos espectadores.

Em matéria de autorregulação comercial, a TVI tem-se destacado pela capacidade de iniciativa no que diz respeito a novas técnicas de comunicação comercial audiovisual, tais como as menções de patrocínio, a colocação de produto e/ou ajudas à produção, e tem em preparação dois novos acordos, nomeadamente relativos às comunicações institucionais e à publicidade e o patrocínio em ecrã dividido.

O respeito pela legislação setorial e a melhoria constante dos níveis de cumprimento da mesma, bem como o cultivo de uma atitude de bom relacionamento institucional com as autoridades reguladoras têm sido um traço característico da atuação da TVI no mercado, justamente reconhecido por aquelas autoridades e, em geral, pelas demais entidades participantes no mesmo mercado.

TVI

Protocolo de Serviço Público

Em setembro de 2003, o Governo português, o canal de televisão público RTP e os dois canais privados SIC e TVI assinaram um Protocolo de Serviço Público com o objetivo de garantir o cumprimento de determinadas obrigações de serviço público nos canais privados, como por exemplo:

- i. Apoio publicitário aos projetos do Instituto do Cinema e Audiovisual;
- ii. Investimentos mínimos em produção independente;
- iii. Transmissão de adaptações de ficção literária portuguesa;
- iv. Transmissão de programas culturais e dedicados a minorias;
- v. Utilização de linguagem gestual e legendagem para os deficientes auditivos.

Os 3 canais obrigaram-se a enviar relatórios bimensais aos participantes, os quais serão avaliados duas vezes por ano por pessoa independente e credível, nomeada pelo Governo.

Sistema de classificação de programas de televisão

Numa ótica de responsabilidade social e de proteção dos menores e outros públicos sensíveis, a TVI iniciou em outubro de 2005 um sistema próprio de classificação dos seus programas com cinco limites de idade em conjunto com recomendação parental. O *rating* dos programas é definido por uma comissão interna multidisciplinar, baseada na análise objetiva de oito critérios diferentes.

Todos os programas da TVI, à exceção dos serviços noticiosos, são classificados internamente e têm indicação no ecrã acerca dos limites de idade recomendados. Os noticiários são precedidos por um aviso destinado aos pais ou a outros adultos responsáveis pela educação de crianças acerca de eventuais conteúdos de natureza violenta.

Com base nesta experiência, reconhecida de forma positiva pelos principais agentes do mercado televisivo, este projeto de autorregulação foi reforçado através da assinatura, em setembro de 2006, de um acordo entre as três televisões generalistas (RTP, SIC e TVI) que proporcionou um sistema comum e unívoco de classificação de programas de televisão para os três operadores. Esta política é muito semelhante à política previamente definida pela TVI e define quatro limites de idade, baseados na análise dos oito critérios. A TVI tem mantido e melhorado, do ponto de vista de aperfeiçoamento interno, o sistema comum e unívoco de classificação de programas de televisão, definido para os três

operadores, facilitando-se a comunicação dos limites de programação à grande maioria dos espectadores.

Estatuto Editorial

Este documento apresenta a missão da TVI, definindo-a como uma empresa de comunicação, independente, com o objetivo de informar e providenciar entretenimento para todas as pessoas de todas as idades, orientada por padrões de qualidade. Destaca ainda a forte ligação com a cultura e a língua portuguesas, sem descuidar o seu objetivo de contribuir para um entendimento mútuo multicultural a nível global. Numa perspetiva humanista, orienta-se por valores como a liberdade, a solidariedade e a paz, valorizando acima de tudo a honestidade, a justiça e o respeito pelo espectador.

Lei da Televisão

De acordo com a Lei Portuguesa (respeitando as Diretivas Comunitárias), a TVI está obrigada a transmitir tempos mínimos percentuais de produções europeias, produções independentes europeias, programas em língua portuguesa e em língua original portuguesa. Estas obrigações são controladas pelo regulador independente ERC (Entidade Reguladora da Comunicação Social). A TVI tem cumprido regularmente com todas as suas obrigações, particularmente graças à sua aposta em produção de ficção nacional, mas também pela contratação de produtoras independentes.

MCR

Estatuto Editorial

Reuniões abertas regulares e participativas entre os diretores de programas e as suas equipas estão na base da programação. A independência jornalística e estatutos editoriais estão definidos no Estatuto do Jornalista, regulado por lei. Adicionalmente, um regulamento interno define outros aspetos, como sejam a incompatibilidade com outras funções, conflitos de interesse, respeito, privacidade e dignidade da pessoa entrevistada e fontes de informação.

Lei da Rádio

O mercado português de rádio é regulado por Lei, que estabelece regras a nível da frequência dos serviços noticiosos, do tipo de conteúdo (conteúdo local em rádios locais), da percentagem de música

portuguesa e das restrições do tempo máximo de publicidade. Estas obrigações são monitorizadas pela ERC (Entidade Reguladora da Comunicação Social) e integralmente cumpridas pela MCR.

DIALOGO COM AS PARTES INTERESSADAS

As empresas do Grupo Media Capital têm uma preocupação constante em manter um contacto regular com as partes interessadas, desde os acionistas ao consumidor final. Neste sentido, em função da atividade de cada empresa e do Grupo em si, os contactos são especializados e direcionados por público-alvo.

De acordo com os princípios de transparência de gestão e boas práticas de Governo das Sociedades observados no Grupo Media Capital e por inerência da aplicação do processo SOX – *Sarbanes-Oxley Act* – a que o Grupo PRISA está obrigado, a Media Capital implementou em 2011, o código de conduta, aplicável a todos os colaboradores e de cumprimento vinculativo.

No mesmo âmbito, foi também implementado um canal de denúncias, um sistema que permite a qualquer entidade, pessoal ou coletiva, relacionada com o Grupo (incluindo clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas, e demais partes interessadas) transmitir, de forma direta e confidencial, às Comissões de Auditoria, qualquer prática menos lícita ou alegada irregularidade contabilística, financeira ou de controlo ocorrida no seio do Grupo. Tanto o código de conduta como o canal de denúncias foram amplamente divulgados por todos os colaboradores e disponibilizados no *site* da Media Capital.

Através do seu *site* institucional, por correspondência formal e pelo *site* da CMVM, a comunicação com os acionistas e investidores é assegurada de forma permanente, dentro dos parâmetros legais.

Intranet

Durante 2012 o Grupo Media Capital implementou e lançou a Intranet Media Capital, um portal que tem como objetivo agilizar a comunicação do Grupo com os colaboradores e entre os próprios colaboradores, tornar os serviços partilhados do Grupo mais eficazes e eficientes e também promover uma maior cultura de Grupo, não obstante a unidade de negócio de cada um (e sem perder, naturalmente, a personalidade própria de cada empresa).

Outro objetivo é que esta Intranet sirva de elo de ligação entre as empresas do Grupo Media Capital, o próprio Grupo Media Capital e o Grupo Prisa.

A intranet regista, desde a sua implementação no último trimestre de 2012, uma forte adesão, sendo já um ponto indispensável de consulta diária, seja para informação de atualidades seja para informação prática sobre o Grupo ou iniciativas das unidades de negócio.

A intranet permitiu ainda, sendo esse um dos seus objetivos primários, uma maior agilização da comunicação entre o Departamento de Recursos Humanos e cada colaborador, ao constituir-se como um interface privilegiado, completo e dinâmico para qualquer troca de comunicação e informação com o departamento, comportando desde informação prática relacionada com a relação contratual do colaborador, a ações de formação, benefícios, informação sobre legislação e procedimentos internos.

Comunicação com o consumidor final

Para os consumidores finais – ouvintes, espectadores, utilizadores – as empresas do Grupo utilizam essencialmente os canais telefónico e digital.

Por Telefone

A TVI tem um serviço de chamadas integrado no seu departamento de relações exteriores, disponível das 7h30 às 00h00, para receber comentários, sugestões, reclamações do público. A MCR tem igualmente um serviço telefónico permanente ao longo do dia que serve também (para além dos objetivos especificados para a TVI) para a participação dos ouvintes em programas das rádios do Grupo.

Por via Digital

Através de boletins informativos regulares ou dos sites das marcas, procura-se informar, promover e fomentar a interação com o público-alvo.

Com as agências e órgãos de comunicação social, o canal digital – e, em especial, o *site* do Grupo Media Capital – é igualmente uma forma privilegiada de contacto para enviar informação sobre lançamento de novos produtos, informação sobre grelhas de informação (no caso da TVI e das rádios) ou informação institucional.

As visitas às instalações e a promoção de encontros pontuais sempre que existe informação relevante a comunicar, são igualmente modelos usados no contacto com os órgãos de comunicação social.

Os anunciantes nas marcas do Grupo Media Capital, contam com um acompanhamento diário – em particular no caso da TVI, mas este contato diário com os anunciantes estende-se às restantes empresas – e resposta regular às suas campanhas, por telefone, email ou pessoalmente.

Relações com a comunidade, instituições ou associações

As empresas do Grupo Media Capital mantêm relações com os principais agentes do mercado e do Estado que representam e regulam o sector onde se inserem, garantindo não só um acompanhamento regular da atividade destas entidades como a presença e envolvimento na tomada de decisões impactantes para o sector.

PROMOÇÃO DE PRINCÍPIOS HUMANITÁRIOS

- Existe no Grupo Media Capital uma política de não discriminação e garantia de condições sociais e de trabalho igualitárias na admissão de recursos humanos, sendo o mérito pessoal o critério exclusivo para seleção.
- As promoções orientam-se por normas e políticas internas, baseadas na participação e no mérito, mediante um processo de avaliação de desempenho devidamente estruturado e comunicado.
- As empresas do Grupo cumprem escrupulosamente as leis e regulações em matéria de privacidade e confidencialidade, nomeadamente no que se refere a questões de segurança como sejam as áreas de acesso controlado.
- Na TVI existem normas detalhadas no que respeita à Dignidade Humana e privacidade nos programas noticiosos, de acordo com os princípios estabelecidos nos Estatutos Editoriais e nas Bases Programáticas da Plataforma Comum dos conteúdos informativos nos meios de comunicação.
- As normas internas neste domínio são igualmente aplicadas pelo Grupo na seleção de entidades subcontratadas ou fornecedoras.

EMPREGADOS

Formação profissional e outros benefícios

Em 2012, 810 colaboradores do Grupo Media Capital beneficiaram de 6117 horas de formação profissional, nas áreas comportamental, técnica, informática e linguística (Espanhol).

Para além disso, também a Plural tem mantido uma contribuição muito significativa para o desenvolvimento de centenas de novos profissionais no setor de audiovisual em Portugal. Esta contribuição passa pela formação das várias categorias de profissionais do setor e pela melhoria generalizada nas áreas técnicas de direção, produção e edição de ficção.

O Grupo Media Capital tem em vigor um plano de seguros de saúde para os seus colaboradores e respetivas famílias, para além de todos os empregados beneficiarem igualmente de exames médicos e análises numa base preventiva e regular e do acesso ao posto médico do Grupo, disponível 8 horas por semana. Os colaboradores do Grupo Media Capital podem ainda usufruir dos protocolos estabelecidos entre o Grupo e instituições como bancos, ginásios, farmácias, clínicas especializadas, escolas de línguas, entre outras.

Assumindo a sua responsabilidade na formação de futuros profissionais no sector da Comunicação Social, a TVI acolheu em 2012, 94 estagiários, para estágios nas direções de Informação, Programas, Marketing e Relações Exteriores e Emissão e Meios de Produção, entre os quais estudantes de cursos de Comunicação Social e de Marketing, provenientes entre outras da Universidade Católica Portuguesa, Universidade Nova, da Universidade Fernando Pessoa (Porto), Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Coimbra, Escola superior de Educação de Viseu, Universidade Lusofona, do ISCEM e das Escolas Profissionais ETIC e Singular way.

Avaliação de Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho do Grupo Media Capital enquadra-se no processo de melhoria contínua assente nos objetivos de qualidade e excelência e integra-se no ciclo anual de gestão de cada Unidade de negócio, sendo composto por quatro dimensões:

- I. Avaliação de Competências (Chave, Gestão e Liderança e Técnicas Específicas);
- II. Avaliação de Objetivos (Corporativos, de Negócio e Departamento);
- III. Definição do Plano de Desenvolvimento Individual;
- IV. Identificação de Potencial;

Este sistema interage com as áreas de Gestão de Carreiras e de Remuneração/Benefícios, permitindo uma Gestão de Recursos Humanos global alinhada com a Missão, Visão e Valores do Grupo Media Capital.

AMBIENTE

As atividades desenvolvidas pelo Grupo Media Capital têm, por definição, um reduzido impacto a nível ambiental. Em 2012, o Grupo manteve o seu empenho na implementação de um conjunto de medidas, transversais a todas as unidades de negócio, tendo em vista minorar ainda mais o seu impacto no meio ambiente e junto da comunidade onde se insere. Destacam-se a reciclagem – de papel, cartão, plástico, vidro e consumíveis informáticos (com taxas de reciclagem entre os 85% a 100% dos materiais comprados/consumidos no caso do papel/cartão e consumíveis informáticos e iluminação) – e as medidas de poupança e redução dos consumos de energia.



Disposições Legais

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Ações próprias

Nos termos do disposto nos artigos 66.º e 324.º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que durante o ano de 2012 não foram adquiridas ou alienadas ações próprias representativas do capital social da Sociedade, pelo que em 31 de dezembro de 2012 não eram detidas quaisquer ações próprias.

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do disposto no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunicamos o número de ações representativas do capital social da Sociedade detidas, a 31 de dezembro de 2012, pelos acionistas que informaram ser titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital:

- Vertix SGPS, S.A.: 71.576.289 ações representativas de 84,69% do capital social da Sociedade;
- PortQuay West I B.V.: 8.451.318 ações representativas de 10,00% do capital social da Sociedade.

Lista de Participações Qualificadas (conhecidas a 31 de dezembro de 2012)

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8º do Regulamento da CMVM N.º 5/2008, comunicamos a lista de participações qualificadas conhecidas a 31 de dezembro de 2012:

Acionista	Nº de ações detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Vertix SGPS, S.A. (a)	71.576.289	84,69%	94,69% (a)
PortQuay West I B.V. (b)	8.451.318	10,00%	10,00%
Caixa de Aforros de Galicia, Vigo, Ourense e Pontevedra	4.269.869	5,05%	5,05%

- a) A Vertix SGPS, SA é detida a 100% pela sociedade Promotora de Informaciones, S.A., sociedade de direito espanhol. Percentagem de direitos de voto imputáveis à sociedade Vertix, SGPS, S.A. correspondente à soma de 71.576.289 ações e de 8.451.318 ações, por força da opção de compra constante do contrato de compra e venda de ações celebrado a 23 de fevereiro de 2011 com a PortQuay West I B.V.
- b) A PortQuay West I B.V. é uma sociedade de direito holandês, controlada pela Courical Holding B.V. a qual por sua vez é uma sociedade de direito holandês detida integralmente pela Partrouge, SGPS, S.A. e pela Plurimédia, S.A. sendo ambas as sociedades controladas pelo Eng. Miguel Pais do Amaral.

Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, e com referência a 31 de dezembro de 2012, comunicamos serem as seguintes as ações representativas do capital social da Sociedade detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.

Membros do Conselho de Administração

	Ações	Nº Títulos 31-12-12	Movimentos em 2012			Data
			Aquisições	Alienações	Preço Unitário (€)	
Miguel Pais do Amaral	8.451.318*					
Jaime d' Almeida		0				
Rosa Cullell		0				
Manuel Polanco		0				
Miguel Gil		0				
Javier Lazaro						
Juan Herrero		0				
Pedro Garcia Guillén		0				
Tirso Olazábal		0				
Bo Einar Nilsson	8.451.318*					

(*) Nota: Não acumuláveis. Responsabilidade indireta e conjunta, conforme notas do quadro anterior.

Revisor Oficial de Contas

	Ações	Nº Títulos 31-12-12	Movimentos em 2012			Data
			Aquisições	Alienações	Preço Unitário (€)	
Deloitte & Associados, SROC		0				

Relatório sobre o Governo da Sociedade

O Relatório sobre o Governo da Sociedade é apresentado em documento anexo ao presente relatório.

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício nas contas individuais preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotados pela União Europeia foi positivo em 1.228.070,25 Euros.

O Conselho de Administração propõe que seja deliberado o seguinte:

- a) Dando cumprimento ao disposto na lei e nos estatutos, seja transferido para reservas legais, o montante de 61.403,51 Euros, correspondente a 5% do resultado líquido do exercício;
- b) Distribuição de dividendos no montante de 5.408.843,52 Euros, correspondente a, aproximadamente, 45% do valor do resultado líquido consolidado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Esta distribuição corresponderá a um dividendo bruto por ação de 0,064 Euros;
- c) O remanescente do resultado líquido consolidado do exercício, no montante de 6.468.815,57 Euros, seja transferido para Reservas livres.

Esta proposta de distribuição de dividendos tem como objetivo ir de encontro às expetativas criadas junto dos investidores e acionistas, sem contudo, descurar a preocupação em manter o Grupo Media Capital dotado de liquidez necessária à continuidade de negócio tendo em consideração a atual conjuntura económica.

Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no

perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Agradecimentos

Não queremos terminar sem um agradecimento a todos os colaboradores que com a sua contribuição direta ou indireta participaram no desenvolvimento deste Grupo, aos nossos parceiros e fornecedores, pelos serviços prestados, aos nossos acionistas, pelo apoio constante, aos nossos espectadores, ouvintes e utilizadores pela preferência demonstrada ao longo do ano e aos nossos anunciantes e clientes pela confiança em nós depositada. No ano em que renunciou ao mandato de Administrador, queremos deixar ainda um especial agradecimento ao Senhor Juan Luis Cebrián Echarri, pelo valioso contributo prestado à Sociedade.

20 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração,

Miguel Pais do Amaral (Presidente)

Rosa Maria Cullell Muniesa (Administradora Delegada)

Bo Einar Nilsson (Vogal)

Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Vogal)

Juan Herrero Abelló (Vogal)

Javier Lázaro Rodríguez (Vogal)

Manuel Polanco Moreno (Vogal)

Miguel Gil Peral (Vogal)

Pedro Garcia Guillén (Vogal)

Tirso Olazábal (Vogal)



Relatório de Governo de Sociedade

INTRODUÇÃO

A sociedade Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (doravante designada igualmente por “Media Capital” ou “Sociedade”) apresenta, em anexo ao Relatório e Contas de 2012 o presente Relatório inteiramente dedicado ao Governo da Sociedade, nos termos do disposto nos artigos 70.º do Código das Sociedades Comerciais, 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento da CMVM n.º 1/2010 sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A Media Capital reconhece a importância de um bom governo da Sociedade no estabelecimento de uma relação aberta e frutífera entre os seus acionistas, os seus *stakeholders* e a administração da Sociedade.

Os nossos princípios relativamente ao governo da Sociedade guiam-se pela responsabilidade perante os acionistas, pelo fornecimento de informação clara e transparente a todos os acionistas, pelo papel dos membros não executivos e independentes do Conselho de Administração e pelo desejo da administração de cumprir as suas obrigações perante os acionistas.

A missão é a de aumentar o valor do investimento dos acionistas através de uma gestão cautelosa dos riscos inerentes aos negócios.

Ao Grupo Media Capital aplicam-se ainda normas e regulamentos internos relativos à estrutura de governo societário, dos quais se destacam o Regulamento do Conselho de Administração e o Código de Conduta. Com o objetivo de continuar a melhorar as suas normas de controlo interno e para o cumprimento do conjunto de disposições legais aplicáveis ao Grupo, encontram-se ainda implementadas estruturas formais de procedimentos e controlos, assim como um modelo de gestão de risco e uma política de comunicação de irregularidades.

CAPÍTULO 0 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A Media Capital, enquanto sociedade aberta sujeita a lei pessoal portuguesa, emitente de ações admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon, encontra-se sujeita às disposições

legais aplicáveis no ordenamento jurídico português, no que respeita às disposições relativas ao governo das sociedades, nomeadamente ao disposto no Código das Sociedades Comerciais e Código dos Valores Mobiliários e ao disposto no Regulamento da CMVM n.º 1/2010 sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

A Media Capital adota as disposições de natureza recomendatória consagradas no Código do Governo das Sociedades da CMVM de 2007, com as alterações introduzidas em janeiro de 2010, os quais se encontram disponíveis para consulta no sítio de internet da CMVM.

A Promotora de Informaciones, S.A. (“Prisa”), que através da sua participada Vertix, S.G.P.S., S.A., detém, atualmente, uma participação superior a 80% (oitenta por cento) do capital social da sociedade Media Capital, emitiu durante o ano de 2010 “American Depository Shares”, que se encontram presentemente admitidos à negociação na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“New York Stock Exchange”). A admissão dos referidos valores mobiliários à negociação em mercado regulamentado dos Estados Unidos da América implica a observância de um conjunto de disposições legais e regulamentares norte-americanas aplicáveis não só à Prisa, mas a também a todo o Grupo societário que encabeça e no qual - tendo em conta a percentagem de capital social e de direitos de voto detidos pela Prisa - a Media Capital se inclui, bem como as respetivas participadas.

No que especificamente concerne a matérias de Corporate Governance, o integral cumprimento daquelas disposições legais e regulamentares aplicáveis requer, portanto, que se proceda à revisão e harmonização das práticas e procedimentos internos adotados.

Em particular, e nos termos e para os efeitos das Secções 301 e 806 da Sarbanes-Oxley Act 2002 (“SOX”), vieram a ser implementados em todo o Grupo Prisa procedimentos de comunicação de irregularidades (“Whistleblowing”) uniformes e transversais, de forma a assegurar que quaisquer denúncias de potenciais irregularidades sejam diretamente comunicadas, preservando, a todo o tempo, a necessária confidencialidade da identidade dos denunciantes.

Desde 2011, a Media Capital adota ainda as regras do Código de Conduta, de acordo com os princípios de transparência de gestão e boas práticas de Governo das Sociedades e por inerência da aplicação do processo SOX –*Sarbanes-Oxley Act* 2002, o qual vincula todos os colaboradores das empresas do Grupo Prisa e, por conseguinte, aplicável também ao Grupo Media Capital.

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 Mesa da Assembleia Geral		
I.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Cumprida	Capítulo I I.1
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	Capítulo I I.1
I.2 Participação na Assembleia		
I.2.1 A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Cumprida	Capítulo I I.2
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Cumprida	Capítulo I I.2
I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência, e quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	Cumprida	Capítulo I I.2
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Cumprida	Capítulo I I.2
I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com eles relacionados.	Cumprida	Capítulo I I.2
I.4 Quórum Deliberativo		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Cumprida	Capítulo I I.2

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
I.5 Atas e Informação sobre Deliberações Adotadas		
I.5.1 Extratos de ata das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Cumprida	Capítulo I I.2
I.6 Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades		
I.6.1 As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Cumprida	Capítulo I I.3 e I.4
I.6.2 Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Cumprida	Capítulo I I.4
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. Temas Gerais		
II.1.1. Estrutura e Competência		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao	Cumprida	Capítulo II Secção I

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.		
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.	Cumprida	Capítulo II Secção I – II.1.3
II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Cumprida	Capítulo II Secção I – II.1.3
II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Cumprida	Capítulo II Secção I – II.1.3
II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Cumprida	Capítulo II Secção I – II.1.4
II.1.2 Incompatibilidades e Independência		
II.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva	Cumprida	Capítulo II Secção I – II.1.1

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.		
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não cumprida Dos oito Administradores não executivos a Sociedade tem dois Administradores independentes os quais incorporam também a Comissão de Auditoria.	Capítulo II Secção I – II.1.1
II.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutra órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Cumprida	Capítulo II Secção II e Secção IV
II.1.3 Elegibilidade e Nomeação		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Cumprida	Capítulo II Secção I – II.1.1 e Secção II
II.1.3.2 O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Cumprida	Capítulo II Secção I – II.1.1 e Secção II
II.1.4 Política de Comunicação de Irregularidades		
II.1.4.1 A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso	Cumprida	Capítulo II Secção IV – IV.3

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
assim seja pretendido pelo declarante.		
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	Capítulo II Secção IV – IV.3
II.1.5 Remuneração		
<p>I.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: (i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa. (ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. (iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. (v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. (vi) Quando a remuneração variável compreender a</p>	<p>Não cumprida A remuneração variável encontra-se diferida por um período de um ano, sendo o seu pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.</p>	<p>Capítulo II Secção IV – IV.1</p>

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
<p>atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador. (viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.</p>		
<p>II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.</p>	Cumprida	Capítulo II Secção IV – IV.1
<p>II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.</p>	Cumprida	Capítulo II Secção IV – IV.1
<p>II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não</p>	<p>Não aplicável Durante o exercício de 2007, o Conselho de Administração do Grupo Media Capital, em conjunto com a Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais e a Comissão de Nomeação e Remuneração</p>	Capítulo II Secção IV – IV.1

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	dos Diretores, decidiu extinguir o Plano de Opções sobre Aquisição de Ações aprovado a 22 de abril de 2005.	
II.1.5.6 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.	Cumprida	Capítulo II Secção V
II.1.5.7 Deve ser divulgado no Relatório anual sobre o Governo da sociedade o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Cumprida	Capítulo II Secção IV.2
II.2. Conselho de Administração		
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	Capítulo II Secção II
II.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Cumprida	Capítulo II Secção II
II.2.3 Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Não aplicável	Capítulo II
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma	Cumprida	Capítulo II

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.		Secção II
II.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não aplicável A Sociedade não adotou qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro.	Capítulo II Secção II
II.3 Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Cumprida	Capítulo II Secção II
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável A Sociedade não dispõe de comissão executiva	Capítulo II
II.3.3 O presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável A Sociedade não adota o modelo de governação que incorpora de conselho geral e de supervisão.	Capítulo II
II.4. Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-	Não aplicável A Sociedade não adota o modelo de governação que incorpora de conselho geral e de supervisão.	Capítulo II

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.		
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Cumprida	Capítulo II Secção III
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	Capítulo II Secção III
II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Cumprida	Capítulo II Secção III
II.4.5 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumprida	Capítulo II Secção III
II.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses	Cumprida	Capítulo II Secção III

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.		
II.5. Comissões Especializadas		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Cumprida	Capítulo II Secção V
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração. e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração	Não cumprida A Comissão de Nomeação e Remuneração de Órgãos Sociais é composta por uma maioria de membros não independentes.	Capítulo II Secção V
II.5.3. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Cumprida	Capítulo II Secção V
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Cumprida	Capítulo II Secção V
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1 Deveres Gerais de Informação		
III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o	Cumprida	Capítulo III III.11

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
<p>princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.</p>		
<p>III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral. 	Cumprida	Capítulo III III.11
<p>III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.</p>	Cumprida	Capítulo III III.12
<p>III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.</p>	<p>Não cumprida</p> <p>Parcialmente cumprida no que respeita à análise da eficácia e verificação do funcionamento dos mecanismos de controlo interno.</p>	Capítulo III III.12
<p>III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o</p>	<p>Não cumprida</p> <p>A Sociedade contratou serviços diversos com relevo superior a 30%.</p>	Capítulo III III.12

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.		
IV. CONFLITOS DE INTERESSE		
IV.1 Relações com acionistas		
IV.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Cumprida	Capítulo III III.9
IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Não cumprida A Sociedade não previu a intervenção do órgão de fiscalização na aprovação das operações realizadas com titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo por as mesmas terem sido realizadas em condições normais de mercado.	Capítulo III III.9

CAPÍTULO I - ASSEMBLEIA GERAL

I.1 Composição, mandato e remuneração

Os membros da Mesa da Assembleia Geral para o mandato de 2012/2015 foram designados na Assembleia Geral anual da Media Capital, realizada a 21 de março de 2012. São os seguintes os membros da Mesa da Assembleia Geral:

PRESIDENTE: Exmo. Senhor Professor Doutor Pedro Canastra de Azevedo Maia, Doutorado em Ciências Jurídico-Empresariais, natural de Vila do Conde, com domicílio na Alameda Infante D. Pedro, n.º 56 em Coimbra.

VICE-PRESIDENTE: Exmo. Senhor Dr. Tiago Antunes da Cunha Ferreira de Lemos, Advogado, natural de Lisboa, com domicílio na Rua da Arrábida, 54, 2º Esq. em Lisboa.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral são secretariados pelo Secretário da Sociedade.

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é realizada através de uma quantia fixa, tendo a remuneração sido fixada de acordo com a remuneração praticada no mercado para o exercício de funções semelhantes. Durante o exercício de 2012, os membros da Mesa da Assembleia Geral foram remunerados pela comparência e intervenção na Assembleia Geral anual da Media Capital realizada a 21 de março de 2012. A remuneração auferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral ascendeu a Euro 1.500,00 e a do Vice-presidente da Mesa de Assembleia Geral a Euro 750,00.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral dispõem dos recursos humanos e logísticos de apoio adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da Sociedade, utilizando, para o efeito, o apoio do Secretário da Sociedade e da assessoria jurídica interna da Sociedade. A Sociedade disponibiliza, ainda, através do desenvolvimento de um *software* informático, a assessoria técnica essencial para efeitos de contagem e escrutínio da votação durante a realização da Assembleia Geral.

I.2 Participação acionista

Voto e exercício do direito de voto

A Assembleia Geral da Media Capital é constituída pelos acionistas que, desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior à data agendada para a realização da respetiva reunião, tenham averbadas em seu nome em conta de valores mobiliários escriturais aberta junto de intermediário financeiro, pelo menos 100 (cem) ações representativas do capital social da Sociedade. A prova da titularidade das ações far-se-á mediante o envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a antecedência de cinco dias em relação à data agendada para a realização da assembleia, de declaração emitida por intermediário financeiro do registo em conta das ações, da qual deverá constar que as ações em causa se encontram registadas na respetiva conta desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior à data agendada para a realização da assembleia.

O Contrato de Sociedade da Media Capital não prevê o bloqueio das ações para efeitos de participação dos acionistas na reunião da Assembleia Geral, não sendo o mesmo aplicável em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.

Nos termos do Contrato de Sociedade da Media Capital, a cada conjunto de 100 (cem) ações da Sociedade com o valor nominal de Euro 1,06 (um euro e seis cêntimos) corresponde 1 (um) voto. Os acionistas, que detenham menos de 100 (cem) ações, podem agrupar as suas ações com o objetivo de

intervir e participar na Assembleia Geral, fazendo então representar-se por um deles. A Sociedade reconhece que se encontra devidamente acautelada a possibilidade de participação e intervenção dos acionistas da Sociedade, nomeadamente tendo em consideração o baixo valor nominal das ações, e a possibilidade de agrupamento dos acionistas para perfazerem um voto, prevista no artigo 11.º do Contrato de Sociedade.

A Sociedade não prevê qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, seja de forma individual ou em concertação com outros acionistas com ele relacionados.

O Contrato de Sociedade não prevê a existência de ações que não confirmem direitos de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de acima de certo número quando emitidos por um só acionista.

Quórum

Nos termos do artigo 15.º do Contrato de Sociedade, a Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação caso estejam presentes ou devidamente representados acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a um terço do capital social com direito de voto.

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos apurados em cada reunião, sem prejuízo dos casos em que a lei exigir maioria qualificada, como é o caso de aprovação de alterações ao Contrato de Sociedade, nos termos do disposto no artigo 386.º do Código das Sociedades Comerciais.

Voto por correspondência

O artigo 11.º do Contrato de Sociedade da Media Capital estabelece que os acionistas poderão exercer o seu voto por correspondência.

O voto por correspondência deverá ser dirigido ao Presidente da Mesa, e entregue na Sociedade em mão ou aí recebido com, pelo menos, três dias úteis de antecedência em relação à data agendada para a realização da assembleia.

O voto por correspondência é confidencial até ao momento da votação e valerá como voto negativo em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à emissão do voto.

O exercício do voto por correspondência deverá ser efetuado através de boletins de voto que para o efeito são disponibilizados no sítio da Internet da Sociedade (<http://www.mediacapital.pt>), os quais,

depois de devidamente preenchidos e assinados, deverão ser inseridos em envelope fechado, e endereçados à sede da Sociedade, acompanhados de cópia do documento de identificação do subscritor, e sendo caso disso de documento que ateste os seus poderes.

Voto por meios telemáticos

O Contrato de Sociedade da Media Capital não proíbe a realização de Assembleias Gerais através de meios telemáticos, encontrando-se a Sociedade capaz de assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações.

Durante o exercício de 2012, não foi implementada a adoção do sistema de voto por meios eletrónicos para a Assembleia Geral anual, por a Sociedade considerar que através do voto por correspondência se encontra acautelado o acesso de todos os acionistas à participação nas decisões submetidas a deliberação.

Atas das reuniões de Assembleia Geral

As atas das reuniões da assembleia geral da Sociedade são disponibilizadas aos acionistas no sítio Internet da Sociedade no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a sua realização.

O sítio da Internet da Sociedade (<http://www.mediacapital.pt>) disponibiliza, em arquivo, a informação financeira da Sociedade relativamente aos exercícios antecedentes, e ainda informação relativa às Assembleias Gerais, nomeadamente as ordens de trabalhos, propostas, deliberações e resultados das votações relativas àquelas reuniões, relativamente aos 3 (três) anos antecedentes.

Presenças nas reuniões de Assembleia Geral

As Assembleias Gerais da Sociedade têm contado com a presença dos membros do Conselho de Administração, da Comissão de Auditoria e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade. São ainda convidados a comparecer nas Assembleias Gerais da Sociedade todos os membros das Comissões que compõem a Sociedade, tendo, até à data os mesmos, estado representados em maioria nas Assembleias Gerais realizadas.

I.3 Intervenção da Assembleia Geral

A Sociedade submeteu à aprovação da Assembleia Geral realizada a 21 de março de 2012 a política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade e dos demais dirigentes da sociedade em vigor, tendo sido aprovada por unanimidade dos acionistas.

A avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes foi realizada pelas competentes Comissões.

A Sociedade não mantém, desde 2007, planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes. Mais, a Sociedade não dispõe de sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes pelo que não se submeteu qualquer deliberação à Assembleia Geral.

O Contrato de Sociedade não contém disposições estatutárias que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas, pelo que não se aplica o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da respetiva norma estatutária.

I.4 Medidas relativas ao Controlo das Sociedades

A Sociedade não adotou, através de aprovação de quaisquer disposições estatutárias ou de outras medidas adotadas pela Sociedade, medidas ou normas com vista a impedir o sucesso de ofertas públicas de aquisição.

Durante o exercício de 2012 não foram adotadas quaisquer medidas defensivas com o objetivo de provocar a erosão grave no património da Sociedade, quer em caso de transição de controlo da Sociedade, quer em caso de mudança de composição do seu órgão de administração.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração, a Sociedade não celebrou quaisquer acordos significativos que entrem em vigor ou sejam alterados em caso de mudança de controlo da sociedade. Alguns dos financiamentos contratados pelo Grupo junto da Banca nacional prevêem vencimento antecipado, não automático, em caso de alteração significativa no controlo da sociedade em termos e condições habitualmente praticados no mercado bancário.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração, a Sociedade não celebrou acordos com os titulares do órgão de administração e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

CAPÍTULO II ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Secção I – Temas Gerais

A Media Capital adota como estrutura de administração e fiscalização o modelo anglo-saxónico, constante da alínea b) do n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, estrutura de administração e fiscalização composta por um Conselho de Administração compreendendo uma Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração considera que o modelo adotado é o adequado para o correto funcionamento da sociedade e dos seus órgãos, considerando a atividade desenvolvida e a sua dimensão, não se tendo deparado com constrangimentos ao seu funcionamento.

II.1.1 Composição dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela administração e representação da Sociedade. As suas principais responsabilidades são as de definir as orientações estratégicas da Sociedade, supervisionar a implementação das referidas orientações e de supervisionar a saúde financeira da Sociedade. Os critérios presidem, a cada momento, à atuação do Conselho de Administração serão o cumprimento do objeto social, a defesa da viabilidade da empresa a longo prazo e o desenvolvimento do seu valor real, salvaguardando a identidade, assim como os princípios profissionais e deontológicos.

A Administradora Delegada, o Administrador Executivo e os diretores operacionais são responsáveis pelas operações correntes das atividades desenvolvidas pelo Grupo Media Capital.

O Contrato de Sociedade da Media Capital estabelece que o Conselho de Administração deve ser composto por um número mínimo de 7 (sete) membros e um máximo de 11 (onze) membros, eleitos em Assembleia Geral por períodos de 4 (quatro) anos, e reelegíveis uma ou mais vezes.

O Conselho de Administração inclui dois (2) membros independentes de modo a assegurar uma maioria de membros independentes na Comissão de Auditoria, e inclui seis (6) membros não executivos de modo a garantir a efetiva capacidade de acompanhamento e avaliação da atividade dos membros executivos. A Sociedade considera que se a designação dos membros independentes assegura por si só a

proporção necessária em função do modelo de governação adoptado, sendo bastante tendo conta a sua estrutura de capital.

O Conselho de Administração compreende uma Comissão de Auditoria, a quem compete, em conjunto com um Revisor Oficial de Contas, a fiscalização da Sociedade.

Os membros do Conselho de Administração para o mandato de 2012/2015 foram designados na Assembleia Geral anual da Media Capital, realizada a 21 de março de 2012, tendo ocorrido alterações aos seus membros através de cooptação de um membro pelo Conselho de Administração a 21 de dezembro de 2012.

Na Assembleia Geral referida foi aprovada a fixação da composição do Conselho de Administração em 10 (dez) membros. São os seguintes os membros do Conselho de Administração em exercício:

Presidente:

Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	Não executivo	
Rosa Cullerell	Executivo	
Miguel Gil	Executivo	
Bo Nilsson	Não executivo	
Jaime Roque de Pinho D'Almeida	Não executivo	Independente
Javier Lázaro Rodríguez	Não executivo	
Juan Herrero	Não executivo	
Manuel Polanco	Não executivo	
Pedro Garcia Guillén	Não executivo	
Tirso Olazábal Caveró	Não executivo	Independente

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é composta pelos membros do Conselho de Administração não executivos, sendo composta por uma maioria de membros independentes, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 423.º-B do Código das Sociedades Comerciais. A Comissão de Auditoria é composta por um mínimo de três e um máximo de cinco membros do Conselho de Administração.

Os membros da Comissão de Auditoria para o mandato de 2012/2015 foram designados em conjunto com os demais membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral anual da Media Capital, realizada a 21 de março de 2012.

A Comissão de Auditoria é composta pelos seguintes membros do Conselho de Administração:

Presidente da Comissão de Auditoria:

Tirso Olazábal Cavero	Não executivo	Independente
-----------------------	---------------	--------------

Membros da Comissão de Auditoria:

Jaime Roque Pinho D'Almeida	Não executivo	Independente
Pedro Garcia Guillén	Não executivo	

Os membros em exercício dispõem das competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

II.1.2 Competências dos Órgãos Sociais

Estrutura organizativa

Em termos organizacionais, o Grupo Media Capital encontra-se estruturado por áreas de negócio, que correspondem aos diferentes mercados de media em que opera – Televisão, Produção Audiovisual, Rádio, Entretenimento, Internet e Outros negócios.

Como holding do Grupo, a sociedade Grupo Media Capital, SGPS, S.A., é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico, designadamente no que respeita ao seu processo de expansão, bem como pela gestão global do conjunto das diferentes áreas de negócio, servindo como polo orientador no processo de tomada de decisão. Em 2012, a Media Capital mantém a organização e estrutura criadas no ano anterior, o Comité Executivo e o Comité de Negócios, nos quais estão presentes os quadros diretivos de todas as áreas de atividade da Media Capital, com reporte hierárquico à administração. Estes comités reúnem-se com periodicidade e servem de apoio à gestão da Administradora Delegada.

Cada área de negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão corrente, de acordo com os critérios e orientações que emanam do orçamento anual de cada área, revisto e aprovado anualmente pelas respetivas áreas e pelo Conselho de Administração da Media Capital, no âmbito do qual se definem, de forma participada e interativa, as orientações estratégicas, operacionais e de investimento dos vários negócios. O funcionamento operacional é regulado no quadro de um sistema de controlo de gestão conduzido pela holding, onde se procede, em permanência, ao controlo da execução orçamental. Para o correto exercício das suas funções, o Grupo Media Capital dispõe de um conjunto de estruturas funcionais de apoio à gestão do Grupo incluídas quer na Sociedade quer em outras sociedades integradas e que se encontram concentradas na sociedade Media Capital Serviços, S.A. (sociedade detida a 100% pela Media Capital). O objetivo destas estruturas compreende não só o fornecimento à holding de ferramentas de suporte à decisão operacional, como a prestação, a todo o Grupo, incluindo

as respetivas áreas de negócios, de serviços de gestão e assessoria nas áreas administrativa e financeira, comercial e de marketing, de recursos humanos, de planeamento e controlo de gestão e de sistemas de informação.

II.1.3 Sistemas de controlo interno e de gestão de riscos

A administração da Media Capital acredita que é essencial implementar sistemas que permitam à administração da Sociedade:

- Identificar os riscos que a Sociedade enfrenta;
- Medir o impacto no desempenho financeiro e no valor da Sociedade;
- Comparar o valor em risco com os custos dos instrumentos de cobertura, se disponíveis;
- Monitorizar a evolução dos riscos identificados e dos instrumentos de cobertura.

Nos termos e para os efeitos da Secção 404 da Sarbanes-Oxley Act 2002 (“SOX”), vieram a ser implementados no Grupo Media Capital, procedimentos de controlo interno que pretendem minimizar o impacto dos riscos existentes na Media Capital e em todos os detentores de interesses na mesma.

O Conselho de Administração considera que os sistemas de controlo de riscos adotados são os adequados aos riscos a que Media Capital se encontra exposta, estando devidamente acautelada a efetiva deteção de riscos potenciais e eficaz atuação em face da ocorrência dos mesmos. O Conselho de Administração, enquanto órgão responsável pela definição das políticas estratégicas gerais da Sociedade, e em especial pela aprovação dos planos estratégicos ou de negócio, dos objetivos de gestão, orçamentos e projeções financeiras, faz seguimento periódico dos sistemas internos de informação e de controlo dos riscos que permite identificar a ocorrência dos mesmos, atuando e gerindo os riscos em conjunto com as competentes unidades de negócio, conforme descrito no presente Relatório.

Competências

O Conselho de Administração continua, durante o exercício de 2012 a coordenar a sua atuação ao nível do funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos com a Comissão de Auditoria de modo a poder a referida Comissão promover a avaliação do funcionamento dos sistemas adotados e sugerir ajustamentos em função das necessidades da sociedade, em cumprimento das normas de carácter recomendatório da CMVM.

A Comissão de Auditoria definiu como compromisso prioritário a supervisão dos mecanismos de avaliação e gestão dos riscos e oportunidades que afetam os seus negócios, suportados por um modelo

de gestão integrado e transversal, assegurando a implementação de boas práticas de Corporate Governance e transparência na comunicação ao mercado e acionistas.

Ao Comité Executivo e ao Comité de Negócios da Media Capital são atribuídas as seguintes competências nestas matérias:

- Gestão dos riscos materialmente relevantes;
- Implementação e operacionalização das ações necessárias para assegurar o controlo adequado dos riscos;
- Avaliação e quantificação do risco residual a que as empresas se encontram expostas;
- Identificação das áreas críticas de exposição e apresentação de ações de mitigação;
- Realimentação do Modelo de Gestão de Risco, alertando para novas situações de exposição ou degradação do ambiente de controlo.

Esta ferramenta de gestão estratégica constitui uma peça relevante do ambiente de Controlo Interno e na Gestão da Mudança da Media Capital, permitindo responder a requisitos da legislação, e que reforçam a necessidade de avaliar e gerir os riscos que afetam de um modo mais significativo as empresas do Grupo.

Metodologia

A metodologia de gestão de riscos implementada no Grupo Media Capital segue a abordagem internacional COSO (*Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission*), concebida pelo *Committee of Sponsorship Organizations*. Neste âmbito, a seguinte estrutura representa o fluxo processual da metodologia:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados, junto do management da Media Capital, os riscos internos e exógenos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- São identificados e aprovados os *Risk Managers* responsáveis pela avaliação dos riscos relevantes;
- São realizadas reuniões com os responsáveis operacionais pela gestão de cada risco, de modo a identificar como os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da Media Capital, assim como processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente é mensurado o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco, e consoante o nível de exposição ou risco residual, é avaliada a necessidade de resposta ao risco (eliminar, reduzir, transferir ou aceitar);

- Realiza-se o acompanhamento das ações de mitigação de risco que ficaram definidas na fase anterior; e na monitorização da evolução do nível de exposição aos riscos críticos e identificação de novos fatores de riscos. Esta fase contempla a adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos;
- Utilização dos resultados e informação gerada pelo Sistema de Gestão de Riscos para comunicação ao mercado e acionistas dos fatores de risco críticos que podem afetar as operações e atividades da Media Capital.

Identificação

A Media Capital enfrenta três tipos de riscos de operação, que são inerentes aos seus negócios: regulatório, financeiro e operacional.

i) Regulatório

Riscos

Tal como os outros operadores de meios de comunicação em Portugal, o Grupo Media Capital está sujeito a uma série de leis, regulamentos e diretivas que limitam a forma como a Media Capital pode conduzir as suas operações. As leis, regulamentos e diretivas, presentemente em vigor, disciplinam, entre outros aspetos, a emissão, renovação, transferência e propriedade de licenças de difusão televisiva e radiofónica, a calendarização e o conteúdo da programação televisiva e radiofónica, a calendarização e o montante de publicidade comercial que pode ser transmitida num dado período e o conteúdo da publicidade comercial que pode ser transmitida ou exibida.

Controlo do risco

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), goza de autoridade para emitir e renovar licenças de transmissão televisiva. Todas as licenças existentes para transmissão televisiva em regime livre foram emitidas pelo prazo de 15 anos, em 1992, e poderão ser renovadas por iguais períodos adicionais de 15 anos, mediante um pedido do seu titular, desde que determinadas condições estejam reunidas.

A ERC emitiu em 20 de junho de 2006 a Deliberação 1-L2006, relativa à renovação das licenças para o exercício da radiodifusão televisiva da SIC e da TVI, pelo prazo de quinze anos no que respeita aos serviços de programas generalistas designados, respetivamente, por “SIC” e TVI”. Na sequência da interposição de ação administrativa especial destinada a impugnar o carácter vinculativo das obrigações decorrentes da licença a ERC emitiu em 20 de dezembro de 2007 a nova Deliberação 2/LIC-TV/2007, nos termos da qual reiterou o teor da sua Deliberação 1-L2006, alterando alguns aspetos específicos da referida deliberação.

As licenças de rádio atualmente em vigor são válidas pelo período de 15 anos, podendo as licenças ser renovadas por períodos adicionais de 15 anos, mediante um pedido do seu titular, nos termos da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, que aprova a Lei da Rádio, desde que determinadas condições estejam reunidas. Foram recentemente renovados pela ERC alvarás emitidos, tendo sido remetidos à ERC novos pedidos para renovação, em cumprimento da antecedência legal prevista, antes da expiração de cada uma das licenças das rádios. A Media Capital considera que o risco inerente ao processo de renovação da licença é muito limitado, já que o pedido de renovação não deve ser negado em caso de cumprimento das condições nas quais se baseou a atribuição da licença, não existindo historicamente até a data, comunicações da ERC às rádios da Media Capital neste sentido. Os quadros do Grupo Media Capital e a unidade operativa são responsáveis pela monitorização dos requisitos das licenças e das relações entre o Grupo e as autoridades regulatórias.

ii) Financeiros

A gestão de riscos é da responsabilidade das diversas unidades de negócio que compõe o Grupo Media Capital, com a monitorização realizada pelos Comités Executivos e de Negócios. Esta gestão é assegurada tendo por base uma identificação dos riscos genéricos e posterior priorização dos mesmos, por forma a desenvolver medidas e estratégias de gestão dos riscos que visam minimizar a exposição aos riscos críticos e a colocar em prática procedimentos e controlos internos considerados adequados para a redução dos riscos a níveis, considerados pelos órgãos de gestão, como aceitáveis. Os negócios do Grupo Media Capital são também influenciados por um conjunto de riscos, com maior ou menor capacidade de serem monitorizados e minimizados pelo controlo de gestão. Face a esta realidade, foram desenvolvidas competências internas, nomeadamente na área financeira, com o objetivo de gerir e acompanhar proactivamente um conjunto de fatores de risco que passamos a descrever.

Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados com alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio.

(i) Taxa de juro

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de um programa de papel comercial a uma taxa de juro variável. No sentido de reduzir o nível de risco a que o Grupo está exposto, a Media Capital contratou um produto de cobertura de risco onde fixa uma banda de variação da taxa de juro, Euribor a 1 mês, com um cap de 4,99% e um *floor* de 3,25%. Em 31 de dezembro de 2012, a totalidade da dívida contratada encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado, tendo em 20 de dezembro de 2012 chegado à sua maturidade um instrumento financeiro derivado de fixação de taxa de juro.

A sensibilidade do Grupo a variações na taxa de juro ao longo do ano encontrou-se parcialmente limitada pela contratação de instrumento de cobertura de risco conforme referido acima, o qual foi registado pelo seu valor de mercado apurado por referência a avaliações externas efetuadas por entidades independentes.

Contudo a política interna de gestão deste tipo de risco já não passa pela cobertura de taxa de juro, uma vez que a Empresa considerou que a exposição a este risco não levaria a um impacto materialmente relevante, de acordo com o divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

(ii) Taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com o investimento na Plural Entertainment Inc. bem como com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, e com a compra e venda de conteúdos / direitos em moeda distinta da moeda funcional do Grupo. O risco a que o Grupo está sujeito inclui a exposição ao risco de taxa de câmbio em futuros contratos de direitos de transmissão que venham a ser celebrados, para o qual não são contratados instrumentos de cobertura.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes das operações das diversas empresas do Grupo, o qual procura ser minorado pela política de descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento instituída. Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- as condições financeiras dos clientes.

É convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontra adequadamente relevada nas demonstrações financeiras. A Media Capital acredita que não existe necessidade de reforçar as perdas por imparidade de contas a receber para além do montante incluído em cada exercício nas suas contas e que resulta da prática acima descrita. Adicionalmente, são de relevar os descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento, como medida de redução de risco de crédito dos diversos negócios do Grupo.

Risco de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida. Como forma de mitigar este risco, o Grupo tem procurado manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

iii) Operacional

Existem diversos fatores de risco operacional e de negócio, com relevância nos processos do Grupo Media Capital, ao nível das operações das suas empresas, dos recursos humanos, dos sistemas de informação e de estratégias prosseguidas. Os principais riscos identificados são como segue:

Envolvente económica	Evolução tecnológica	Retenção de talentos
Perda de audiência	Pirataria de conteúdos	Legal e fiscal
Tendências dos consumidores	Integridade de sistemas	Fraude

De acordo com o estabelecido e identificado, o Grupo Media Capital definiu uma estrutura formal de identificação e mitigação de riscos através do seu sistema de controlo interno, que foi criado com base no modelo internacional – COSO (*Committee of Sponsorship Organizations*), com os três níveis definidos neste modelo:

- *Entity Level Controls;*
- *Information Technology Controls;*
- *Process Level Controls.*

O Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria são responsáveis por estabelecer, avaliar e monitorizar a eficácia do seu controlo interno, sobre os relatórios financeiros, assim como pela sua divulgação, através da supervisão dos Comitês Executivo e de Negócios. A sua orientação será a de manter um nível de controlo interno adequado aos riscos identificados.

A estrutura formal de controlo interno, assente em manuais de procedimentos e de controlos internos, pretende documentar e uniformizar os procedimentos efetuados pelas diferentes áreas funcionais da Media Capital assegurando a atualização do conjunto de processos e procedimentos seguidos pelas Empresas do Grupo Media Capital de modo a que contribuam para uma eficiente estrutura de controlo interno apropriada às características do Grupo.

O Grupo Media Capital tem para cada ciclo e transações implementados, controlos formalizados nos manuais acima identificados. Estes documentos são revistos periodicamente para assegurar a sua atualização face à constante evolução nas transações do Grupo garantindo que a mudança é gerida da melhor forma. Anualmente a sua efetividade é testada e avaliada por entidade independente.

A sua estrutura é a seguinte:

Entity Level Controls:

- Ambiente de controlo interno;
- Avaliação de risco;
- Informação e comunicação;
- Monitorização;
- Atividades de controlo.

Information Technology Controls;

- Controlos sobre a gestão de acessos e incidências;
- Controlos sobre o desenvolvimento de sistemas de informação.

Process Level Controls.

- Gestão da receita;
- Gestão de direitos adquiridos;
- Gestão de recursos humanos;
- Gestão de imobilizado;
- Gestão de impostos;
- Gestão de fecho de contas;
- Gestão de tesouraria;
- Gestão de contas a receber;
- Gestão de contas a pagar;
- Gestão de consolidação e *reporting*;
- Gestão de litígios e contingências.

Entre os objetivos do Comité Executivo e de Negócios, em apoio à administração do Grupo e sob supervisão da Comissão de Auditoria, encontram-se os seguintes:

- Assistir a Media Capital na identificação de áreas de risco nas quais existam carências ou insuficiências de controlo interno;
- Propor e contribuir para a implementação dos melhores procedimentos

- Monitorizar e otimizar a performance dos negócios;
- Minimizar riscos de erros, fraude ou utilização inadequada dos meios das empresas;
- Assegurar a fiabilidade da informação financeira e operacional transmitida à administração do Grupo Media Capital;
- Uniformizar critérios, políticas e procedimentos operacionais e contabilísticos.

Em resposta aos desafios colocados pela diversidade das áreas de atividade do Grupo Media Capital e no sentido de se manterem adequados e eficazes os procedimentos e mecanismos de controlo interno dos diferentes negócios, o Grupo Media Capital tem um departamento de Auditoria Interna, responsável por monitorizar os riscos financeiros e operacionais.

II.1.4 Regulamentos

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, a 12 de março de 2009, um Regulamento de funcionamento, alterado por deliberação do Conselho de Administração a 12 de fevereiro de 2010, o qual se encontra disponível no sítio de internet da Sociedade. O referido regulamento aplica-se também à Comissão de Auditoria, porquanto a mesma é parte integrante do Conselho de Administração.

Secção II - Conselho de Administração

O Conselho de Administração é designado ou substituído nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais.

Na designação do Conselho de Administração poderá, ainda, um grupo de acionistas que detenha uma participação superior a dez por cento e inferior a vinte por cento do capital social da Sociedade propor à Assembleia Geral a eleição de um Administrador como representante das minorias, em conformidade com os números 2 a 5 do Artigo 392.º do Código das Sociedades Comerciais, e conforme previsto no artigo 19.º do Contrato de Sociedade.

As propostas de designação de Administradores que sejam submetidas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, e ainda as designação por cooptação do Conselho de Administração devem, de acordo com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração, ser precedidas do correspondente relatório da Comissão de Governo Corporativo e Remunerações dos Quadros Diretivos, devendo, em caso de designação de Administradores independentes, a sua designação ser proposta pela Comissão de Governo Corporativo e Remunerações dos Quadros Diretivos (composta por membros do

Conselho de Administração, não executivos). A Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais poderá apresentar propostas de designação de Administradores à Assembleia Geral.

O Presidente do Conselho de Administração é designado pela Assembleia Geral. Na falta de designação pela Assembleia Geral, o Presidente do Conselho de Administração poderá ser eleito pelo Conselho de Administração. O Conselho poderá designar um ou mais Vice-presidentes, que substituirão o Presidente em caso de impossibilidade ou ausência, no que respeita ao funcionamento do Conselho de Administração.

O Contrato de Sociedade prevê, no seu artigo 19.º, a possibilidade de se proceder à substituição de um Administrador, nos termos da lei e caso o Conselho de Administração venha a declarar a falta definitiva desse Administrador, no caso de durante um exercício o Administrador venha a faltar injustificadamente a mais de 3 (três) reuniões do Conselho de Administração. De acordo com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração, os Administradores cessarão as suas funções no termo do mandato para o qual foram designados ou quando o decida a Assembleia Geral, no uso das suas atribuições, conferidas legal ou estatutariamente. Os Administradores devem pôr o seu cargo à disposição do Conselho de Administração e formalizar, se este o considerar conveniente, a correspondente renúncia nos casos discriminados naquele Regulamento (nomeadamente, quando se encontrem em alguma situação de incompatibilidade ou proibição legalmente previstos, quando por causa de ato doloso tenha sido proferido despacho de saneamento do processo e de designação de data para audiência (previstos no Código de Processo Penal,)), por acusação e/ou pronúncia pela prática de crime doloso punível com pena de prisão superior a 5 anos, quando cessem as circunstâncias pelas quais foram nomeados e, em particular, quando um Administrador independente perca a sua respetiva condição). O Conselho de Administração está impedido de propor a destituição de um membro independente antes do cumprimento do mandato para o qual foi designado, salvo quando ocorra justa causa, apreciada pelo Conselho após parecer prévio da Comissão de Governo Corporativo e Retribuições dos Quadros Diretivos.

O Conselho de Administração da sociedade é composto por dois membros executivos e oito membros não executivos, sendo o presidente do órgão de administração não executivo. Dos membros que incorporam o Conselho de Administração, dois deles são considerados independentes, de acordo com o disposto no artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, cumprindo as regras previstas no disposto no artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais. Os demais membros não executivos do Conselho de Administração não cumprem as regras previstas no disposto no referido artigo, relativamente às incompatibilidades porquanto as mesmas não lhe são aplicáveis.

Delegação de competências

Em matéria de delegação de competências de gestão, o Conselho de Administração aprovou por deliberação do Conselho de Administração do dia 21 de julho de 2012, a delegação de poderes de gestão corrente da Sociedade na Administradora Dra. Rosa Maria Cullell Muniesa, nos termos do disposto no artigo 22.º do Contrato de Sociedade e no Regulamento do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração delegou na Administradora Delegado os poderes delegáveis nos termos da lei e do Regulamento de funcionamento conforme aprovado pelo Conselho de Administração, os quais incluem os poderes de gestão corrente da sociedade, nomeadamente (i) com limitação de até ao montante de Euro 4.000.000,00 (quatro milhões de euros) celebrar, alterar ou cancelar contratos prestação de serviços, licenciamento, cooperação, mandato, permuta, aluguer, locação financeira, *factoring*, franquias, comodato e/ou mútuo de ou sobre quaisquer direitos, serviços, produtos ou bens móveis, sujeitos a registo ou não, de arrendamento e subarrendamento de bens imóveis, (ii) aceitar e renunciar a garantias prestadas por terceiros, (iii) proceder a todo o tipo de cobrança de créditos, (iv) emitir faturas, e subscrever recibos ou documentos de quitação, (v) exercer o poder regulamentar, diretivo e disciplinar sobre os trabalhadores, (vi) assinar correspondência e expediente geral, (vii) representar a Sociedade junto de instituições públicas e privadas, (viii) declarar e pagar impostos, taxas e contribuições, (ix) representar a Sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, podendo propor, seguir, confessar, desistir, recorrer ou transigir em todo o tipo de processos judiciais e em quaisquer instâncias.

Nos termos do disposto no artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, a delegação de competências no Administrador Delegado não exclui a competência do Conselho de Administração para tomar resoluções sobre as matérias objeto de delegação, sendo prática adotada pelo Conselho de Administração da Sociedade a aprovação ou ratificação dos atos praticados individualmente pela Administradora Delegada. Nos termos do disposto no artigo 5 do Regulamento do Conselho de Administração, nos poderes delegados na Administradora Delegada não se incluem os poderes de i) definição de estratégias e políticas gerais da sociedade, ii) definição da estrutura empresarial do grupo; iii) decisões consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais, sendo as mesmas da competência do Conselho de Administração enquanto órgão colegial.

Sem prejuízo da delegação de poderes, o Conselho de Administração é composto por mais um administrador executivo que assume responsabilidades pelo acompanhamento direto de áreas específicas de atuação do Grupo Media Capital desenvolvidas pelas suas participadas. Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração.

Os Administradores não executivos acompanham a atividade desenvolvida pela Sociedade e pelo seu Administrador Delegado, garantindo-se a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade, através das reuniões regulares do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a qualquer informação ou documentação que venha a ser solicitada a qualquer momento. No exercício das suas funções não executivas, durante o ano de 2012 os Administradores não se depararam com constrangimentos.

A Media Capital não designou uma Comissão Executiva do Conselho de Administração, sendo as decisões relativas a matérias de relevo e estratégicas adotadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no desenrolar normal das suas funções.

Funcionamento

O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado verbalmente ou por escrito pelo seu Presidente ou por dois vogais, quando e onde o interesse social o exigir. O Conselho de Administração reunir-se-á de forma ordinária, pelo menos quatro vezes ao ano, e quantas vezes tenha por oportuno o Presidente para o bom funcionamento da Sociedade, sem prejuízo da faculdade de o Conselho reunir nos termos do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

A convocatória das reuniões do Conselho de Administração deverá ser efetuada por escrito, por carta, fax, telegrama ou *e-mail*, com a antecedência mínima de sete dias úteis antes da data designada para a realização da reunião, devendo a mesma conter a ordem do dia. Deverá ser disponibilizada, em prazo razoável ou nos termos que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração, toda a informação que se estime necessária para cumprimento dos deveres dos Administradores para com a Sociedade e seja relevante para a reunião do Conselho de Administração. Caso as circunstâncias assim o exijam, o Presidente ou dois Administradores poderão convocar a reunião do Conselho de Administração por carta, fax, telegrama ou *e-mail*, sem necessidade de cumprimento do prazo de convocação e dos requisitos supra referidos. Estas reuniões extraordinárias do Conselho de Administração deverão ser convocadas com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

O Conselho de Administração só pode validamente deliberar desde que estejam presentes ou representados a maioria dos seus membros. Qualquer Administrador impedido de comparecer à reunião poderá votar por correspondência ou fazer-se representar por outro Administrador, os quais serão exercidos ou conferidos por carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita dirigida ao Presidente. Qualquer Administrador impedido de comparecer à reunião poderá solicitar autorização ao Presidente para assistir a reunião através de telefone ou videoconferência, a qual deverá ser autorizada (i) caso a

Sociedade possa assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações e (ii) em função da ordem de trabalhos da reunião. No entanto, os Administradores deverão envidar esforços para comparecerem presencialmente nas reuniões do Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência, tendo o Presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

Qualquer Administrador que tenha interesse na celebração de um contrato, transação ou acordo com a Sociedade, deverá declarar a natureza desse interesse na reunião do Conselho de Administração da Sociedade na qual seja apreciada pela primeira vez a celebração de tal contrato, transação ou acordo. O Administrador em questão não poderá contar para efeitos do quórum necessário ou votar na deliberação ou deliberações relativas a esse interesse.

Das reuniões do Conselho de Administração e das suas deliberações são lavradas as respetivas atas, as quais são passadas ao respetivo Livro de Atas e remetidas a todos os membros do Conselho de Administração para aprovação.

Durante o exercício de 2012, o Conselho de Administração do Grupo Media Capital reuniu regularmente seis vezes no ano, com a participação ou representação de todos os seus membros, garantindo-se, deste modo, o controlo efetivo da gestão do Grupo, tendo sido adoptada uma deliberação unânime por escrito.

No exercício de 2012, e no desenrolar das reuniões do Conselho de Administração os Administradores executivos prestaram todas as informações que foram requeridas pelos demais membros do Conselho de Administração.

Autorização para aumento do capital

O Conselho de Administração está autorizado, nos termos do Contrato de Sociedade, a, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, a aumentar o capital social em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite máximo de Euro 15.000.000,00. Na sua deliberação, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada aumento de capital, bem como a forma e os prazos de subscrição e realização.

Secção III - Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é composta pelos membros do Conselho de Administração não executivos, sendo composta por uma maioria de membros independentes, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 423.º-B do Código das Sociedades Comerciais. Dos membros que incorporam a Comissão de Auditoria, dois são considerados independentes, de acordo com o disposto no artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, cumprindo todos os seus membros as regras previstas no disposto no artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Competências

As competências da Comissão de Auditoria do Grupo Media Capital são as decorrentes da lei, nomeadamente no artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comercial, e ainda as competências consagradas no Regulamento do Conselho de Administração, porquanto aquela Comissão é integrante do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2012, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da atividade das sociedades integradas no Grupo Media Capital, tendo zelado pela observância da lei e do respetivo contrato de sociedade, a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificado a regularidade dos registos contabilísticos, as políticas contabilísticas adotadas, fiscalizando o processo de preparação e divulgação da informação financeira bem como a informação periódica que foi divulgada ao mercado.

A Comissão de Auditoria, no âmbito da sua atividade, analisou e avaliou durante o ano de 2012, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e do sistema de controlo interno, conforme implementados pelo Conselho de Administração em salvaguarda do valor da Sociedade e em benefício da transparência do governo societário. A Comissão de Auditoria acompanhou ainda, diretamente, a atividade desenvolvida pelos serviços de auditoria interna das sociedades integradas no Grupo Media Capital, sendo realizado periodicamente o reporte da informação e conclusões alcançadas pelos serviços de auditoria interna no âmbito dos trabalhos realizados, os quais são agendados e o seu âmbito determinado conjuntamente com a Comissão de Auditoria.

A Comissão de Auditoria é a representante da Sociedade junto do auditor externo, tendo a sua designação sido proposta à Assembleia Geral anual.

A Comissão de Auditoria, sendo o interlocutor da empresa e destinatário dos relatórios emitidos, reúne periodicamente com o Revisor Oficial de Contas no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria por ele efetuados e as conclusões atingidas, fiscalizando os trabalhos desenvolvidos pelo Revisor Oficial de

Contas no sentido de salvaguardar a sua independência designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais, procedendo ainda à avaliação do desempenho do auditor externo. A Comissão de Auditoria assume o papel de interlocutor do auditor externo no que respeita aos resultados alcançados no âmbito dos trabalhos de auditoria desenvolvidos sendo essa Comissão a destinatária dos relatórios do auditor reportando ao Conselho de Administração os resultados dos trabalhos de auditoria.

A Comissão de Auditoria elabora anualmente relatório sobre a sua atividade e apresenta o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas conforme apresentados pelo Conselho de Administração e pelo Revisor Oficial de Contas. O Relatório da Comissão de Auditoria é emitido e divulgado aos acionistas em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Funcionamento

Das reuniões da Comissão de Auditoria e das suas deliberações são lavradas as respetivas atas, as quais são passadas ao respetivo livro de atas e remetidas a todos os membros da Comissão de Auditoria.

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria participou em todas as reuniões do Conselho de Administração, tendo, durante o exercício de 2012, reunido seis vezes em cumprimento das suas funções.

Secção IV – Remuneração

IV.1 Descrição da Política de Remuneração

A Media Capital, em benefício da transparência e da legitimação da fixação de remunerações dos seus órgãos sociais e dirigentes adota uma política de remuneração e compensação dos órgãos sociais e demais dirigentes, baseada no pressuposto de que a relação de confiança, a competência, o esforço e o empenho são os fundamentos essenciais para um saudável desempenho dos negócios da Sociedade.

A sociedade considera que a política de remuneração e compensação dos órgãos sociais e demais dirigentes em vigor no exercício de 2012, a qual foi submetida à aprovação dos Senhores Acionistas na Assembleia Geral realizada nesse exercício encontram em linha com uma estratégia de contenção em face do cenário de crise mundial e as perspetivas económicas futuras. Porém, a política apresentada é desenhada de modo a permitir o alinhamento do compromisso dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade.

A sociedade não dispõe de qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações, a atribuir aos membros do órgão de administração, de fiscalização ou aos demais dirigentes da sociedade. De igual modo, a sociedade não implementou quaisquer planos de reforma a atribuir aos membros do órgão de administração ou de fiscalização.

No exercício de 2012 a Sociedade não efectuou pagamentos a título de indemnização por destituição ou cessação por acordo de funções dos seus ex-Administradores. A sociedade não celebrou acordos ou definiu políticas relativamente aos Administradores da Sociedade que prevejam o pagamento de indemnizações por força do termo do mandato, exceto para o caso de cessação de funções sem justa causa da sua Administradora Delegada.

Para determinação da política de remuneração e compensação dos órgãos sociais e demais dirigentes da sociedade Grupo Média Capital, SGPS, S.A. foram tidas em conta, como elemento comparativo, os dados e critérios conforme divulgados por grupos de sociedades congéneres a operar no mercado português, tendo em consideração o cenário de crise no mercado nacional e as perspetivas económicas futuras.

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

A política de remuneração e compensação dos membros executivos do Conselho de Administração da sociedade Grupo Média Capital, SGPS, S.A. obedece a um plano assente na conciliação da vertente fixa e variável da remuneração auferida pelos mesmos. Foi, ainda, definida uma política de remuneração que visa principalmente os objetivos de motivação, refletindo o seu envolvimento no quotidiano e motivação individual, encontrando-se alinhada com os interesses de longo prazo da sociedade, sem prejuízo do alinhamento com as políticas de contenção em face do cenário de crise mundial e as perspetivas económicas futuras.

Assim, a remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração da Grupo Média Capital, SGPS, S.A. integra (i) uma componente fixa, definida em função dos níveis de responsabilidade de cada um dos membros executivos, e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano, e de um conjunto de benefícios não pecuniários, nomeadamente, ao nível dos seguros de saúde e de vida, em termos semelhantes aos atribuídos aos demais colaboradores integrados no Grupo Média Capital; e (ii) uma componente variável paga no ano seguinte àquele a que diz respeito, a título de prémio de performance, baseada em critérios definidos, por aplicação de uma fórmula de performance profissional para o exercício em causa definida pelas competentes Comissões.

ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Os Administradores não executivos (incluindo os membros independentes) auferiram uma remuneração fixa e regular no exercício de 2012, tendo em consideração os cargos ocupados, não estando fixado qualquer modelo de remuneração variável uma vez que a sua intervenção no Conselho de Administração se deve à experiência profissional que detêm, representando para o Grupo uma fonte de apoio e partilha de conhecimento (*know how*) valiosa.

DIRIGENTES

São considerados dirigentes, nos termos do disposto no nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os responsáveis que, não sendo membros daqueles órgãos, possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da sociedade, designadamente, os quadros diretivos membros dos Comités Executivo e de Negócios da Sociedade.

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos revê anualmente a política do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. relativamente às compensações dos dirigentes.

A remuneração é composta por uma componente fixa e uma componente variável, a qual é paga no ano seguinte àquele a que diz respeito, a título de prémio de performance, baseada em critérios definidos e revistos anualmente, por aplicação de uma fórmula de performance profissional para o exercício em causa, definida pela competente Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos, após o apuramento dos resultados individuais do exercício anterior. A remuneração encontra-se alinhada com as políticas de contenção em face do cenário de crise mundial e as perspetivas económicas futuras.

IV.2 Remuneração

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ascenderam a Euro 1.174.919,00, incorporando as remunerações auferidas pelos membros executivos e não executivos.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem a sua remuneração total nas sociedades integradas no Grupo Media Capital, sendo as remunerações pagas no exercício de 2012 as seguintes:

	<u>R. Fixa</u>	<u>R. Variável</u>
Rosa Cullell	Euro 332.500,00	Euro 61.374,00
Miguel Gil	Euro 301.000,00	Euro 59.400,00
<i>Total</i>	<i>Euro 633.500,00</i>	<i>Euro 120.774,00</i>

Foram as seguintes as remunerações dos membros não executivos do Conselho de Administração pagas no exercício de 2012 (que correspondem exclusivamente a componente de remuneração fixa):

Miguel Pais do Amaral	Euro 211.666,67
Jaime Roque Pinho D' Almeida	Euro 70.435,64
Javier Lázaro Rodríguez	sem remuneração
Juan Herrero	Euro 46.334,00
Juan Luis Cebrian	sem remuneração
Manuel Polanco	sem remuneração
Pedro García Guillen	sem remuneração
Tirso Olazábal	Euro 41.659,88
Bo Nilsson	Euro 50.548,88
<i>Total</i>	<i>Euro 420.645,10</i>

O órgão de fiscalização integrado pelo Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, conforme negociado anualmente sob supervisão da Comissão de Auditoria integrada no Conselho de Administração.

Não está previsto o pagamento de quaisquer montantes, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções dos membros do Conselho de Administração durante o mandato, exceto para o caso de cessação de funções sem justa causa da sua Administradora Delegada, para o qual foram respeitados os acordos assumidos no âmbito da sua relação profissional no Grupo Media Capital.

IV.3 Política de comunicação de irregularidades

A Media Capital implementou uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da Sociedade. De acordo com os princípios de transparência de gestão e de boas práticas de Governo das Sociedades, e em cumprimento das recomendações da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e dos princípios enunciados pela Sarbanes-Oxley Act (“SOX”), a Media Capital disponibiliza um sistema que permite a qualquer entidade, pessoal ou coletiva, consigo relacionada (incluindo clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas, e demais partes interessadas ou *stakeholders*) transmitir, de forma direta e confidencial, à Comissão de Auditoria, qualquer prática menos lícita ou alegada irregularidade contabilística, financeira ou de controlo ocorrida no seio do Grupo. Pretende-se com este sistema facilitar a deteção precoce de situações irregulares que, se viessem a ser praticadas, poderiam causar graves danos às empresas do Grupo Media Capital e aos seus *stakeholders*.

A comunicação de irregularidades realiza-se a partir do seu sítio de Internet (<http://www.mediacapital.pt>) com o preenchimento do formulário próprio existente, o qual será enviado automaticamente para o endereço praticasindevidas@mediacapital.pt. As denúncias são recebidas pelas Comissões de Auditoria do Grupo Media Capital e do Grupo Prisa (acionista de referência do Grupo Media Capital) e pelos Departamentos de Auditoria Interna do Grupo Media Capital e do Grupo Prisa, estando garantida a confidencialidade das denúncias realizadas caso seja solicitado pelo denunciante. Compete ao Presidente da Comissão de Auditoria da Media Capital determinar os recursos, métodos e procedimentos adequados para dar seguimento à investigação da irregularidade comunicada.

Secção V – Comissões especializadas

Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e conforme previsto no artigo 17.º do Contrato de Sociedade, a Assembleia Geral designou uma Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais que tem como principais competências:

- Apresentar as propostas de designação de membros do Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e Mesa da Assembleia Geral;
- Aprovar as remunerações de cada membro dos órgãos sociais da Sociedade mencionados na alínea anterior; e
- Analisar anualmente a política de remunerações dos órgãos sociais da Sociedade mencionados na primeira alínea.

À Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais compete, ainda, avaliar desempenho dos membros do órgão de administração.

A Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais é constituída por três a cinco membros. Os membros da Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais, e em exercício durante o ano de 2012, foram designados em conjunto na Assembleia Geral anual da Media Capital, realizada a 21 de março de 2012. A Comissão é, assim, composta pelos seguintes membros:

- Presidente: Exmo. Senhor D. Ignacio Polanco Moreno;
- Exmo. Senhor D. Iñigo Dago Elorza;
- Exmo. Senhor D. Gregorio Marañón y Bertrán de Lis.

Os membros que integram a Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais são altos executivos com reconhecida experiência no mercado em que trabalham tendo já assumido funções similares em outras comissões de remuneração. A Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais é composta por uma maioria de membros não independentes, considerando-se que a sua falta de independência não põe em causa a sua isenção.

A Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais não contratou quaisquer entidades para lhe prestar apoio no exercício das suas funções, nem nenhum dos seus membros mantém qualquer relação com consultora de sociedade.

Das reuniões da Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais e das suas deliberações são lavradas as respetivas atas, as quais são passadas ao respetivo livro de atas e remetidas a todos os seus membros. No exercício de 2012, a Comissão reuniu três vezes, em cumprimento das suas obrigações.

Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Executivos é uma comissão constituída e designada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no artigo 23.º do Contrato de Sociedade. A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos foi criada pelo Conselho de Administração na sequência da aprovação do Regulamento do Conselho de Administração na reunião do Conselho de Administração realizada a 12 de março de 2009, tendo substituído a existente Comissão de Nomeação e Remuneração de Diretores, subsumindo-se nas suas funções a alargando o seu âmbito de atuação no que respeita a matérias relativas ao governo societário e ainda para efeitos de avaliação do funcionamento do Conselho e identificação de candidatos ao desempenho das funções de Administradores.

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos tem as seguintes responsabilidades (i) Informar sobre as propostas de nomeação de Administradores e propor a nomeação de Administradores independentes; (ii) Informar sobre a proposta de nomeação do Secretário do Conselho, (iii) Propor ao Conselho de Administração a política geral de retribuições dos Quadros diretivos e executivos e as demais condições dos seus contratos, (iv) Velar pela observância da política retributiva estabelecida pela Sociedade, (v) Informar sobre as propostas de nomeação dos membros das demais Comissões do Conselho de Administração; (vi) Propor ao Conselho de Administração o Relatório Anual sobre Governo Societário, (vii) Apresentar ao Conselho de Administração, um relatório para a avaliação do funcionamento e da composição do Conselho; (viii) Examinar o cumprimento dos Regulamentos internos.

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos reunir-se-á cada vez que o Conselho de Administração da Sociedade, o seu Presidente ou o Administrador Delegado solicite a emissão de um relatório ou a aprovação de propostas no âmbito das suas competências e sempre que, de acordo com a opinião dos seus membros, seja conveniente para o bom desenvolvimento das suas funções.

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos é composta por três a cinco membros do Conselho de Administração, não executivos. A atual composição desta Comissão é a seguinte:

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------|
| - Jaime Roque de Pinho D'Almeida | Administrador Independente |
| - Manuel Polanco | Administrador não executivo |
| - Pedro Garcia Guillén | Administrador não executivo |

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos não contratou quaisquer entidades para lhe prestar apoio no exercício das suas funções, nem nenhum dos seus membros mantém qualquer relação com consultora de sociedade.

Das reuniões da Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos e das suas deliberações são lavradas as respetivas atas, as quais são passadas ao respetivo livro de atas e remetidas a todos os seus membros. No exercício de 2012, a Comissão reuniu duas vezes, em cumprimento das suas obrigações.

CAPÍTULO III INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 Estrutura de capital

A Media Capital é uma sociedade aberta, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários, com o capital social emitido de Euro 89.583.970,80, integralmente subscrito e realizado, constituído por 84.513.180 ações escriturais e nominativas, com o valor nominal de Euro 1,06 por ação, pertencendo todas as ações emitidas à mesma categoria.

As ações são escriturais, e encontram-se inscritas em contas abertas junto de intermediários financeiros autorizados pela CMVM, que atuam como depositários de valores mobiliários, e são membros do Sistema Centralizado de Valores Mobiliários (“Central de Valores Mobiliários”) gerido pela Interbolsa, S.A.

Todas as ações da Media Capital estão admitidas à negociação no mercado regulamentado denominado Euronext Lisbon. A sociedade Media Capital não atribuiu quaisquer direitos especiais a determinada categoria de ações, pelo que todos os acionistas são titulares dos mesmos direitos.

Não existem restrições estatutárias à transmissibilidade das ações da Media Capital.

III.2 Participações qualificadas

Lista de Participações Qualificadas conhecidas a 31 de dezembro de 2012:

Acionista	Nº de ações detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de capital com direitos de voto
Vertix SGPS, S.A. (a)	71.576.289	84,69%	94,69% (a)
PortQuay West I B.V. (b)	8.451.318	10,00%	10,00%
Caixa de Aforros de Galicia, Vigo, Ourense e Pontevedra	4.269.869	5,05%	5,05%

(a) A Vertix SGPS, SA é detida a 100% pela sociedade Promotora de Informaciones, S.A., sociedade de direito espanhol. Percentagem de direitos de voto imputáveis à sociedade Vertix, SGPS, S.A. correspondente à soma de 71.576.289 ações e de 8.451.318 ações, por força da opção de compra constante do contrato de compra e venda de ações celebrado a 23 de fevereiro de 2011 com a PortQuay West I B.V..

(b) A PortQuay West I B.V. é uma sociedade de direito holandês, controlada pela Courical Holding B.V. a qual por sua vez é uma sociedade de direito holandês detida integralmente pela Partrouge, SGPS, S.A. e pela Plurimédia, S.A. sendo ambas as sociedades controladas pelo Eng. Miguel Pais do Amaral.

III.3 Acordos Parassociais

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, a 31 de dezembro de 2012 não se encontra em vigor qualquer Acordo Parassocial celebrado entre os acionistas que contenha restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

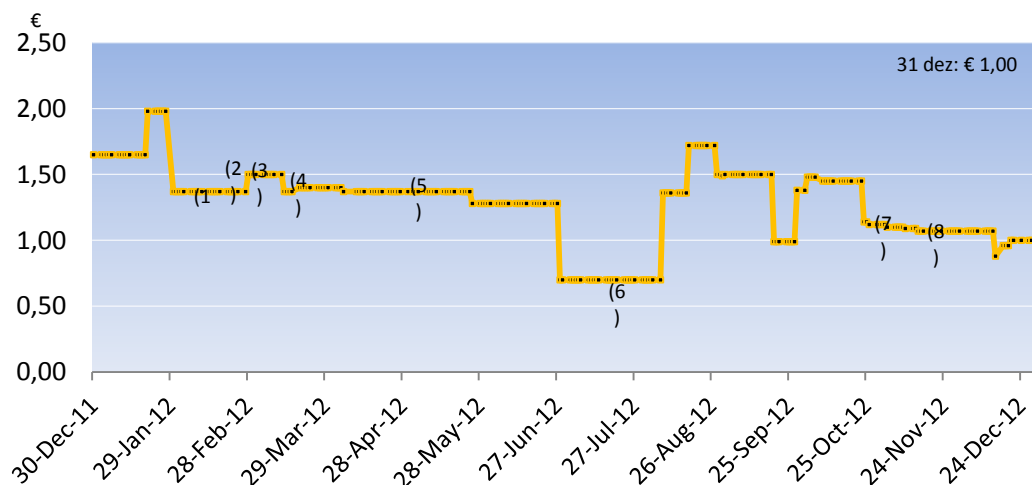
III.4 Alteração de Estatutos

O Contrato de Sociedade não estabelece quaisquer limitações ou restrições à alteração de estatutos da Sociedade. Assim, a alteração de estatutos é, nos termos da lei, matéria sujeita a deliberação da Assembleia Geral exigindo-se maioria qualificada para sua aprovação, nos termos do disposto no artigo 386.º do Código das Sociedades Comerciais.

III.5 Sistemas de participação de trabalhadores no capital social da Sociedade

A Media Capital não dispõe de sistemas de participação dos trabalhadores no capital social da Sociedade, pelo que não considera necessário a adoção de mecanismos de controlo.

III.6 Evolução da cotação de ações



- (1) - 14 de fevereiro - Divulgação de resultados de 2011
- (2) - 27 de fevereiro - Divulgação de propostas do Conselho de Administração para a AG
- (3) - 2 de março - Informação sobre participação qualificada da PortQuay West I BV
- (4) - 21 de março - Aprovação pela AG de contas, aplicação de resultados e composição de órgãos sociais
- (5) - 10 de maio - Divulgação de resultados do 1º trimestre
- (6) - 23 de julho - Divulgação de resultados do 1º semestre
- (7) - 26 de outubro - Divulgação de resultados dos primeiros nove meses
- (8) - 21 de novembro - alterações à composição dos Órgãos Sociais.

III.7 Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Media Capital considera que a sua política de distribuição de dividendos, baseada numa cuidadosa ponderação de novas oportunidades de negócio ou investimento, bem como das necessidades de financiamento através de capitais próprios, deve assentar numa constante avaliação dos custos de oportunidade de capital sem, obviamente, descurar as expectativas dos investidores e a criação de valor acrescentado para os acionistas.

A proposta de distribuição de dividendos será preparada atendendo aos requisitos legais aplicáveis e ao disposto no Contrato de Sociedade, dos quais resulta, que os lucros líquidos apurados em cada exercício, depois de deduzidos ou reforçadas as provisões e reservas impostas por lei e de devidamente aprovados, poderão ser aplicados como segue:

- (i) uma percentagem não inferior a 5% será destinada à constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social;
- (ii) o remanescente será transferido para reservas livres, podendo vir a ser distribuído no todo ou em parte aos acionistas mediante deliberação, por maioria simples, pela Assembleia Geral.

Em relação ao exercício de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade irá submeter à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas uma proposta de aplicação de resultados que se enquadra nos pressupostos legais aplicáveis.

No exercício de 2011 procedeu-se à distribuição de dividendos no montante de Euro 5.814.506,79, correspondente a, aproximadamente, 95% do valor do resultado líquido individual apurado no referido exercício o que corresponde a um dividendo bruto por ação de 0,0688 Euros.

Em relação a 2010 procedeu-se à distribuição de dividendos no montante de Euro 6.253.975,32, correspondente a, aproximadamente, 50% do valor do resultado líquido consolidado apurado no referido exercício o que correspondeu a um dividendo bruto por ação de Euro 0,074.

Relativamente ao exercício de 2009 houve lugar à distribuição de dividendos no montante de Euro 16.902.636,00 provenientes das reservas disponíveis e constantes do balanço em 31 de dezembro de 2009, o que correspondeu à distribuição de um dividendo bruto por ação de Euro 0,20 (vinte cêntimos).

Em 2008 houve lugar à distribuição de dividendos no montante de Euro 19.438.031,00 provenientes das reservas disponíveis e constantes do balanço em 31 de dezembro de 2008, o que correspondeu à distribuição de um dividendo bruto por ação de Euro 0,23 (vinte e três cêntimos).

Relativamente ao 2007 houve lugar à distribuição de dividendos no montante de, aproximadamente, Euro 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de euros) provenientes das reservas disponíveis e constantes do balanço em 31 de dezembro de 2007, tendo sido distribuído um dividendo bruto por ação de Euro 0,72 (setenta e dois cêntimos).

III.8 Planos de atribuição de ações ou opções

No exercício de 2012 não vigorou qualquer plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções sobre ações ou qualquer outro sistema de incentivos de ações.

III.9 Negócios e operações com Órgãos Sociais e Partes Relacionadas

De acordo com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração em vigor, devem os Administradores comunicar à Sociedade as situações que possam supor a existência de conflitos de interesse, conforme estabelecido nas leis e as normas regulamentares que sejam aprovadas pelo Conselho de Administração a cada momento. As transações profissionais ou comerciais, diretas ou indiretas, dos Administradores com a Sociedade ou com qualquer das suas Sociedades filiais, devem ser autorizadas pelo Conselho de Administração, após parecer prévio da Comissão de Governo Corporativo, e Remunerações dos Quadros Diretivos. A autorização do Conselho de Administração será dispensada para as situações que cumpram simultaneamente as três condições seguintes (i) se realizem em virtude de contratos cujas condições estejam estandardizadas e sejam aplicáveis em massa a muitos clientes; (ii) que se realizem a preços estabelecidos com carácter geral por quem atue como fornecedor do bem ou do serviço em causa; (iii) que o seu montante não supere 1% das receitas anuais da entidade ou pessoa que receba o serviço.

No decorrer do exercício de 2012, não foram realizados negócios ou operações entre a Media Capital e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas.

Nos termos do disposto no Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade, as transações realizadas com acionistas significativos estão sujeitas a prévia aprovação do Conselho de Administração, a qual será precedida de parecer da Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos a quem compete a avaliação da operação do ponto de vista das condições de mercado.

Relativamente a negócios ou operações realizados entre a Media Capital e os titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo, foram realizadas as seguintes operações, as quais foram realizadas em condições normais de mercado:

- Contrato de *cash pooling* celebrado entre a Plural España e a Promotora de Informaciones, S.A. de 5 de janeiro de 2009 no montante global de Euro 28.203.624,00, encontrando-se pendente, a 31 de dezembro de 2012, um saldo a seu favor no montante de Euro 7.402.717;
- Contrato de empréstimo celebrado entre a Vertix S.G.P.S., S.A. e a Sociedade a 19 de abril de 2012 no montante global de Euro 5.460.000, o qual vence juros a taxas normais do mercado. Este empréstimo tem o seu vencimento no curto prazo.
- Contrato de empréstimo celebrado entre a TVI – Televisão Independente, S.A. e a Vertix S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 1.556.070 o qual vence juros a taxas normais do mercado. Este empréstimo tem o seu vencimento no curto prazo.

No dia 26 de dezembro de 2011 entraram em vigor as novas condições aplicáveis em virtude dos vários contratos destinados a regulamentar o processo de refinanciamento entre a Promotora de Informaciones S.A. (“PRISA”) e um sindicato integrado por um conjunto de instituições bancárias e financeiras. A Media Capital, tendo em conta a relação de domínio indireto entre a PRISA e esta sociedade, aderiu como “obrigor” à gestão de negócios, descrita no âmbito da reestruturação financeira da PRISA.

A Sociedade não previu, durante o exercício de 2012, a intervenção do órgão de fiscalização na aprovação das operações realizadas com titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo por as mesmas terem sido realizadas em condições normais de mercado.

III.10 Relatórios anuais de atividade

A Sociedade disponibiliza no seu sítio de Internet (<http://www.mediacapital.pt>), em conjunto com os demais documentos de prestação de contas anuais, o relatório elaborado pela Comissão de Auditoria, que deles é parte integrante, em cumprimento do disposto no artigo 423.º F do Código das Sociedades Comerciais. A Comissão de Auditoria descreve no referido relatório a atividade desenvolvida e eventuais constrangimentos deparados.

III.11 Gabinete de Apoio ao Investidor

A Sociedade assegura a existência de um contato permanente com o mercado através de um Departamento de Relações com Investidores.

O Departamento de Relações com Investidores tem o objetivo de agilizar e otimizar a comunicação com o mercado financeiro em geral e em particular com os investidores (atuais ou potenciais) e analistas financeiros. Nesse sentido, a Media Capital providencia, regularmente, no sítio da Sociedade na Internet (<http://www.mediacapital.pt>) as seguintes divulgações e apresentações:

- Destaques de notícias;
- Anúncios obrigatórios;
- Divulgação dos resultados trimestrais e semestrais;
- Convocações da Assembleia Geral;
- Relatório Anual.

A Media Capital disponibiliza ainda no seu sítio na Internet (<http://www.mediacapital.pt>) toda a informação institucional pública de relevo, estando disponível a informação tanto em língua portuguesa como em língua inglesa.

Adicionalmente, a administração da Media Capital e o Departamento de Relações com os Investidores estão disponíveis para participar em conferências setoriais e regionais ou em conferências telefónicas e visitas de investidores e analistas, por forma a auxiliar os agentes de mercado na interpretação da realidade financeira e estratégica da sociedade.

Nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 233.º do Código dos Valores Mobiliários, a Media Capital designou para seu representante, diretamente responsável para as relações com o mercado e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Dra. Mafalda Ordonhas Pais, sendo o seu endereço profissional o seguinte:

Rua Mário Castelhana, n.º 40, Queluz de Baixo, 2734 – 502 Barcarena
Telefone: + (351) 21 434 76 03
Fax: + (351) 21 434 59 01
E-mail: ir@mediacapital.pt

III.12 Remuneração e rotatividade do Auditor

A fiscalização da Sociedade é realizada pela Deloitte & Associados, SROC, SA, designada para o mandato de 2012/2015, e representada pelo sócio Dr. João Luís Falua Costa da Silva. A Deloitte & Associados,

SROC, SA desempenhou funções no mandato anterior de 2008/2011, e ainda no mandato anterior de 2004/2007, na altura representada pelo sócio Dr. Carlos Manuel Pereira Freire. Nos mandatos anteriores a fiscalização da sociedade foi assegurada por outras sociedades de revisores oficiais de contas. Competirá à Comissão de Auditoria propor a designação do Revisor Oficial de Contas para o próximo mandato, analisando as vantagens e inconvenientes decorrentes da rotação dos mesmos para o mandato seguinte.

Em 2012, o Grupo Media Capital suportou um custo total, numa base consolidada, de Euro 390.112,00 relativos a serviços prestados pela rede Deloitte. A discriminação desses custos é a seguinte:

1. Serviços de revisão legal de contas: Euro 270.500,00 (69%);
2. Serviços de consultoria fiscal: Euro 112.212,00 (29%);
3. Outros serviços: Euro 7.400,00 (2%).

Os serviços de consultoria fiscal e outros serviços prestados assumem um relevo ligeiramente superior a 30% do valor dos serviços totais prestados à Sociedade. Relativamente aos serviços de consultoria fiscal, a sociedade recorreu à assessoria fiscal por não dispor, internamente, de recursos para o desempenho desses serviços, salvaguardando a respectiva independência. Os outros serviços prestados, residuais, dizem respeito a serviços acessórios ao de revisão legal de contas que foram prestados de forma autónoma.

Nos termos do disposto no artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, compete à Comissão de Auditoria supervisionar e avaliar a atividade e independência do Revisor Oficial de Contas, bem como aprovar os respetivos honorários pela prestação dos seus serviços. A Comissão de Auditoria, em conjunto com a Direção Financeira da Media Capital, assegura, anualmente, em cumprimento dos seus deveres e obrigações que se encontra devidamente salvaguardada a independência dos auditores, tendo a Comissão de Auditoria aprovado os honorários a cobrar pelo Revisor Oficial de Contas pela prestação dos seus serviços.

20 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração,

Miguel Pais do Amaral (Presidente)

Rosa Maria Cullell Muniesa (Administradora Delegada)

Bo Einar Nilsson (Vogal)

Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Vogal)

Juan Herrero Abelló (Vogal)

Javier Lázaro Rodríguez (Vogal)

Manuel Polanco Moreno (Vogal)

Miguel Gil Peral (Vogal)

Pedro Garcia Guillén (Vogal)

Tirso Olazábal (Vogal)

ANEXO

Miguel Maria De Sá Pais Do Amaral

Presidente do Conselho de Administração do Grupo Media Capital.

Licenciado em Engenharia no Instituto Superior Técnico, detém um MBA pelo INSEAD. Entre o 1991 e 1998 foi Presidente da SOCI, S.A., Diretor da Euroknights (pertencente ao grupo S.G. WARBURG), Administrador da COMPAGNIE GÉNÉRALE DES EAUX (Portugal) e Presidente da sociedade DIANA, S.A. (promotora do empreendimento DIANA PARK). Em 1995 fundou o Grupo Media Capital, que se tornou o grupo líder de media em Portugal, com presença na televisão, na produção televisiva, na internet, na rádio, na produção musical e de filmes, no outdoor e na imprensa. A partir de 2007, concentrou a sua atividade empresarial no Grupo Quifel Holdings, onde, desde então, realizou investimentos em diversos setores de atividade – edições & escolar, IT, recursos naturais & energias renováveis, financeiro e imobiliário. Atualmente é Presidente do Grupo LEYA, Presidente da REDITUS, entre outras empresas nacionais e internacionais. Desde 16 de março de 2011 desempenha o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Media Capital tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital	
HENERGY - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA.	GERENTE
NGOLA VENTURES, LDA.	GERENTE
ALFACOMPETIÇÃO - AUTOMÓVEIS E CAVALOS DE COMPETIÇÃO, SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
ASK4GREEN, LDA.	GERENTE
BIOBRAX - ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, LDA.	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
COMPANHIA DAS QUINTAS SGPS, SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
DREAMS CORNER, LDA.	GERENTE
EDGE CAPITAL SGPS, S.A.	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
EDGE INTERNATIONAL HOLDINGS – SGPS, SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
EDGE PROPERTIES SGPS, SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
GLOBAL PUBLISHING GROUP BV	DIRECTOR
GREYPART SGPS, SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
GRYPHON HOLDINGS PLC	DIRECTOR
LANIFOS - SOCIEDADE DE FINANCIAMENTOS, LDA.	GERENTE
LER MAIS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
PARTBLEU SGPS, SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
PHILLIPS PARK INVESTMENT CORPORATION	DIRECTOR
PHILLIPS PARK LLC	DIRECTOR
PLURIMEDIA SA	DIRECTOR

POLISTOCK - SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
QUIFEL HOLDINGS SGPS SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUIFEL INSURANCE SGPS SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUIFEL INTERNATIONAL GROUP LTD	DIRECTOR
QUIFEL INTERNATIONAL HOLDINGS SGPS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
QUIFEL NATURAL RESOURCES SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
QUIFEL NATURAL RESOURCES SGPS SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUINTA DA FRONTEIRA SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUINTA DE PANCAS VINHOS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
SITUAVOX , LDA.	GERENTE
SOCIEDADE AGRO-FLORESTAL SERRA DA POUSADA LDA.	GERENTE
SOMARECTA- INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS LDA.	GERENTE
TOPBUILDING - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
UKSA PORTUGAL, S.A.	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
AGEIRIDGE - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA	GERENTE
AGEIRON - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA	GERENTE
BRIO - PRODUTOS DE AGRICULTURA BIOLÓGICA, LDA	GERENTE
EDGE BROKERS, LDA	GERENTE
EDGE RM, LDA	GERENTE
EDGE SVCS, LDA	GERENTE
EDGE VS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LDA	GERENTE
HEMERA ENERGÍAS RENOVABLES ESPAÑA, SLU	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
IXILU - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA.	GERENTE
LEYA SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
LEYA SGPS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
NEUTRIPROMO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA	GERENTE
PORTQUAY WEST I BV	DIRECTOR
QUARTZTOWN LDA	GERENTE
QUIFEL ENERGIA SGPS UNIPessoal LDA.	GERENTE
QUIFEL EXPORT S.A. (ANTERIOR T&S)	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUIFEL MICROGERAÇÃO ESPANHA, LDA	GERENTE
REDITUS SGPS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
SPORTS PARTNERS BV	DIRECTOR
PRISA TELEVISIÓN S.A.U.	DIRECTOR

Em 31 de dezembro de 2012 detinha as seguintes ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital, SGPS, SA:

Transação	Data	Montante Ações	Contrapartida	Titularidade (a)
Aquisição	23.02.11	8.451.318	34.988.456,52	Portquay West I BV

- (a) A PortQuay West I B.V. é uma sociedade de direito holandês, controlada pela Courical Holding B.V. a qual por sua vez é uma sociedade de direito holandês detida integralmente pela Partrouge, SGPS, S.A. e pela Plurimédia, S.A. sendo ambas as sociedades controladas pelo Eng. Miguel Pais do Amaral.

Rosa Maria Cullell Muniesa

Administradora Delegada do Grupo Media Capital.

Licenciada em Ciências da Informação pela Universidade Autónoma de Barcelona e diplomada em Alta Direção pela Escola de Negócios IESE (PADE). Iniciou a sua carreira como jornalista no Mundo Diário. Foi correspondente do jornal em Londres, donde também trabalhou para a BBC (External Services). Posteriormente em Perth (Western Austrália), foi coordenadora dos temas multiculturais e de ajuda aos emigrantes para o Ministério da Imigração. Após o seu regresso a Espanha, fez parte da equipa da TVE-Catalunya para depois se incorporar como jornalista económica nas redações do “El País”, primeiro em Barcelona e depois em Madrid. Desde 1989 e até 2002, fez parte da equipa diretiva da La Caixa, onde foi Diretora Geral Adjunta executiva e membro da Comissão de Direção. Foi também Administradora Delegada da Editora Grup 62, empresa participada da La Caixa. Em fevereiro de 2005, foi designada Diretora Geral do Gran Teatre de Liceu e em 2008 passou a ocupar a Direção Geral da Corporación Catalana de Medios Audiovisuales (TV3), cargo que deixou em outubro de 2010. Fez parte dos Conselhos de Administração de diversas empresas, entre elas: Panrico, Carrefour, Hidroeléctrica de Cantábrico, Telefónica de Catalunya, Telefónica de São Paulo (Brasil) e Fecsa-Endesa. Recentemente incorporou o Conselho da Telefónica de Catalunya. Eleita para o cargo de Administradora Delegada da Media Capital a 13 de julho de 2011, para o mandato 2008/2011, foi reeleita para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Grupo Media Capital	
MEGLO – MEDIA GLOBAL, SGPS, SA	PRESIDENTE
MEDIA CAPITAL – SERVIÇOS DE CONSULTORIA E GESTÃO, SA	PRESIDENTE
PUBLIPARTNER – PROJECTOS DE MEDIA E PUBLICIDADE, LDA.	GERENTE
MEDIA CAPITAL – EDITORA MULTIMÉDIA, SA	PRESIDENTE
IOL NEGÓCIOS – SERVIÇOS DE INTERNET, SA	PRESIDENTE
MCR II – MEDIA CAPITAL RÁDIOS, SA	PRESIDENTE
RÁDIO COMERCIAL, SA	PRESIDENTE
R. CIDADE – PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, SA	PRESIDENTE
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – EMISSÕES DE RADIODIFUSÃO, SA	PRESIDENTE
RÁDIO XXI, LDA.	GERENTE
RÁDIO LITORAL CENTRO - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
RÁDIO NACIONAL - EMISSÕES DE RADIODIFUSÃO, UNIPessoal, LDA.	GERENTE

FLOR DO ÉTER - RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
DRUMS - COMUNICAÇÕES SONORAS, UNIPessoal, LDA.	GERENTE
RÁDIO VOZ DE ALCANENA (RVA), LDA.	GERENTE
MCME – MÉDIA CAPITAL MÚSICA E ENTRETENIMENTO, SA	PRESIDENTE
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT – PRODUÇÃO DE EVENTOS, LDA.	GERENTE
FAROL MÚSICA – SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO AUDIOVISUAL, LDA.	GERENTE
CLMC – MULTIMEDIA, SA	PRESIDENTE
TVI – TELEVISÃO INDEPENDENTE, SA	ADMINISTRADORA
MCP – MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES, SA	ADMINISTRADORA
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES, INVESTIMENTOS - SGPS, SA	ADMINISTRADORA
PLURAL ENTERTAINMENT PORTUGAL, SA	ADMINISTRADORA
EMAV – EMPRESA DE MEIOS AUDIOVISUAIS, LDA.	GERENTE
EPC – EMPRESA PORTUGUESA DE CENÁRIOS, LDA.	GERENTE
CASA DA CRIAÇÃO – ARGUMENTOS PARA AUDIOVISUAL, LDA.	GERENTE
Fora do Grupo Media Capital	
VERTIX, SGPS, SA	ADMINISTRADORA

Em 31 de dezembro de 2011 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Bo Einar Lohmann Nilsson

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Matemática e Física, detém um Mestrado em Administração de Empresas pela Copenhagen Business School. Entre 1990 e 2000 desempenhou funções na J.P. Morgan Chase, tendo sido, de 1994 a 2000, Vice-presidente da Global Media & Telecommunications Investment Banking, com responsabilidades sobre as regiões da Europa, Médio Oriente e África. Foi CFO e membro do Conselho de Administração do Grupo Media Capital de 2000 a 2006, data a que assumiu funções de CEO na Time Investments A/S, Quartet Holdings A/S e Heisamore, SGPS, SA. Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital no dia 16 de março de 2011, para o mandato 2008/2011, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital	
HEISAMORE SGPS, SA	ADMINISTRADOR
COURTFIELD GARDENS, LDA	GERENTE
LEYA SPGS, S.A.	ADMINISTRADOR
TIME INVESTMENTS A/S	ADMINISTRADOR
QUARTET HOLDINGS A/S	ADMINISTRADOR
NORTH PROPERTIES APS	ADMINISTRADOR

Em 31 de dezembro de 2012 detinha as seguintes ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, S.A:

Transação	Data	Montante Ações	Contrapartida	Titularidade (a)
Aquisição	23.02.11	8.451.318	34.988.456,52	Portquay West I BV

- (a) O Senhor Administrador Bo Nilsson é, indiretamente, titular de uma participação representativa de 33.3% do capital social de PortQuay West I B.V, sociedade de direito holandês, controlada pela Courical Holding B.V. a qual por sua vez é uma sociedade de direito holandês detida integralmente pela Partrouge, SGPS, S.A. e pela Plurimédia, S.A. sendo ambas as sociedades controladas pelo Eng. Miguel Pais do Amaral.

Jaime Roque de Pinho D'Almeida

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1965. Ocupou diversos cargos Sénior no sector financeiro (banca comercial, banca de investimento, bem como seguros), em Portugal, Londres, Nova Iorque e Zurique, tendo sido administrador do Banco Borges & Irmão de 1965 a 1969, do Banco Totta & Açores de 1969 a 1976 e do Bankinstitut Zurich de 1978 a 1983. Foi o fundador da M.D.M. - Sociedade de Investimentos S.A. (que deu origem ao Deutsche Bank em Lisboa) onde foi CEO e Presidente até janeiro de 1989. Ingressou no American International Group em 1989 onde foi responsável pela criação e gestão de um grupo de empresas (Fiseco) dedicadas à gestão de ativos financeiros e foi administrador da Excel Partners Investment Fund em Espanha até 1993. Em 1993, integrou a equipa de gestão do Grupo José de Mello, tornando-se em 1996, Vice-Presidente e CEO da Companhia de Seguros Império S.A. e em 2000, após a sua aquisição pelo Grupo BCP, foi membro do Conselho de Administração da Seguros e Pensões Gere SGPS, S.A. e de outras subsidiárias do Grupo BCP no sector segurador. Presidente da Associação Portuguesa de Seguradores no mandato de 2005/2008. Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital a 5 de março de 2008, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital	
SICIT – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSULTORIA EM INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES, S.A.	PRESIDENTE
CAPINV – S.A.	ADMINISTRADOR
WILLIS, CORRETORES DE SEGUROS, S.A.	ADMINISTRADOR

Em 31 de dezembro de 2012 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Javier Lázaro Rodríguez

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Engenharia de Telecomunicações pela Universidad Politécnica de Madrid e MBA pela Universidad de Columbia (Nova York). Iniciou a sua carreira profissional na McKinsey onde desde 1994 até 1996 foi analista financeiro. Posteriormente e durante 8 anos ocupou distintos cargos de responsabilidade na Goldman Sachs em Londres. Em 2006 incorporou a Credit Suisse onde desempenhou distintas funções culminando no cargo de Director Geral de Banca de Investimento para Espanha e Portugal cargo que desempenhou até a designação para o seu cargo actual de Director Financiero (CFO) de PRISA, responsável pela estratégia financeira e pela política fiscal do Grupo Prisa. Eleito por cooptação para o cargo de Administrador da Media Capital a 21 de dezembro de 2012 para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital	
PRISA DIVISION INMOBILIARIA, S.L.	ADMINISTRADOR SOLIDARIO
PRISA FINANCE NETHERLANDS, B.V.	ADMINISTRADOR SOLIDARIO (em representação da Prisa Division Inmobiliaria, S.L.)

Em 31 de dezembro de 2012 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Juan Herrero Abelló

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Economia pela Universidad Complutense de Madrid, obteve um MBA com especialização em Finanças da Emory University em Atlanta, Geórgia, EUA, e tem um Mestrado em Gestão de Empresas do Instituto de Empresa de Madrid. Iniciou a sua carreira nos Estados Unidos onde trabalhou entre 1984 e 1988, primeiro no The Citizens and Southern Bank em Atlanta, Geórgia e depois na Conagra (Bioter-Biona) como Group Product Manager. Posteriormente, ocupou diversos cargos de gestão no sector bancário em Espanha, onde foi Diretor do Departamento de Gestão e Bolsa do Banco de Inversiones y Servicios Financieros entre 1988 e 1989, Diretor de Operações responsável pela gestão de carteiras e de clientes no Dinver S.V.B. entre 1989 e 1990, Responsável pelas operações na área de Madrid do Caixabank entre 1990 e 1994, e Diretor Comercial de Madrid no Sindibank entre 1994 e 1997. Foi também Administrador Delegado da Arjil & Cie em Espanha entre 1997 e 2001, altura em que entrou no Grupo Prisa como Diretor de Planeamento e Desenvolvimento, funções que desempenhou até 2005. Desde 2005 tem desempenhado o cargo de COO do Grupo Media Capital. Em setembro de 2011, foi nomeado Diretor Geral Financeiro e de Desenvolvimento Corporativo de PRISA TV. Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital em 5 de março de 2008, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Grupo Media Capital	
PUBLIPARTNER – PROJECTOS DE MEDIA E PUBLICIDADE, LDª	GERENTE

MEDIA CAPITAL - EDITORA MULTIMÉDIA, SA.	ADMINISTRADOR
IOL NEGÓCIOS – SERVIÇOS DE INTERNET, SA	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - PRODUÇÃO DE EVENTOS, LDA.	GERENTE
FAROL MÚSICA – SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO AUDIOVISUAL, LDA.	GERENTE
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, SA.	ADMINISTRADOR
CLMC – MULTIMÉDIA, S.A.	ADMINISTRADOR
PLURAL ENTERTAINMENT PORTUGAL, SA	ADMINISTRADOR
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – EMISSÕES RADIODIFUSÃO, S.A.	ADMINISTRADOR
RÁDIO XXI, LDA.	GERENTE
RÁDIO LITORAL CENTRO - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
PLURAL ENTERTAINMENT BRASIL – PRODUÇÃO DE VIDEO, LTDA	GERENTE
Fora do Grupo Media Capital	
VERTIX, SGPS, SA.	ADMINISTRADOR

Em 31 de dezembro de 2012 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Juan Luis Cebrián Echarrri

Administrador do Grupo Media Capital.

É administrador delegado do Grupo Prisa e Presidente da Comissão Executiva, Presidente do Diário El País. Vice-presidente da Prisa Televisión, escritor e membro da Real Academia Española. Estudou filosofia na Universidad Complutense e graduou-se na Escuela Oficial de Periodismo de Madrid em 1963. Foi membro fundador da revista Cuadernos para el Diálogo (1963) e de 1963 a 1975 trabalhou como jornalista chefe e subdirector dos diários Pueblo e Informaciones, de Madrid. Também dirigiu os Servicios Informativos de Televisión Española. Cebrián foi director-fundador do diário El País, que dirigiu desde 1976 até novembro de 1988. De 1986 até 1988 desempenhou a função de Presidente do Instituto Internacional de Prensa (I.P.I.). Desde novembro de 1988 é administrador delegado do Grupo Prisa. Também é Presidente do diário El País e vice-presidente da Prisa Televisión. Em novembro de 2003, foi eleito Presidente da Asociación de Editores de Diarios Españoles (AEDE), posto que ocupou durante um ano. Entre os numerosos prémios de jornalismo com que conta, cabe destacar: “ Director Internacional do Ano “, concedido pela publicação World Press Review de Nueva York (1980); Prémio Nacional de Jornalismo de Espanha em 1983; A Medalha da Liberdade de Expressão da F. D. Roosevelt Four Freedom Foundation e Medalha de Honra da Missouri University (1986); e o Premio Internacional Trento de Jornalismo e Comunicação (1987). Foi também agraciado Cavaleiro das Artes e Letras de França. Em 1988 foi nomeado professor honorário pela Universidad Iberoamericana de Santo Domingo (República Dominicana) e desde 1996 é membro da Real Academia Española. Em 2003, foi nomeado convidado de Honra da Universidad de La Plata (Argentina) e também foi galardoado com a Medalha de Mérito da Universidad Veracruzana (México), pela sua contribuição para o pensamento crítico. Ao longo da sua vida profissional, Juan Luis Cebrián desenvolveu uma intensa atividade como conferencista. É autor de numerosos livros, entre eles: La prensa y la calle (Nuestra Cultura), La España que bosteza (Taurus), El tamaño del elefante (Alianza Editorial), La Isla del Viento (Alfaguara), El siglo de las sombras (El País-Aguilar), Cartas a un joven periodista (Ariel Planeta), e La Red (Taurus). Em fevereiro de 2000 publicou La agonía del dragón (Alfaguara) e em setembro de 2001 apareceu nas livrarias El futuro no es lo que era (Taurus), uma larga conversa entre o ex-Presidente do Governo Espanhol Felipe Gonzalez e Juan Luis Cebrián, que constitui um

debate sobre o conteúdo da política e o futuro da sociedade digital. Em 2003, publicou Francomoribundia, a segunda edição da trilogia El miedo y la fuerza, iniciada com La agonía del dragón. Em junho de 2009, lançou a coleção de ensaios El pianista en el burdel (Galaxia Gutemberg / Circulo de Lectores). Em 2010 recebeu a condecoração da Republica Dominicana como Comendador da Orden del Mérito Duarte, Sánchez y Mella. Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital a 5 de março de 2008, para o mandato 2008/2011, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015. Renunciou ao mandato de Administrador a 21 de dezembro de 2012.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital	
PROMOTORA DE INFORMACIONES, SA	PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA
DIÁRIO EL PAÍS, SL.	PRESIDENTE
EDICIONES EL PAÍS, SL	PRESIDENTE
DTS DISTRIBUIDORA DE TELEVISION DIGITAL, SA	PRESIDENTE
PRISA DIVISIÓN INTERNACIONAL, SL.	PRESIDENTE E ADMINISTRADOR DELEGADO (em representação da Promotora de Informaciones, S.A.)
PRISA TELEVISIÓN, SA.	VICE-PRESIDENTE
PRISA INC	PRESIDENTE E ADMINISTRADOR DELEGADO
MEDIASET ESPAÑA COMUNICACIÓN, S.L.	ADMINISTRADOR
LE MONDE LIBRE	ADMINISTRADOR
SOCIEDADE EDITRICE DU MONDE	ADMINISTRADOR
PROMOTORA DE ATIVIDADES AMERICA 2010 MÉXICO, SA DE CV	

Em 31 de dezembro de 2011 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Luis Miguel Gil Peral

Administrador do Grupo Media Capital.

Estudou na Faculdade de Ciências da Universidad Complutense de Madrid, foi jornalista e editor de algumas publicações em Espanha e está no Grupo Prisa desde 1996, tendo sido Diretor do Gabinete da Presidência e do Administrador Delegado do Grupo. Entre 1982 e 1996 fez parte do Governo de Espanha, tendo sido Subsecretário e Secretário do Porta-voz do Governo. No Grupo Prisa foi Diretor de Desenvolvimento e Estratégia e Diretor de Relações Corporativas. Foi também membro do Conselho de Administração da Iberbanda, GMI e GMP (empresas do Grupo Prisa). Anteriormente foi Administrador da Repsol, da Cadena SER e das empresas Redecampo e Demoscopia, ambas do Grupo Taylor Nelson Sofres. Em representação do Grupo Prisa, foi membro do “Corporate Affairs Group del European Publishers Council”. É, desde o final de 2002, Secretário-Geral do Foro Iberoamérica. Desde o curso 2006-2007, é também Professor do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) de Lisboa. Presidente, desde 2009,

do Conselho Fiscal da Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola. Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital a 5 de março de 2008, para o mandato 2008/2011, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Grupo Media Capital	
MEGLO – MEDIA GLOBAL SGPS S.A.	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL-EDITORA MULTIMÉDIA, S.A.	ADMINISTRADOR
IOL NEGÓCIOS – SERVIÇOS INTERNET, SA	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - PRODUÇÃO DE EVENTOS, LDA.	GERENTE
FAROL MÚSICA – SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO AUDIOVISUAL, LDª	GERENTE
TVI – TELEVISÃO INDEPENDENTE, S.A.	ADMINISTRADOR
CLMC – MULTIMÉDIA, S.A.	ADMINISTRADOR
PUBLIPARTNER – PROJECTOS DE MEDIA E PUBLICIDADE, LDA.	GERENTE
MCP – MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES, SA	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES – INVESTIMENTOS, SGPS; SA	ADMINISTRADOR
MCME – MEDIA CAPITAL MUSICA E ENTRETENIMENTO, S.A.	ADMINISTRADOR
MCR II – MEDIA CAPITAL RÁDIOS, SA	ADMINISTRADOR
RÁDIO COMERCIAL, S.A.	ADMINISTRADOR
R. CIDADE – PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, S.A.	ADMINISTRADOR
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – EMISSÕES DE RADIODIFUSÃO, S.A.	ADMINISTRADOR
RÁDIO XXI, LDA	GERENTE
RÁDIO LITORAL CENTRO - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
RÁDIO NACIONAL - EMISSÕES DE RADIODIFUSÃO, UNIPessoal, LDA.	GERENTE
FLOR DO ÉTER - RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
DRUMS - COMUNICAÇÕES SONORAS, UNIPessoal, LDA.	GERENTE
RÁDIO VOZ DE ALCANENA (RVA), LDA.	GERENTE
PLURAL ENTERTAINMENT PORTUGAL, S.A.	ADMINISTRADOR
EMAV – EMPRESA DE MEIOS AUDIOVISUAIS, LDª	GERENTE
EPC – EMPRESA PORTUGUESA DE CENÁRIOS, LDª.	GERENTE
CASA DA CRIAÇÃO – ARGUMENTOS PARA AUDIOVISUAL, LDª	GERENTE
Fora do Grupo Media Capital	
VERTIX, SGPS, SA.	ADMINISTRADOR

Em 31 de dezembro de 2012 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Manuel Polanco Moreno

Administrador do Grupo Media Capital e Presidente da Prisa Televisión.

É licenciado em Ciências Económicas e Empresariais, área de Financiamento Internacional, pela Universidad Autónoma de Madrid. Manuel Polanco, desenvolveu toda a sua carreira profissional no Grupo Prisa, passou por quase todas as áreas de atividade da Prisa, desde o sector editorial à imprensa escrita, passando pela publicidade e pelos meios audiovisuais. Em 1991 foi-lhe entregue a direção da Santillana Chile, responsabilidade a que no ano seguinte juntou a Santillana Perú, ambas até 1994, ano em que se mudou para a Cidade do México, na qualidade de Diretor Geral, da gestão do diário La prensa e para pôr em marcha a edição americana do El País. No final de 1996, assumiu desde Miami a direção do Grupo Editorial Santillana na América, com responsabilidades sobre as 21 empresas distribuídas pela América Latina e pelos Estados Unidos. No seu regresso a Espanha, em 1999, foi nomeado Presidente da Gerencia de Medios (GDM). Pouco tempo depois foi-lhe entregue a Presidência do Grupo Empresarial de Medios Impresos (GMI). Em 2001, com a integração da GMI na Unidade de Negócio Meios de Espanha, Manuel Polanco continuou o seu trabalho à frente da imprensa especializada e regional do Grupo com a direção adjunta da referida unidade de negócio. Em 2005 foi nomeado administrador delegado do Grupo Media Capital, cargo que deixou, no início de 2009, para assumir a Direção Geral do Grupo Prisa. Manuel Polanco é Vice Presidente da Promotora de Informaciones, S.A. e membro da Comissão Executiva e Presidente da Prisa TV S.A.U. Presidente da DTS, Distribuidora de Televisión Digital, SA e Vice-presidente e Membro da Comissão executiva da Mediaset España Comunicación, SA. Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital pela Assembleia Geral realizada no dia 5 de março de 2008, para o mandato 2008/2011, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Grupo Media Capital	
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, S.A.	PRESIDENTE
PLURAL ENTERTAINMENT PORTUGAL, S.A.	PRESIDENTE
MCP – MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES, SA	PRESIDENTE
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES – INVESTIMENTOS, SGPS, SA	PRESIDENTE
PLURAL ENTERTAINMENT ESPAÑA, SLU	ADMINISTRADOR
TESELA PRODUCCIONES CINEMATOGRAFICAS, SL	ADMINISTRADOR
PLURAL ENTERTAINMENT CANÁRIAS, SLU	ADMINISTRADOR
CHIP AUDIOVISUAL, SA	ADMINISTRADOR
SOCIEDAD CANARIA DE TELEVISIÓN REGIONAL, SA	ADMINISTRADOR
PRODUCTORA CANARIA DE PROGRAMAS, SA	ADMINISTRADOR
PLURAL – JEMPSA, SL	ADMINISTRADOR
Fora do Grupo Media Capital	
PROMOTORA DE INFORMACIONES, SA	VICE-PRESIDENTE E E MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA
PRISA TELEVISIÓN, SAU	PRESIDENTE
DTS DISTRIBUIDORA DE TELEVISIÓN DIGITAL, S.A.U	PRESIDENTE
PRISA INC	ADMINISTRADOR
PRISA DIVISIÓN INTERNACIONAL, SL.	ADMINISTRADOR

PRISA DIGITAL, S.L.	ADMINISTRADOR
RUCANDIO, SA.	ADMINISTRADOR
TIMÓN, SA.	VICE-PRESIDENTE
VERTIX, SGPS, SA.	PRESIDENTE
CANAL CLUB DE DISTRIBUCIÓN DE OCIO Y CULTURA, SA	ADMINISTRADOR
MEDIASET ESPAÑA COMUNICACIÓN, SA	VICE-PRESIDENTE
V-ME INC.	ADMINISTRADOR

Em 31 de dezembro de 2012 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Pedro Garcia Guillén

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade Complutense de Madrid. Iniciou a sua carreira profissional na Ford Espanha e BMW Ibérica. Em 1989 iniciou a sua carreira na PRISA onde teve diferentes responsabilidades na área financeira do Grupo. Em 1995 foi nomeado Diretor Geral do Cinco Días e em 1999 assumiu o cargo de Administrador Delegado dos diários As e Cinco Días, assim como da editora de revistas PROGRESA e da GMI. Em setembro de 2000 foi nomeado Diretor Geral do El País, cargo que desempenhou até a sua recente nomeação como Administrador Delegado de Prisa Televisión S.A.U. Administrador Delegado de DTS. Distribuidora de Television Digital, SA. Presidente e Administrador Delegado de Compañía Independiente de Televisión, S.L. Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital a 14 de maio de 2009, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital	
PRISA TELEVISION, S.A.U	ADMINISTRADOR DELEGADO
DTS, DISTRIBUIDORA DE TELEVISION DIGITAL, SA	ADMINISTRADOR DELEGADO
COMPAÑIA INDEPENDIENTE DE TELEVISION, SL	PRESIDENTE E ADMINISTRADOR DELEGADO
AUDIOVISUAL SPORT, SL	REP. DE PRISA TELEVISION, S.A.U. (ADM.)
CINEMANIA, S.L.	REP. DE PRISA TELEVISION, S.A.U. (ADM.)

Em 31 de dezembro de 2012 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Tirso Olazábal Cavero

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Gestão pela Universidad Complutense de Madrid. Tirso Olazábal Cavero foi Director Geral da Hierros Gastaminza (Madrid) entre 1979 e até 1984. Em 1984 e até 1986, trabalhou para a Nemar S.A. (Bilbao) Stevedor company como Director Comercial. Trabalhou como Director de Área na La Vasco Navarra (Madrid), uma companhia de seguros desde 1987 e até 1988. Desde 1988 e até 2002 Tirso Olazábal Cavero foi membro do Conselho de Administração e Administrador Delegado da Constância Editores S.A. (Lisboa), editora do Grupo Prisa. Desde 2002 até accionista da AGOA, S.A. (Lisboa), empresa de gestão de resíduos. Desde 2009 é representante em Portugal das empresas Zeronine e Effipap, e desde 2011 da empresa Dominion. Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital a 5 de março de 2008, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital	
BRISA AUTO-ESTRADAS DE PORTUGAL SA	VOGAL DO CONSELHO FISCAL

Em 31 de dezembro de 2012 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.



Contas Consolidadas

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2012	2011
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
<i>Goodwill</i>	15	153.567.601	157.363.320
Ativos intangíveis	16	18.485.984	18.651.691
Ativos fixos tangíveis	17	21.615.813	28.995.985
Investimentos em associadas	18	1.591.627	1.353.620
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	7.632	7.632
Direitos de transmissão de programas de televisão	20	50.406.949	55.914.877
Outros ativos não correntes	21	4.757.728	2.327.538
Ativos por imposto diferido	13	4.669.496	5.359.871
		<u>255.102.830</u>	<u>269.974.534</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Direitos de transmissão de programas de televisão	20	29.500.387	20.516.321
Inventários	22	186.697	325.945
Clientes e outras contas a receber	23	40.907.939	49.309.460
Ativos por imposto corrente	13	140.625	158.114
Outros ativos correntes	24	14.652.881	25.304.328
Caixa e seus equivalentes	25	10.790.484	11.812.544
		<u>96.179.013</u>	<u>107.426.712</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>351.281.843</u></u>	<u><u>377.401.246</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	26	89.583.971	89.583.971
Reservas	26	24.568.547	29.183.215
Resultado líquido consolidado do exercício		11.939.063	1.164.684
Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		<u>126.091.581</u>	<u>119.931.870</u>
Capital próprio atribuível a interesses sem controlo	27	-	1.791.360
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u><u>126.091.581</u></u>	<u><u>121.723.230</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	28	86.318.567	81.656.889
Provisões	29	7.726.953	6.830.526
Passivos por imposto diferido	13	1.598.338	1.598.526
		<u>95.643.858</u>	<u>90.085.941</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	28	27.056.172	34.904.519
Fornecedores e outras contas a pagar	30	53.070.704	62.762.531
Passivos por imposto corrente	13	6.373.186	1.588.017
Outros passivos correntes	31	43.046.342	65.154.351
Instrumentos financeiros derivados	33	-	1.182.657
		<u>129.546.404</u>	<u>165.592.075</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>225.190.262</u></u>	<u><u>255.678.016</u></u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>351.281.843</u></u>	<u><u>377.401.246</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>RENDIMENTOS OPERACIONAIS:</u>			
Prestações de serviços	7 e 8	133.189.774	187.678.647
Vendas	7 e 8	2.294.127	5.714.122
Outros rendimentos operacionais	7 e 8	48.834.669	30.963.381
Total de rendimentos operacionais		<u>184.318.570</u>	<u>224.356.150</u>
<u>GASTOS OPERACIONAIS:</u>			
Gasto dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	9	(22.373.582)	(25.869.328)
Fornecimentos e serviços externos	10	(68.224.052)	(91.417.529)
Gastos com o pessoal	11	(52.821.328)	(68.075.416)
Amortizações e depreciações	17	(11.496.296)	(11.800.043)
Provisões e perdas por imparidade ((reforços) / reversões)	29	800.085	(10.279.211)
Outros gastos operacionais	7	(511.154)	(74.757)
Total de gastos operacionais		<u>(154.626.327)</u>	<u>(207.516.284)</u>
Resultados operacionais		<u>29.692.243</u>	<u>16.839.866</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Gastos financeiros	12	(9.833.636)	(7.397.814)
Rendimentos financeiros	12	207.951	900.054
Gastos financeiros, líquidos	12	(9.625.685)	(6.497.760)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas, líquidos	18	(59.611)	39.821
Resultados antes de impostos		<u>(9.685.296)</u>	<u>(6.457.939)</u>
		20.006.947	10.381.927
Imposto sobre o rendimento do exercício	13	(8.067.884)	(8.420.888)
Resultado consolidado líquido das operações em continuação		<u>11.939.063</u>	<u>1.961.039</u>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe	14	11.939.063	1.164.684
Interesses sem controlo	27	-	796.355
		<u>11.939.063</u>	<u>1.961.039</u>
Resultado por ação das operações em continuação:			
Básico	14	0,1413	0,0138
Diluído	14	<u>0,1413</u>	<u>0,0138</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado consolidado líquido do exercício		11.939.063	1.961.039
Efeito da conversão cambial de operações sediadas no estrangeiro		35.155	(86.271)
Rendimentos integrais consolidados		<u>11.974.218</u>	<u>1.874.768</u>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		11.974.218	1.078.413
Interesses sem controlo	27	-	796.355
		<u>11.974.218</u>	<u>1.874.768</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos rendimentos integrais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		215.547.658	283.605.903
Pagamentos a fornecedores		(111.701.589)	(151.418.061)
Pagamentos ao pessoal		<u>(54.669.238)</u>	<u>(68.930.444)</u>
Fluxos gerados pelas operações		49.176.831	63.257.398
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	13	1.188.045	-
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		<u>(34.999.130)</u>	<u>(48.499.900)</u>
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>15.365.746</u>	<u>14.757.498</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Alienação de subsidiárias	6	1.512.170	-
Venda de ativos fixos tangíveis		86.283	372.304
Venda de ativos intangíveis		-	590.000
Subsídios de investimento obtidos		-	27.472
Dividendos	6	301.872	296.563
Juros e rendimentos similares		225.649	611.151
Reembolso de financiamentos concedidos	34	<u>15.143.573</u>	<u>12.159.475</u>
		<u>17.269.547</u>	<u>14.056.965</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Concentrações empresariais	6	(10.331.500)	(11.912.361)
Aquisição de ativos fixos tangíveis		(2.666.512)	(7.594.957)
Aquisição de ativos intangíveis		(10.921)	(158.500)
Financiamentos concedidos	34	<u>(2.356.145)</u>	<u>(10.015.648)</u>
		<u>(15.365.078)</u>	<u>(29.681.466)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>1.904.469</u>	<u>(15.624.501)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		177.943.839	291.578.052
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	225.000
		<u>177.943.839</u>	<u>291.803.052</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(179.194.813)	(286.996.666)
Amortização de contratos de locação financeira		(1.763.334)	(2.029.376)
Juros e gastos similares		(6.353.592)	(4.826.099)
Dividendos	26	(5.814.507)	(6.832.326)
Outras despesas financeiras		<u>(3.105.675)</u>	<u>(2.017.917)</u>
		<u>(196.231.921)</u>	<u>(302.702.384)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(18.288.082)</u>	<u>(10.899.332)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	25	11.812.544	23.578.879
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(1.017.867)	(11.766.335)
Efeito das diferenças de câmbio		(4.193)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	25	10.790.484	11.812.544

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos acionistas maioritários			Capital próprio atribuível a interesses sem controlo (Nota 27)	Total do capital próprio	
	Capital (Nota 26)	Reservas (Nota 26)	Resultado líquido consolidado do exercício			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	89.583.971	23.123.542	12.399.919	125.107.432	4.022.578	129.130.010
Aplicação dos resultados	-	12.399.919	(12.399.919)	-	-	-
Distribuição de dividendos (Notas 26 e 27)	-	(6.253.975)	-	(6.253.975)	(711.438)	(6.965.413)
Diferenças de conversão cambial	-	(86.271)	-	(86.271)	-	(86.271)
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 27)	-	-	-	-	(2.316.135)	(2.316.135)
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	1.164.684	1.164.684	796.355	1.961.039
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>89.583.971</u>	<u>29.183.215</u>	<u>1.164.684</u>	<u>119.931.870</u>	<u>1.791.360</u>	<u>121.723.230</u>
Aplicação dos resultados	-	310.978	(310.978)	-	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26)	-	(4.960.801)	(853.706)	(5.814.507)	-	(5.814.507)
Diferenças de conversão cambial	-	35.155	-	35.155	-	35.155
Alterações no perímetro de consolidação (Notas 6 e 27)	-	-	-	-	(1.791.360)	(1.791.360)
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	11.939.063	11.939.063	-	11.939.063
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>89.583.971</u>	<u>24.568.547</u>	<u>11.939.063</u>	<u>126.091.581</u>	<u>-</u>	<u>126.091.581</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

A Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Media Capital”), é uma sociedade anónima, foi constituída em 1992, tem a sua sede em Portugal, na Rua Mário Castelhana, nº 40, Barcarena, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais com o número de matrícula e pessoa coletiva único (“NIOPC”) 502 816 481 e, através das suas empresas participadas e associadas (“Grupo” ou “Grupo Media Capital”), desenvolve as atividades de difusão e produção de programas televisivos e outras atividades de media, realização, produção e difusão de programas radiofónicos e produção e exploração de atividades cinematográficas e videográficas.

A Empresa tem como acionista principal a Vertix, SGPS, S.A. (“VERTIX”), que tem sede em Barcarena, sendo as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Promotora de Informaciones, S.A. (“Prisa”), empresa mãe da VERTIX, sediada em Madrid, cujas ações se encontram cotadas na Bolsa Espanhola e desde 25 de novembro de 2010 na Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2013.

As ações da Media Capital encontram-se cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

O Grupo opera essencialmente no setor de media, no mercado português, espanhol e latino-americano.

A TVI – Televisão Independente, S.A. (“TVI”), no âmbito da licença de exploração da atividade de televisão, difunde programas televisivos através da emissão de um canal generalista. Adicionalmente, a TVI através de contratos de distribuição celebrados com operadores, emite o TVI 24, um canal de informação por cabo, o TVI Ficção, um canal dedicado a conteúdos de ficção portuguesa e o TVI Internacional, tendo em 25 de janeiro de 2013, iniciado a emissão do canal de entretenimento por cabo +TVI.

A MCP – Media Capital Produções, S.A. (“MCP”) é a empresa do Grupo que desenvolve o negócio de produção audiovisual assegurado pela Plural Entertainment Portugal, S.A. (“PLURAL”) no mercado português, cuja atividade é a criação, produção, realização e exploração de conteúdos televisivos, bem como o apoio à produção de conteúdos e eventos.

Adicionalmente, a MCP detém a Plural Entertainment España, S.A. (“Plural España”), que opera no mercado espanhol e latino-americano. A atividade desta área de negócio é a produção, serviços de apoio à produção, realização e exploração de conteúdos televisivos, obras cinematográficas e audiovisuais, bem como outros serviços relacionados.

A MCR II – Media Capital Rádios, S.A. (“MCR II”) é a empresa do Grupo que desenvolve a atividade radiofónica. As suas participadas detêm os alvarás para o exercício da radiodifusão sonora e difundem, em Portugal, a “Rádio Comercial”, a “CidadeFM” e a “M80”, entre outras.

A MCME – Media Capital Música e Entretenimento, S.A. (“MCME”) é a empresa que desenvolve o negócio de música, tendo as suas participadas a atividade de produção de videogramas, fonogramas, produção audiovisual e multimédia, compra e venda de discos e equiparados, produção de eventos e agenciamento de artistas.

A CLMC – Multimédia, S.A. (“CLMC”) explora a atividade de aquisição e distribuição de direitos cinematográficos, essencialmente, em meios como cinema e televisão.

A Media Capital Editora Multimédia, S.A. (“Multimédia”) é a empresa que desenvolve o negócio de Internet que é suportado através do portal www.iol.pt que apresenta uma vasta rede de conteúdos próprios, um extenso diretório de classificados e publicidade *online*.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Media Capital foram elaboradas de acordo os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adotados pela União Europeia, e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”).

As demonstrações financeiras das empresas consolidadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para Euros conforme descrito na Nota 2.15.

2.2 Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método da consolidação global. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica “Interesses sem controlo”. As empresas incluídas na consolidação encontram-se indicadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas sem controlo excedem o respetivo interesse no capital próprio da empresa controlada, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais. Se a empresa controlada, subsequentemente, reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte dos prejuízos absorvidos pelo Grupo relativos aqueles acionistas, tenha sido recuperada.

Os ativos, passivos e passivos contingentes de empresas controladas são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, para as aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2004. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.3). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como resultado do exercício. Os interesses de acionistas sem controlo são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição, ou até à data da perda de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (aquelas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o seu controlo individual ou conjuntamente – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos e passivos adquiridos. As participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso do investimento nelas efetuado, não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada, ou para com os seus credores.

É feita uma avaliação periódica dos investimentos em empresas associadas no sentido de verificar se existem perdas por imparidade. Estas são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se indicados na Nota 5.

c) Investimento em outras empresas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20%, para as quais não existem referências de mercado, foram valorizados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é inferior, sendo reconhecidos na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

2.3 Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis de uma empresa controlada, na respetiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido no IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais. Decorrente da exceção prevista no IFRS 1, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2004. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a esta data foram mantidos, ao invés de serem recalculados de acordo com o IFRS 3, sendo sujeitos, anualmente, a testes de imparidade desde aquela data.

De acordo com o IFRS 3, o *goodwill* não está sujeito a amortização, sendo sujeito a testes de imparidade anuais. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de “Provisões e perdas por imparidade”. Estas perdas por imparidade não podem ser revertidas.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* é alocado às unidades geradoras de caixa, ou grupo de unidades geradoras de caixa, nas quais é expetável existirem benefícios com as sinergias criadas com a aquisição dos investimentos ou com a concentração de atividades empresariais. A análise de imparidade é efetuada anualmente, ou sempre que se verifique essa necessidade, para cada unidade geradora de caixa. Caso o valor recuperável da unidade geradora de caixa

seja inferior ao seu valor contabilístico, a diferença é atribuída primeiro ao *goodwill*, e depois ao valor contabilístico dos ativos da unidade, proporcionalmente ao seu respetivo valor.

Na alienação de uma empresa controlada ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas, se aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa definir razoavelmente o seu valor.

As amortizações para os ativos intangíveis de vida útil definida são calculadas após a data em que se encontram disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado em que esses ativos intangíveis geram benefícios económicos futuros, que são como segue:

	<u>Anos</u>
Direitos de produção audiovisual	3 – 7
Alvarás de radiodifusão	3 – 18
Direitos de radiodifusão	3 – 18
Programas de computador	3 - 4
Outros	3 - 5

Os ativos intangíveis adquiridos em resultado de concentrações empresariais são reconhecidos separadamente do *goodwill* e mensurados inicialmente ao seu justo valor à data da aquisição (o qual é considerado o seu custo de aquisição).

Adicionalmente, encontra-se registado um ativo intangível de vida útil indefinida, relativo à aquisição da marca Plural pelo negócio de produção em Portugal. Este ativo não é amortizado, sendo avaliado anualmente através de testes de imparidade, em conjunto com todos os ativos identificados da unidade geradora de caixa a que pertence.

Os direitos de produção audiovisual correspondem aos montantes gastos com a produção cinematográfica e audiovisual, necessários para a posterior comercialização dos respetivos direitos. Este ativo amortiza-se em função da expectativa das respetivas receitas, no prazo estimado da sua comercialização e desde a conclusão da produção. Para as produções em que se espera que a receita futura não cubra o valor líquido contabilístico do respetivo ativo, é registada uma perda por imparidade.

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas, se aplicável.

Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra. Adicionalmente, sempre que seja aplicável, são incluídos no preço de compra os gastos do financiamento diretamente atribuível à aquisição, construção ou produção de ativos que necessitem de um período de tempo substancial para ficarem disponíveis para uso.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como resultados do exercício.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gasto quando incorridos. Os gastos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos ativos fixos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao ativo e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição e começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para utilização. Os ganhos e perdas nas alienações de ativos fixos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor pelo qual estão registados, são registados em resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

A depreciação do valor dos ativos fixos tangíveis deduzido do seu valor residual, quando este seja estimável, é realizada de acordo com o método da linha reta, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos, definida em função da sua utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	6 - 15
Equipamento de transporte	4
Equipamento informático	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

2.6 Locações

(a) Locação financeira

Os ativos fixos adquiridos segundo contratos de locação são registados como locação financeira, caso sejam transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Os ativos são registados ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do valor de mercado do ativo na data do contrato, por contrapartida da correspondente responsabilidade, registada em empréstimos, no passivo. Os ativos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as prestações de capital são registadas como uma redução das responsabilidades e os juros são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados no período a que respeitam.

(b) Locação operacional

Quando um contrato de locação é classificado como locação operacional, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 Direitos de transmissão de programas de televisão

Os direitos de transmissão de programas correspondem, essencialmente, a contratos ou acordos celebrados com terceiros para exibição de filmes, séries e outros programas de televisão e incluem direitos adquiridos e gastos incorridos com produção de programas. O gasto de programas é registado na demonstração dos resultados no momento em que os mesmos são exibidos, tendo em consideração o número estimado de exibições e os benefícios estimados de cada exibição.

Estes ativos são sujeitos a revisões anuais de imparidade e sempre que ocorram alterações ou situações que indiquem que o valor contabilístico é superior ao valor estimado de realização, registam-se as respetivas perdas por imparidade.

Os direitos adquiridos a terceiros para a transmissão de programas são registados como ativos ao custo de aquisição, a partir do momento em que o Grupo passe a controlar estes direitos e tenha assumido os riscos e benefícios associados aos respetivos conteúdos. Adicionalmente, estes direitos são registados no balanço entre ativos correntes e não correntes, em função do seu período contratual e data estimada de exibição.

Na Nota 35 é apresentada informação sobre os compromissos financeiros assumidos pela aquisição destes direitos não incluídos na posição financeira consolidada do Grupo.

2.8 Inventários

Os inventários dizem respeito, essencialmente, a CD's, encontrando-se valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido estimado de realização, utilizando-se o custo médio como método de custeio. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como uma perda por imparidade.

2.9 Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, que seja exetável que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.10 Instrumentos financeiros

2.10.1 Clientes, outras contas a receber e outros ativos correntes

As contas a receber e outros ativos correntes são reconhecidos ao custo amortizado pelo método de taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre a quantia registada e o valor estimado de recuperação. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício.

2.10.2 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem e a prazo e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

2.10.3 Fornecedores, outras contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar são registadas ao custo amortizado, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.10.4 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido dos gastos de transação incorridos. Em períodos subsequentes, os financiamentos obtidos são registrados ao custo amortizado, sendo que qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos gastos de transação) e o valor a pagar é reconhecida na demonstração dos resultados durante o período dos financiamentos obtidos, pelo método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados como passivos correntes a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

2.10.5 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tinha como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objetivo de minorar os riscos financeiros a que se encontra exposto, essencialmente decorrentes de variações de taxa de juro, embora não os qualificando como de cobertura para efeitos contabilísticos.

O recurso à contratação de instrumentos financeiros derivados obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, não sendo política a contratação de instrumentos com objetivos especulativos.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, sendo as variações no justo valor registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Em 31 de dezembro de 2012, não existem instrumentos financeiros derivados contratados e consequentemente registados nas demonstrações consolidadas da posição financeira.

2.10.6 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que respeita ao justo valor do preço pago incluindo despesas de transação e considerados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço. Nas situações em que aqueles ativos respeitem a instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

2.11 Rédito e especialização dos exercícios

As vendas referem-se, principalmente, à venda de CD's e DVD's e são reconhecidas na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos é razoavelmente quantificado. As devoluções dos produtos vendidos são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

As prestações de serviços incluem, essencialmente, a venda de espaço publicitário e são registadas no período em que a publicidade é emitida. O desconto de quantidade e bónus concedidos são registados no período a que respeitam como redução das prestações de serviços.

As prestações de serviços do segmento de negócio Produções respeitam, essencialmente, a serviços de produção e apoio à produção de séries televisivas, anúncios publicitários ou outros conteúdos, os quais são reconhecidos quando efetuados.

O rédito relativo a serviços multimédia, refere-se essencialmente a receitas de serviços interativos e multimédia relacionados com concursos e são reconhecidos no período a que respeitam.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

2.12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são registadas quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, seja provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos e o montante da referida obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O referido montante é registado ao valor descontado, pelo método da taxa de juro efetiva, atendendo à expectativa do momento da liquidação da obrigação, aferida de acordo com a informação disponível à data das demonstrações financeiras.

O valor das provisões é revisto e ajustado a cada data do balanço, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento. Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, a provisão não é registada e procede-se à divulgação do evento como um passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que tal evento não é objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.13 Imparidade de ativos não correntes, excluindo goodwill

São efetuadas análises de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas de imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual pertence o ativo.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que essas perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos operacionais”.

2.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é composto por imposto corrente e imposto diferido.

O Grupo estima o imposto sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, abrangendo todas as empresas em que detém uma participação, direta ou indireta de, pelo menos, 90% do respetivo capital e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), além de existirem critérios de existência ou não de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como com base nos prejuízos fiscais reportáveis. Os ativos e passivos por imposto diferido são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por imposto diferido são reconhecidos unicamente quando existem provas bastantes que suportem, com um grau de segurança elevado, a possibilidade de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio da data da transação. A cada data de balanço é efetuada a atualização cambial de ativos e passivos, aplicando-se a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que foram determinadas.

A conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio, sendo as diferenças de câmbio resultantes reconhecidas no capital próprio em reservas para “Diferenças de conversão cambial”, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados aquando da alienação daquelas empresas:

- (a) Taxa de câmbio vigente à data de balanço, para conversão dos ativos e passivos monetários;
- (b) Taxa de câmbio vigente à data da transação, para conversão dos ativos e passivos não monetários;
- (c) Taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- (d) Taxa de câmbio média do exercício para a conversão dos fluxos de caixa.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

2.16 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de balanço que

proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, caso originem um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.17 Encargos financeiros

O gasto líquido do financiamento atribuível à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que necessitem de um período de tempo substancial para ficarem disponíveis para uso, é registado como parte do seu gasto até aquela data. Os restantes gastos do financiamento são reconhecidos em resultados quando incorridos.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Exceto pelo impacto da adoção das novas normas e interpretações ou das suas alterações que entram em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012, durante o exercício de 2012 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira consolidada relativa ao exercício de 2011, segundo as disposições dos IFRS, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 7 – Emenda (Transferência de ativos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de ativos financeiros.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, decorrente da adoção da emenda acima referida.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, incluem:

- Vidas úteis do ativo fixo tangível e ativo intangível;
- Análises de imparidade do *goodwill* e outros ativos;
- Registo de provisões;
- *Rappel* a conceder;
- Análise de imparidade dos direitos de transmissão.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas

que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas são registadas em resultados de forma prospetiva em conformidade com o disposto na IAS 8.

Adicionalmente, as seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, adotadas pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	1-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.

IAS 12 – Emenda (recuperação de ativos por impostos diferidos)	1-Jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.
IAS 19 – Emenda (planos pensões de benefícios definidos) (2011)	1-Jan-13	Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas atuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do “corredor”); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos ativos do plano. A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas atuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	1-Jan-13	Esta emenda fornece orientações sobre como as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.
IAS 1 – Emenda (Outro Rendimento Integral)	1-Jul-12	Esta emenda refere-se às seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
IFRS 7 – Emenda (2011)	1-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.
IAS 32 – Emenda (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto (2011)	1-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. No entanto, não são estimados impactos significativos nas

demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da sua adoção futura para aquelas que serão aplicáveis às operações do Grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, adotadas pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2010)	1-Jan-15	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (maio de 2012)	Várias (usualmente 1-Jan-13)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IAS 16 e a IAS 32.
IFRS 1 – Emenda (subsídios governamentais)	1 Jan 2013	Cria uma exceção à aplicação retrospectiva dos requisitos definidos na IAS 20 para aplicação a subsídios governamentais concedidos a taxas de juro bonificadas.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Emendas (regras de transição)	1 Jan 2013	Emendas às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 de modo a clarificar as regras do processo de transição para as referidas normas.
IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – Emendas (entidades de Investimento)	1 Jan 2014	Criam uma exceção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.

Estas normas não foram ainda adotadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, método de consolidação adotado e proporção do capital efetivamente detido, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Método Consolidação	Percentagem efetiva do capital detido	
			2012	2011
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.	Barcarena	Global	Mãe	Mãe
MEGLO - Media Global, SGPS, S.A. ("MEGLO")	Barcarena	Global	100	100
MEDIA CAPITAL - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A. ("MC SERVIÇOS")	Barcarena	Global	100	100
Publipartner - Projectos de Media e Publicidade, Unipessoal, Lda. ("Publipartner")	Barcarena	Global	100	100
Med Cap Technologies – Desenvolvimento e Comercialização de Sistemas de Comunicação, S.A. ("MED CAP") (a)	Barcarena	Global	-	100
CLMC – Multimedia, S.A. ("CLMC")	Barcarena	Global	100	100
MCR II - Media Capital Rádios, S.A. ("MCR II")	Barcarena	Global	100	100
R. CIDADE – Produções Audiovisuais, S.A. ("CIDADE")	Lisboa	Global	100	100
Flor do Éter Radiodifusão, Lda. ("Flor do Éter")	Lisboa	Global	100	100
Drums Comunicações Sonoras, S.A. ("Drums")	Porto	Global	100	100
RVA - Rádio Voz de Alcanena, Lda. ("Rádio Voz de Alcanena")	Lisboa	Global	100	100
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – Emissões de Radiodifusão, S.A. ("REGIONAL")	Lisboa	Global	100	100
Rádio Litoral Centro - Empresa de Radiodifusão, Lda. ("Rádio Litoral Centro")	Lisboa	Global	100	100
RÁDIO COMERCIAL, S.A. ("COMERCIAL")	Lisboa	Global	100	100
Rádio XXI, Lda. ("XXI")	Lisboa	Global	100	100
Rádio Nacional - Emissões de Radiodifusão, S.A. ("Rádio Nacional")	Lisboa	Global	100	100
MCME - Media Capital Música e Entretenimento, S.A. ("MCME")	Barcarena	Global	100	100
FAROL MÚSICA – Sociedade de Produção e Edição Audiovisual, Lda. ("FAROL")	Barcarena	Global	100	100
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - Produção de Eventos, Lda. ("ENTERTAINMENT")	Barcarena	Global	100	100
TVI – Televisão Independente, S.A. ("TVI")	Barcarena	Global	100	100
RETI – Rede Teledifusora Independente, S.A. ("RETI") (b)	Barcarena	Global	-	100
MEDIA CAPITAL – Editora Multimédia, S.A. ("MULTIMÉDIA")	Barcarena	Global	100	100
IOL NEGÓCIOS - Serviços de Internet, S.A. ("IOL Negócios")	Barcarena	Global	100	100
LÚDICODROME - EDITORA, Unipessoal, Lda. ("Ludicodrome") (c)	Barcarena	Global	-	100
MCP - MÉDIA CAPITAL PRODUÇÕES, S.A. ("MCP")	Barcarena	Global	100	100
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES INVESTIMENTOS - SGPS, S.A. ("MCP INVESTIMENTOS")	Barcarena	Global	100	100
PLURAL Entertainment Portugal, S.A. ("PLURAL")	Lisboa	Global	100	100
NBP – Ibérica - Producciones Audiovisuales, S.A.	Madrid (ESP)	Global	100	100
CASA DA CRIAÇÃO – Argumentos para Audiovisual, Lda. ("CASA DA CRIAÇÃO")	Lisboa	Global	100	100
EMAV – Empresa de Meios Audiovisuais, Lda. ("EMAV")	Vialonga	Global	100	100
EPC – Empresa Portuguesa de Cenários, Lda. ("EPC")	Vialonga	Global	100	100
PLURAL Entertainment España, S.L. ("PLURAL España")	Madrid (ESP)	Global	100	100
PLURAL Entertainment Canarias, S.L. ("PLURAL Canarias")	San Andrés (ESP)	Global	100	100
PLURAL Entertainment Inc. ("PLURAL Entertainment")	Miami (EUA)	Global	100	100
TESELA Producciones Cinematográficas, S.L. ("TESELA")	Madrid (ESP)	Global	100	100
Factoría Plural, S.L. ("Factoría") (d)	Zaragoza (ESP)	Global	-	51
Chip Audiovisual, S.A. ("CHIP") (d)	Zaragoza (ESP)	Global	-	50

- (a) Em 21 de dezembro de 2012, a MED CAP foi incorporada por fusão na MC SERVIÇOS, com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2012.
- (b) Em maio de 2012 esta sociedade foi alienada (Nota 6).
- (c) Em 1 de outubro de 2012, a Ludicodrome foi incorporada por fusão na MULTIMÉDIA, com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2012.
- (d) Em 1 de janeiro de 2012, a Empresa alienou parte do seu investimento na sociedade Factoría, correspondente a 36% do capital social da mesma. Em virtude dessa transação, a referida participada e a sua subsidiária deixaram de ser controladas pelo Grupo, passando a ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que o Grupo continua a deter influência significativa naquelas sociedades pela inclusão de membros nos seus órgãos de gestão (Notas 5 e 6).

5. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas nas quais é mantida influência significativa são consideradas associadas, sendo as respetivas sedes e a proporção do capital efetivamente detido, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva do capital detido	
		2012	2011
Plural Entertainment Brasil - Produção de Vídeo, Ltda. ("Plural Brasil")	São Paulo	49	49
Sociedad Canária de Televisión Regional, S.A. ("SOCATER")	Tenerife (ESP)	40	40
Productora Canária de Programas, S.A. ("PCP")	San Andrés (ESP)	40	40
União de Leiria, SAD ("União de Leiria") (a)	Leiria	-	20
Plural - Jempsa, S.L. ("Jempsa")	Madrid (ESP)	19	19
Factoría (Notas 4 e 6)	Zaragoza (ESP)	15	-
CHIP (Notas 4 e 6)	Zaragoza (ESP)	7,5	-

(a) Em maio de 2012 a participação na União de Leiria foi alienada (Nota 6).

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2 b).

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo alienou 36% da participação detida na sociedade Factoría pelo valor de 425.000 Euros e a totalidade do capital da RETI e créditos de empresas do Grupo sobre a RETI no montante de 1.978.033 Euros, pelo valor de 7.866.111 Euros. Os ativos e passivos da Factoría e da sua participada (CHIP) e da RETI eram, à data das referidas transações, conforme segue:

	Factoría	RETI	Total
Ativos líquidos:			
Goodwill (Nota 15)	-	3.795.719	3.795.719
Ativos intangíveis	9.833	-	9.833
Ativos fixos tangíveis	122.566	1.965.274	2.087.840
Existências	-	88.880	88.880
Clientes e outras dívidas de terceiros	4.516.981	82.118	4.599.099
Caixa e seus equivalentes	5.896	1.316	7.212
Outros ativos	260.645	274.404	535.049
Empréstimos	(1.343.289)	-	(1.343.289)
Fornecedores e outros credores	<u>(2.644.495)</u>	<u>(2.345.268)</u>	<u>(4.989.763)</u>
	<u>928.137</u>	<u>3.862.443</u>	<u>4.790.580</u>
Interesses sem controlo (Nota 27)	(1.791.360)	-	(1.791.360)

O detalhe da mais-valia gerada com as alienações acima referidas é conforme segue:

	<u>Factoría</u>	<u>RETI</u>	<u>Total</u>
Preço de venda	425.000	7.866.111	8.291.111
Créditos cedidos	-	(1.978.033)	(1.978.033)
Disponibilidades cedidas	<u>(5.896)</u>	<u>(1.316)</u>	<u>(7.212)</u>
Preço de venda líquido (a)	419.104	5.886.762	6.305.866
Ativos alienados	<u>334.129</u>	<u>3.862.443</u>	<u>4.196.572</u>
Ganho resultante da alienação (Nota 8)	<u>84.974</u>	<u>2.024.319</u>	<u>2.109.293</u>

(a) O recebimento do preço de venda líquido foi como segue:

	<u>Factoría</u>	<u>RETI</u>	<u>Total</u>
Preço de venda líquido	419.104	5.886.762	6.305.866
Adiantamentos recebidos (Nota 31)	-	(4.500.000)	(4.500.000)
Encontro de contas realizado em 2012	<u>-</u>	<u>(293.697)</u>	<u>(293.697)</u>
	<u>419.104</u>	<u>1.093.065</u>	<u>1.512.169</u>

Adicionalmente, o Grupo recebeu 1 Euro pela alienação do União de Leiria no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo recebeu dividendos nos montantes de 301.872 Euros e 296.563 Euros, respetivamente, referente aos investimentos detidos na Factoría e na Socater, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram liquidados os seguintes montantes relativos a concentrações empresariais: 600.000 Euros e 294.000 Euros referentes às aquisições, ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, da Rádio Nacional e da Flor do Éter, respetivamente; 9.250.000 Euros referente ao pagamento final da compra da Plural Entertainment España, ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2008; e 187.500 Euros, referente à aquisição de interesses sem controlo da IOL Negócios, ocorrida em exercícios anteriores.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as alterações ao perímetro de consolidação do Grupo foram conforme segue:

Concentrações empresariais:

<u>Entidade</u>	<u>Atividade principal</u>	<u>Data de aquisição de controlo</u>	<u>Percentagem adquirida</u>	<u>Custo de aquisição</u>
Rádio Nacional	Exploração de emissores de rádio	01-07-2011	100%	1.050.000
Rádio Litoral Centro	Exploração de emissores de rádio	01-07-2011	100%	180.000
Drums	Exploração de emissores de rádio	01-11-2011	100%	1.585.000
Flor do Éter	Exploração de emissores de rádio	01-11-2011	100%	315.000
Rádio Voz de Alcanena	Exploração de emissores de rádio	01-11-2011	100%	120.000
				<u>3.250.000</u>

A aquisição de 100% do capital da Flor do Éter, Drums, Rádio Voz de Alcanena, Rádio Litoral Centro e Rádio Nacional insere-se na estratégia do Grupo relativa ao desenvolvimento do negócio de radiodifusão, encontrando-se, em 31 de dezembro de 2011, por liquidar o montante de 600.000 Euros e de 315.000 Euros referentes às aquisições da Rádio Nacional e da Flor do Éter, respetivamente, os quais se vencem no curto prazo.

No âmbito das referidas concentrações foram identificados ativos intangíveis adquiridos relativos a alvarás, que permitem às empresas adquiridas desenvolver a sua atividade de radiodifusão, tendo estes sido reconhecidos como um ativo intangível a amortizar pelo período estimado remanescente da vigência dos referidos alvarás.

Os pagamentos respeitantes a concentrações empresariais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de 11.912.361 Euros, são conforme segue:

	<u>2011</u>
Plural España	9.250.000
Rádio Nacional	450.000
Rádio Litoral Centro	180.000
Rádio Voz de Alcanena	120.000
Drums	<u>60.000</u>
	10.060.000
Ativos adquiridos - disponibilidades	(42.091)
Alteração de perímetro	<u>1.894.452</u>
	<u><u>11.912.361</u></u>

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos adquiridos, bem como o valor das disponibilidades, foi conforme segue:

	Flor do Éter	Drums	Rádio Voz de Alcanena	Rádio Litoral Centro	Rádio Nacional	Total
<u>ATIVOS NÃO CORRENTES:</u>						
Ativos fixos tangíveis	-	-	508	65.015	2.104	<u>67.627</u>
<u>ATIVOS CORRENTES:</u>						
Clientes e contas a receber	-	-	-	4.236	-	4.236
Outros ativos correntes	314.447	1.684.281	32.602	151.295	1.060.962	3.243.587
Caixa e seus equivalentes	<u>11.312</u>	<u>1.578</u>	<u>8.210</u>	<u>14.614</u>	<u>6.377</u>	<u>42.091</u>
	<u>325.759</u>	<u>1.685.859</u>	<u>40.812</u>	<u>170.145</u>	<u>1.067.339</u>	<u>3.289.914</u>
<u>PASSIVO CORRENTE</u>						
Fornecedores e contas a pagar	(4.766)	(1.812)	(826)	(377)	(529)	(8.310)
Outros passivos correntes	<u>(285.499)</u>	<u>(1.705.000)</u>	<u>(65.525)</u>	<u>(136.214)</u>	<u>(1.122.600)</u>	<u>(3.314.838)</u>
	<u>(290.265)</u>	<u>(1.706.812)</u>	<u>(66.351)</u>	<u>(136.591)</u>	<u>(1.123.129)</u>	<u>(3.323.148)</u>
ATIVOS E PASSIVOS ADQUIRIDOS	<u>35.494</u>	<u>(20.953)</u>	<u>(25.031)</u>	<u>98.569</u>	<u>(53.686)</u>	<u>34.393</u>

Adicionalmente, em resultado das concentrações empresariais ocorridas e do respetivo custo, foram identificados ativos intangíveis relativos a alvarás detidos pelas empresas adquiridas, que lhes permitem desenvolver a sua atividade de radiodifusão conforme segue:

	Flor do Éter	Drums	Rádio Voz de Alcanena	Rádio Litoral Centro	Rádio Nacional	Total
Ativos e passivos adquiridos	35.494	(20.953)	(25.031)	98.569	(53.686)	34.393
Ativos intangíveis (Nota 16) (a)	279.506	1.605.953	145.031	81.431	1.103.686	3.215.607
Justo valor pago pela aquisição	315.000	1.585.000	120.000	180.000	1.050.000	3.250.000

- (a) A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos ativos e passivos adquiridos foi afeta diretamente aos alvarás detidos pelas empresas adquiridas e que lhes permitem desenvolver a sua atividade de radiodifusão, tendo sido nesse momento reconhecida, como um ativo intangível amortizado pelo período estimado para a sua recuperação.

Saídas do perímetro de consolidação:

No exercício de 2011, as sociedades SOCATER e PCP foram excluídas do perímetro de consolidação, por redução dos direitos de voto para aqueles equivalentes à percentagem de capital social detida, os quais não conferem o controlo daquelas entidades após as referidas datas. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os interesses detidos nestas sociedades foram registados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 5).

7. RELATO POR SEGMENTOS

A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo é consistente com a forma como o Conselho de Administração gere e controla os negócios do Grupo e baseia-se, essencialmente, na combinação da natureza dos processos de produção, tipo de clientes e gestão de recursos disponíveis. Assim, o Grupo apresenta os seguintes segmentos reportáveis:

a) Televisão

O segmento Televisão envolve fundamentalmente a emissão de um canal de TV generalista (TVI), a difusão por cabo de um canal de informação (TVI24), difusão de um canal de ficção nacional (TVI Ficção) e difusão de um canal internacional (TVI Internacional).

b) Produção

O segmento Produção refere-se à produção, realização e distribuição audiovisual e produção de programas/séries e programas de televisão.

c) Entertainment

O segmento Entertainment envolve, fundamentalmente, a produção e venda de CD's de música, agenciamento de artistas e promoção de eventos, bem como a distribuição cinematográfica.

d) Rádio

O segmento Rádio envolve a emissão da programação das rádios, através de antenas próprias e contratos de utilização de espaço publicitário com terceiros.

e) Outros

No segmento "Outros" inclui-se, essencialmente, o negócio da Internet ("MULTIMÉDIA") e a atividade da "holding" do Grupo.

Contas Consolidadas

O contributo dos principais segmentos de negócio para as demonstrações consolidadas dos resultados, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	2012							Consolidado
	Televisão	Produções	Entertainment	Radio	Outros	Total	Eliminações	
Rendimentos operacionais:								
Prestações de serviços	94.257.659	17.849.117	2.642.799	14.005.418	4.434.781	133.189.774	-	133.189.774
Prestações de serviços internas	247.154	33.456.696	552.039	48.172	10.491.610	44.795.671	(44.795.671)	-
Vendas de mercadorias e produtos	-	-	2.294.127	-	-	2.294.127	-	2.294.127
Vendas de mercadorias e produtos internas	-	-	262	-	-	262	(262)	-
Outros rendimentos operacionais	46.897.992	1.379.684	213.072	115.783	228.138	48.834.669	-	48.834.669
Outros rendimentos operacionais internos	269.082	59.312	1.548	118.782	296.000	744.724	(744.724)	-
Total de rendimentos operacionais	141.671.887	52.744.809	5.703.847	14.288.155	15.450.529	229.859.227	(45.540.657)	184.318.570
Gastos operacionais:								
Gasto dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	(51.168.277)	(1.737.949)	(414.448)	-	-	(53.320.674)	30.947.092	(22.373.582)
Fornecimentos e serviços externos	(34.593.374)	(27.986.611)	(4.250.939)	(6.943.463)	(8.177.518)	(81.951.905)	13.727.853	(68.224.052)
Gastos com pessoal	(20.958.833)	(19.070.521)	(729.583)	(4.734.897)	(7.327.494)	(52.821.328)	-	(52.821.328)
Amortizações e depreciações	(5.489.448)	(3.825.434)	(85.095)	(1.627.495)	(468.824)	(11.496.296)	-	(11.496.296)
Provisões e perdas de imparidade	510.180	(61.851)	(83.808)	477.624	(42.060)	800.085	-	800.085
Outros gastos operacionais	(355.680)	(168.591)	44.652	(38.369)	6.834	(511.154)	-	(511.154)
Total gastos operacionais	(112.055.432)	(52.850.957)	(5.519.221)	(12.866.600)	(16.009.062)	(199.301.272)	44.674.945	(154.626.327)
Resultados operacionais	29.616.455	(106.148)	184.626	1.421.555	(558.533)	30.557.955	(865.712)	29.692.243
Resultados financeiros								(9.685.296)
Resultados antes de impostos								20.006.947
Impostos sobre o rendimento								(8.067.884)
Resultados das operações em continuação								11.939.063

	2011							Consolidado
	Televisão	Produções	Entertainment	Radio	Outros	Total	Eliminações	
Rendimentos operacionais:								
Prestações de serviços	120.832.873	41.777.860	5.818.163	13.836.539	5.413.212	187.678.647	-	187.678.647
Prestações de serviços internas	954.534	38.522.162	132.529	90.203	10.844.718	50.544.146	(50.544.146)	-
Vendas de mercadorias e produtos	-	-	5.714.122	-	-	5.714.122	-	5.714.122
Vendas de mercadorias e produtos internas	-	-	640	-	-	640	(640)	-
Outros rendimentos operacionais	29.356.067	659.891	105.160	451.961	390.302	30.963.381	-	30.963.381
Outros rendimentos operacionais internos	289.583	16.991	-	122.180	384.212	812.966	(812.966)	-
Total de rendimentos operacionais	151.433.057	80.976.904	11.770.614	14.500.883	17.032.444	275.713.902	(51.357.752)	224.356.150
Gastos operacionais:								
Gasto dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	(56.490.334)	(3.769.839)	(1.832.951)	-	-	(62.093.124)	36.223.796	(25.869.328)
Fornecimentos e serviços externos	(34.955.328)	(44.028.926)	(9.498.242)	(7.107.260)	(9.974.983)	(105.564.739)	14.147.210	(91.417.529)
Gastos com pessoal	(25.085.355)	(28.179.761)	(1.802.746)	(5.026.296)	(7.981.258)	(68.075.416)	-	(68.075.416)
Amortizações e depreciações	(6.027.613)	(3.146.652)	(122.732)	(1.983.669)	(519.377)	(11.800.043)	-	(11.800.043)
Provisões e perdas de imparidade	(357.131)	(9.763.562)	215.584	(29.037)	(345.065)	(10.279.211)	-	(10.279.211)
Outros gastos operacionais	39.066	(175.984)	(109.521)	(98.765)	270.447	(74.757)	-	(74.757)
Total gastos operacionais	(122.876.695)	(89.064.724)	(13.150.608)	(14.245.027)	(18.550.236)	(257.887.290)	50.371.006	(207.516.284)
Resultados operacionais	28.556.362	(8.087.820)	(1.379.994)	255.856	(1.517.792)	17.826.612	(986.746)	16.839.866
Resultados financeiros								(6.457.939)
Resultados antes de impostos								10.381.927
Impostos sobre o rendimento								(8.420.888)
Resultados das operações em continuação								1.961.039

A informação adicional relevante em termos de relato por segmentos, é conforme segue:

	2012							
	Televisão	Produções	Entertainment	Radio	Outros	Total	Eliminações	Consolidado
Ativo líquido	188.792.862	106.182.577	6.544.986	34.416.991	212.519.324	548.456.740	(197.174.897)	351.281.843
Passivo	81.565.999	75.985.769	16.305.553	43.493.098	194.769.464	412.119.883	(186.929.621)	225.190.262
Outras informações:								
Investimento do ano em ativos fixos tangíveis (Nota 17)	703.234	2.028.531	-	126.857	49.000	2.907.622	-	2.907.622
Investimento do ano em ativos intangíveis (Nota 16)	688.059	378.406	-	141.089	30.540	1.238.094	-	1.238.094
Indemnizações - incluídas em "Gastos com o pessoal" (Nota 11)	81.430	525.290	128.253	58.045	96.282	889.300	-	889.300
Reforços de provisões (Nota 29)	732.154	52.007	-	-	-	784.161	-	784.161
Reversão de provisões (Nota 29)	(1.231.300)	-	(70.826)	(608.602)	(281.044)	(2.191.772)	-	(2.191.772)
Perdas por imparidade (Nota 29)	23.791	454.887	217.336	263.673	546.499	1.506.186	-	1.506.186
Reversão de perdas por imparidade (Nota 29)	(34.825)	(445.043)	(62.702)	(132.695)	(223.395)	(898.660)	-	(898.660)

	2011							
	Televisão	Produções	Entertainment	Radio	Outros	Total	Eliminações	Consolidado
Ativo líquido	232.323.676	128.710.096	8.302.023	36.869.420	201.440.753	607.645.968	(230.244.722)	377.401.246
Passivo	94.073.287	92.631.610	17.431.537	44.984.542	233.114.349	482.235.325	(226.557.309)	255.678.016
Outras informações:								
Investimento do ano em ativos fixos tangíveis (Nota 17)	1.549.169	5.542.595	-	230.576	237.205	7.559.545	-	7.559.545
Investimento do ano em ativos intangíveis (Nota 16)	381.914	319.430	2.267	242.088	50.949	996.648	-	996.648
Indemnizações - incluídas em "Gastos com o pessoal" (Nota 11)	1.556.677	1.148.891	778.552	323.391	(151.965)	3.655.546	-	3.655.546
Reforços de provisões (Nota 29)	344.197	-	-	85.000	260.000	689.197	-	689.197
Reversão de provisões (Nota 29)	-	(171.739)	(496.644)	(49.500)	-	(717.883)	-	(717.883)
Perdas por imparidade (Nota 29)	15.807	9.952.774	640.374	60.366	199.644	10.868.966	-	10.868.966
Reversão de perdas por imparidade (Nota 29)	(2.873)	(17.473)	(359.314)	(66.829)	(114.580)	(561.069)	-	(561.069)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a informação por mercado geográfico, é conforme segue:

	2012		
	Outros		
	Portugal	países	Consolidado
Rendimentos operacionais	170.420.985	13.897.585	184.318.570
Gastos operacionais	(138.744.400)	(15.881.927)	(154.626.327)
Resultados líquidos das operações em continuação	13.455.020	(1.515.957)	11.939.063
Ativo líquido	320.914.439	30.367.404	351.281.843
Passivo	216.991.998	8.198.264	225.190.262
Investimento do ano em ativos fixos tangíveis (Nota 17)	2.905.685	1.937	2.907.622
Investimento do ano em ativos intangíveis (Nota 16)	980.542	257.552	1.238.094

	2011		
	Outros		
	Portugal	países	Consolidado
Rendimentos operacionais	186.188.239	38.167.911	224.356.150
Gastos operacionais	(171.274.132)	(36.242.152)	(207.516.284)
Resultados líquidos das operações em continuação	921.063	1.039.976	1.961.039
Ativo líquido	324.348.888	53.052.358	377.401.246
Passivo	237.904.241	17.773.775	255.678.016
Investimento do ano em ativos fixos tangíveis (Nota 17)	7.556.049	3.496	7.559.545
Investimento do ano em ativos intangíveis (Nota 16)	723.159	273.489	996.648

Ao realizar a avaliação do grau de dependência de um cliente, o Grupo leva em linha de conta a relação económica entre as diversas entidades, atento o modelo de negócio da publicidade comercializada nos diversos meios do grupo. Assim, considerando que a contratualização e negociação das condições comerciais são efetuadas com os vários anunciantes do Grupo, sendo essa negociação acordada com os diversos intervenientes na cadeia de valor, nomeadamente o próprio anunciante, a agência de meios, responsável pela realização da campanha, e a central de meios que realiza antecipadamente os seus pagamentos, e que neste mesmo negócio existem alguns clientes que realizam a negociação de condições para a emissão de publicidade diretamente com os meios. Assim, o Grupo considera não ter dependência de um anunciante que seja responsável por mais de 10% das suas receitas.

8. RECEITAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

As receitas operacionais consolidadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, repartem-se da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Prestações de serviços:</u>		
Publicidade em televisão	94.257.659	120.474.073
Publicidade em rádio	13.441.211	13.217.054
Publicidade em outros meios	3.166.960	3.385.279
Produção audiovisual e serviços complementares	15.936.621	41.777.860
Outras	6.387.323	8.824.381
	<u>133.189.774</u>	<u>187.678.647</u>
<u>Vendas:</u>		
CD's	2.051.042	2.246.331
DVD's	243.085	3.467.791
	<u>2.294.127</u>	<u>5.714.122</u>
<u>Outros rendimentos operacionais:</u>		
Serviços de multimédia (a)	33.352.266	18.878.961
Direitos de transmissão, de exibição e venda de imagens	9.518.954	9.258.020
Ganhos na alienação de subsidiárias (Nota 6)	2.109.293	-
Outros rendimentos suplementares	3.854.156	2.826.400
	<u>48.834.669</u>	<u>30.963.381</u>

- (a) A rubrica "Serviços de multimédia" diz respeito, essencialmente, a receitas de serviços interativos e multimédia relacionados com concursos e programas incluídos na grelha de programação dos meios de televisão difundidos pelo Grupo.

9. GASTO DOS PROGRAMAS EMITIDOS E DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Programas exibidos	20.173.216	20.150.531
Mercadorias vendidas	2.140.912	5.600.986
Matérias consumidas	59.454	117.811
	<u>22.373.582</u>	<u>25.869.328</u>

Os gastos de produção dos programas próprios encontram-se classificados na demonstração consolidada dos resultados atendendo à sua natureza.

10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços especializados	24.165.996	33.927.981
Honorários	8.534.232	13.613.425
Publicidade	6.581.677	6.769.493
Comunicações (a)	5.371.878	2.779.528
Rendas e alugueres	4.201.844	6.176.728
Royalties e direitos	3.836.668	6.901.055
Deslocações, estadas e transportes	3.578.224	4.330.833
Energia e fluídos	3.001.421	5.105.674
Materiais	2.348.553	3.082.632
Conservação e reparação	2.086.578	2.445.919
Subcontratos	2.065.716	2.794.377
Serviços diversos	2.451.265	3.489.884
	<u>68.224.052</u>	<u>91.417.529</u>

(a) O aumento registado nesta rubrica está, essencialmente, relacionado com a transmissão do sinal através da rede de Televisão Digital Terrestre.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os restantes fornecimentos e serviços externos registaram uma redução significativa em virtude da redução de atividade dos segmentos produção e entretenimento, assim como da política de redução de gastos implementada pelo Grupo.

11. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ordenados e salários	40.089.293	49.819.244
Encargos sobre remunerações	8.729.825	11.030.404
Prêmios de desempenho	1.412.884	1.469.609
Indemnizações por rescisões contratuais (Nota 7)	889.300	3.655.546
Seguros de acidentes de trabalho e outros	374.039	672.851
Outros	1.325.987	1.427.762
	<u>52.821.328</u>	<u>68.075.416</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação reparte-se, por segmento, da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Televisão	491	553
Produções	545	742
Entertainment	17	33
Rádio	129	132
Outros	152	172
	<u>1.334</u>	<u>1.632</u>

12. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os gastos e rendimentos financeiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Gastos financeiros:</u>		
Juros suportados (a)	8.503.402	6.067.754
Perdas em instrumentos derivados (Nota 33)	231.703	158.785
Outros gastos financeiros	1.098.531	1.171.275
	<u>9.833.636</u>	<u>7.397.814</u>
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Juros obtidos	201.087	603.705
Outros rendimentos financeiros	6.864	296.349
	<u>207.951</u>	<u>900.054</u>
	<u>9.625.685</u>	<u>6.497.760</u>

- (a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo não suportou encargos financeiros com ativos qualificáveis que pudessem ser capitalizáveis, pelo que os referidos encargos foram reconhecidos em resultados quando incorridos. Os juros suportados aumentaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em virtude do aumento das taxas de juro dos financiamentos obtidos junto das entidades bancárias.

13. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas do Grupo Media Capital, excetuando a Plural Espanha e as suas participadas, encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 25%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 10.000.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis superiores a 10.000.000 Euros.

Para o exercício de 2013, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis superiores a 7.500.000 Euros.

Adicionalmente, para o exercício de 2013 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável de cada empresa é condicionada em cada ano progressivamente até 2017 ao maior dos seguintes limites:

- 3.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo estimou o imposto sobre o rendimento do exercício relativo às empresas em que participa, direta ou indiretamente, pelo menos em 90%, considerando os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC, de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”). Todas as empresas do Grupo sediadas em Portugal foram abrangidas pelo referido regime, com exceção das empresas adquiridas durante o ano de 2011, que são tributadas individualmente.

A PLURAL Espanha e suas participadas encontram-se sujeitas a impostos sobre lucros em sede da legislação em vigor em Espanha, a uma taxa de cerca de 30%, integrando o Regime de Tributação dos Grupos de Sociedades encabeçado pela Prisa.

As despesas de representação e os encargos com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente à taxa de 10%. A taxa aplicável aos encargos com viaturas ligeiras de passageiros é agravada para 20% se os valores de aquisição ultrapassarem os limites definidos em Portaria. São tributados à taxa de 5% os encargos com ajudas de gasto e com compensação pela deslocação em viatura própria dos empregados, não faturados a clientes. Se o Grupo apurar prejuízos fiscais, estas taxas são aumentadas em 10%.

Existem prejuízos fiscais reportáveis que deram origem a impostos diferidos ativos, conforme evidenciado nos quadros seguintes, calculados de acordo com o enquadramento fiscal vigente e aplicável ao Grupo Media Capital e que se encontram fundamentados na existência de provas bastantes para suportar a sua recuperação, nomeadamente em previsões de resultados fiscais futuros, determinados com base em planos de negócio elaborados com pressupostos prudentes e aderentes à evolução dos negócios. No entanto, o Grupo não registou ativos por impostos diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis, por terem sido gerados antes da entrada das respetivas empresas no RETGS.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos, limitados a 75% do lucro tributável do Grupo (seis anos para os prejuízos anteriores a 2010 e quatro anos para os prejuízos gerados entre 2010 e 2011). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam, aproximadamente, a 4.342.000 Euros e 10.587.000 Euros, respetivamente, os quais caducam conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2012	-	6.366.000
2013	1.947.000	1.887.000
2014	<u>2.395.000</u>	<u>2.334.000</u>
	<u>4.342.000</u>	<u>10.587.000</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais do Grupo estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2009 a 2012, inclusive, poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada, que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em Espanha, as declarações fiscais das empresas que integram a consolidação fiscal da Prisa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais também durante um período de quatro anos, podendo existir algumas exceções, as quais não são aplicáveis às empresas incluídas nas demonstrações financeiras do Grupo.

A reconciliação da taxa de imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultados antes de impostos	20.006.947	10.381.927
Taxa nominal de imposto	<u>25,00%</u>	<u>25,00%</u>
Imposto estimado	5.001.737	2.595.482
Diferenças permanentes (i)	1.663.162	3.899.105
Ajustamento à coleta (ii)	571.392	888.233
Impacto taxa reduzida	-	(1.563)
Derrama	1.873.346	1.304.154
Diferença de taxa (iii)	(99.351)	72.370
Alteração de taxa nos impostos diferidos	-	(172.037)
Outros	<u>(942.402)</u>	<u>(164.856)</u>
	<u>8.067.884</u>	<u>8.420.888</u>
Imposto corrente (iv)	7.377.697	8.250.812
Imposto diferido do exercício	<u>690.187</u>	<u>170.076</u>
	<u>8.067.884</u>	<u>8.420.888</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>40,33%</u>	<u>81,11%</u>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Encargos financeiros não aceites como custo fiscal	4.424.671	5.935.582
Amortizações e depreciações não aceites fiscalmente	1.003.643	1.124.154
Multas e outras penalidades	118.089	78.302
Benefícios fiscais	(760.361)	(1.139.074)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	700.912	(158.924)
Perdas / (ganhos) líquidos em empresas associadas (Nota 18)	59.611	(39.821)
Imparidade do <i>goodwill</i> (Notas 15 e 29)	-	9.750.000
Outros, líquidos	1.106.084	46.201
	<u>6.652.649</u>	<u>15.596.420</u>
	25,00%	25,00%
	<u>1.663.162</u>	<u>3.899.105</u>

(ii) Este montante representa a parcela de impostos relativo à tributação autónoma de certas despesas.

(iii) Efeito resultante da aplicação de uma taxa de IRC diferente da taxa normal de IRC aplicada em Portugal, que respeita à Plural España e suas participadas.

(iv) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, este montante tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Estimativa de imposto corrente sobre o rendimento do exercício	8.834.158	8.024.591
Imposto sobre o rendimento de subsidiárias sediadas no estrangeiro (Nota 34)	(514.059)	391.077
Outros (a)	(942.402)	(164.856)
	<u>7.377.697</u>	<u>8.250.812</u>

(a) Esta rubrica inclui o efeito líquido do excesso de estimativa do imposto do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, deduzido do reconhecimento de responsabilidades estimadas decorrentes de liquidações adicionais de IRC (Nota 29).

Diferenças temporárias – movimento nos impostos diferidos:

	2012		
	Saldos iniciais	Constituição/ (reversão)	Saldos finais
<u>Ativos por imposto diferido:</u>			
Provisões e perdas por imparidade	308.752	(153.999)	154.753
Gastos reconhecidos com derivados	349.533	(116.511)	233.022
Perda em ativos disponíveis para venda	1.260.000	(472.500)	787.500
Margens não reconhecidas entre empresas do Grupo	2.829.998	231.494	3.061.492
Prejuízos fiscais reportáveis	611.588	(178.859)	432.729
	<u>5.359.871</u>	<u>(690.375)</u>	<u>4.669.496</u>
<u>Passivos por imposto diferido:</u>			
Marcas adquiridas em concentrações empresariais	1.590.000	-	1.590.000
Reavaliações	8.526	(188)	8.338
	<u>1.598.526</u>	<u>(188)</u>	<u>1.598.338</u>

	2011		
	Saldos iniciais	Constituição/ (reversão)	Saldos finais
<u>Ativos por imposto diferido:</u>			
Provisões e perdas por imparidade	808.345	(499.593)	308.752
Gastos reconhecidos com derivados	494.007	(144.474)	349.533
Perda em ativos disponíveis para venda	1.060.000	200.000	1.260.000
Margens não reconhecidas entre empresas do Grupo	2.568.484	261.514	2.829.998
Prejuízos fiscais reportáveis	612.255	(667)	611.588
	<u>5.543.091</u>	<u>(183.220)</u>	<u>5.359.871</u>
<u>Passivos por imposto diferido:</u>			
Margens não reconhecidas entre empresas do Grupo	11.860	(11.860)	-
Marcas adquiridas em concentrações empresariais	1.590.000	-	1.590.000
Reavaliações	9.810	(1.284)	8.526
	<u>1.611.670</u>	<u>(13.144)</u>	<u>1.598.526</u>

Os saldos credores relativos a passivos por imposto corrente apresentam o seguinte detalhe:

	2012	2011
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício (i)	8.834.158	8.024.591
Pagamentos por conta	(2.306.821)	(6.306.348)
Retenções efetuadas por terceiros	(154.151)	(130.226)
	<u>6.373.186</u>	<u>1.588.017</u>

(i) Os passivos por imposto corrente respeitam ao imposto a pagar pelo Grupo, estimado no âmbito do RETGS.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos devedores relacionados com ativos por imposto corrente no montante de 140.625 Euros e 158.114 Euros respetivamente, respeitam essencialmente a IRC a recuperar e a pagamentos especiais por conta.

Fluxos de caixa:

O pagamento de imposto sobre o rendimento do exercício de 2011, foi apresentado na rubrica de "Outros pagamentos relativos à atividade operacional". No exercício de 2012, os recebimentos com esta natureza foram apresentados separadamente e ascenderam a 1.188.045 Euros.

14. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram calculados tendo em consideração o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Resultados:</u>		
Resultado para efeitos de cálculo dos resultados por ação de operações em continuação	11.939.063	1.164.684
<u>Número de ações:</u>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo dos resultado líquido por ação básico e diluído	<u>84.513.180</u>	<u>84.513.180</u>
Resultado por ação das operações em continuação:		
Básico	0,1413	0,0138
Diluído	0,1413	0,0138

15. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no *goodwill* foi como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Custo:</u>		
Saldo no início do exercício	173.535.973	173.535.973
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6)	<u>(3.795.719)</u>	-
Saldo no fim do exercício	<u>169.740.254</u>	<u>173.535.973</u>
<u>Perdas por imparidade acumuladas:</u>		
Saldo no início do exercício	(16.172.653)	(6.422.653)
Imparidades reconhecidas no exercício (Notas 13 e 29)	-	<u>(9.750.000)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(16.172.653)</u>	<u>(16.172.653)</u>
<u>Valor líquido contabilístico:</u>		
Saldo no início do exercício	<u>157.363.320</u>	<u>167.113.320</u>
Saldo no fim do exercício	<u>153.567.601</u>	<u>157.363.320</u>

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, considerando o benefício gerado pelas sinergias resultantes das concentrações empresariais que o originaram, conforme segue:

	2012	2011
Televisão	125.761.826	129.557.545
Produção audiovisual Espanha	6.871.058	6.871.058
Entertainment	782.610	782.610
Rádios	18.643.989	18.643.989
Internet	1.508.118	1.508.118
	<u>153.567.601</u>	<u>157.363.320</u>

Uma unidade geradora de caixa é o mais pequeno grupo identificável de ativos que seja gerador de influxos de caixa e que seja em larga medida independente dos influxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Conforme acima referido, o *goodwill* foi imputado a cada uma das unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem das sinergias das concentrações de atividades empresariais, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades ou grupos de unidades.

Esta análise foi efetuada considerando a forma como o *management* controla a recuperação do *goodwill*, com base nos planos de negócio / projeções financeiras das diversas unidades geradoras de caixa, preparadas e aprovadas pelo *management*.

Para o efeito, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com *market intelligence* interno, e a experiência passada do Grupo, complementada pelos efeitos estimados das estratégias de negócio adotadas para cada unidade geradora de caixa. Algumas das principais variáveis consideradas são as seguintes:

- Evolução do investimento publicitário nos principais mercados onde o Grupo opera;
- Share de audiências;
- Quota de mercado;
- Gastos operacionais;
- Sinergias e racionalização de gastos de produção.

A principal informação sobre as atividades e pressupostos considerados das unidades geradoras de caixa identificadas, às quais foi imputado o *goodwill*, para efeitos de análise de imparidade, são conforme segue:

Televisão:

Atividade de exploração de televisão, com a difusão de programas televisivos através da emissão de um canal generalista, a TVI, e através de contratos de distribuição celebrados com operadores, emitindo o TVI24, o TVI Ficção, o TVI Internacional e desde janeiro de 2013 o +TVI. Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Redução dos proveitos de publicidade em 2013 e crescimento gradual com estabilização em 2017 em montantes similares aos de 2011;
- Crescimento dos outros proveitos, relacionados com a diversificação de atividades associadas aos diversos canais;
- Manutenção de uma política de contenção de custos, no seguimento que já vem sendo efetuado.

Produção audiovisual em Portugal:

Atividade de produção de conteúdos, atividades diversas de suporte aos canais televisivos, através da Plural que é responsável pela criação, realização e produção audiovisual, bem como a exploração de meios técnicos e elaboração de cenários.

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Manutenção de uma política de contenção de custos, no seguimento que já vem sendo efetuado;
- Maior aposta na produção interna de conteúdos nacionais.

Produção audiovisual em Espanha:

Atividade operacional no mercado espanhol e latino-americano. Esta unidade geradora caixa respeita à produção, serviços de apoio à produção, realização e exploração de conteúdos televisivos, obras cinematográficas e audiovisuais, bem como outros serviços relacionados para estes mercados.

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Crescimento da produção de programas de entretenimento e ficção;
- Manutenção da produção de programas de entretenimento para televisões espanholas;
- Redução da estrutura de custos fixos, no seguimento da reestruturação realizada em 2012.

Entertainment:

Atividade que inclui o negócio de música, de produção de videogramas, fonogramas, produção audiovisual e multimédia, compra e venda de discos e equiparados, produção de eventos e agenciamento de artistas.

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Diminuição de atividade operacional de vendas físicas de CD's, em virtude da tendência da migração para o digital;
- Redução da estrutura de custos de estrutura, para adaptação ao enquadramento do mercado;
- Evolução gradual mas positiva e de forma sustentada na realização de eventos.

Rádios:

Atividade de exploração radiofónica. Com a difusão de programas radiofónicos através difusão sonora, em Portugal das seguintes rádios: a "Rádio Comercial", a "m80", a "CidadeFM", a "Star FM" e a "SmoothFM", além da emissão *online* da "Cotonete".

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Reforço dos conteúdos da Rádio Comercial e restantes rádios, no sentido de manter a liderança atingida em 2012;
- Aumento de quota de mercado decorrente da liderança de audiências;
- Continuação, à semelhança das restantes unidades geradoras de caixa, do controlo de custos.

Internet:

Atividade de Internet suportada através do portal www.iol.pt que apresenta uma vasta rede de conteúdos próprios, um extenso diretório de classificados e publicidade *online*, responsável pela maioria dos sites do Grupo, assim como o negócio de produção de conteúdos para mobile. Inclui ainda a prestação de serviços de internet e multimédia para empresas externas ao Grupo.

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Manutenção do mercado publicitário para 2013, com o crescimento reduzido subsequente decorrente da tendência verificada na generalidade dos países.
- Lançamento regular de novos projetos, como Apps ou outros serviços mobile;
- Manutenção do controlo dos custos variáveis e fixos associados à atividade.

Foi utilizado o método do *discounted cash-flow*, tendo sido preparadas projeções de *cash flow* a cinco anos e posteriormente considerada uma perpetuidade. A taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade é de 2,5% (2,5% em 2011). Com a exceção da Plural España, a taxa de desconto utilizada foi de 10,1% (10,1% em 2011) e é comum a todas as unidades geradoras de caixa, uma vez que se considera que todas elas operam, direta ou indiretamente, no mercado de media, sendo a atividade comercial, os clientes e o mercado publicitário vistos de forma transversal ao Grupo. Relativamente à Plural España, a taxa de desconto utilizada foi de 9,6% (10,1% em 2011). Foi utilizado neste caso uma taxa diferente das restantes unidades geradoras de caixa, em função do menor risco-país associado a Espanha.

Para o agregado das unidades geradoras de caixa sob análise, a taxa de crescimento anual composta para o período explícito de projeções (tendo 2012 como base) foi de 9,9% para o EBITDA e de 1,2% para o investimento (Capex). O Grupo acredita na razoabilidade das estimativas, tendo em consideração quer o ano anormalmente penalizador de mercado que foi 2012 quer as iniciativas em curso de crescimento orgânico e redução de gastos operacionais.

Em resultado das análises de imparidade efetuadas, com base nas metodologias e pressupostos supra referidos, o Grupo concluiu que não existem perdas de imparidade a reconhecer. É convicção do Conselho de Administração que o efeito de eventuais desvios que possam ocorrer nos principais pressupostos em que assenta o valor recuperável das unidades geradoras de caixa, não implicará, em todos os aspetos materialmente relevantes, a imparidade do respetivo *goodwill*.

O Conselho de Administração acredita que qualquer alteração razoavelmente possível em qualquer um dos pressupostos-chave acima referidos, utilizados na análise de imparidade do *goodwill*, não originaria um valor líquido contabilístico superior ao valor recuperável agregado de cada uma das unidades geradoras de caixa, nomeadamente considerando uma variação de 0,5% na taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade ou na taxa de desconto.

Contas Consolidadas

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

	Direitos de produção audiovisual	Marcas (a)	Alvarás de radiodifusão (b)	Direitos de radiodifusão (c)	Programas de computador	Outros	Total
Valor bruto:							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.030.767	6.269.000	-	15.558.959	3.928.011	1.701.649	32.488.386
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	3.215.607	(3.212.864)	(41.000)	(1.378.535)	(1.416.792)
Adições (Nota 7)	-	-	-	225.588	431.474	339.586	996.648
Alienações	-	-	-	-	-	(5.379)	(5.379)
Transferências (Nota 17)	-	-	-	-	154.604	175.851	330.455
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.030.767	6.269.000	3.215.607	12.571.683	4.473.089	833.172	32.393.318
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Adições (Nota 7)	-	-	-	10.921	795.050	432.123	1.238.094
Conversão cambial	35.998	-	-	-	-	(174)	35.824
Alienações e abates	(5.066.765)	-	-	-	(2.682)	-	(5.069.447)
Transferências (c)	2.054.551	-	-	-	668.077	(674.880)	2.047.748
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.054.551	6.269.000	3.215.607	12.582.604	5.933.534	580.241	30.635.537
Amortizações acumuladas:							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.209.107	-	-	4.934.027	1.023.490	1.308.530	9.475.154
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	2.743	(41.000)	(1.378.535)	(1.416.792)
Reforço do exercício (Nota 17)	92.604	53.800	258.500	812.016	1.406.516	513.850	3.137.286
Transferências	-	49.317	1.161.309	(1.161.309)	-	(190.813)	(141.496)
Alienações	-	-	-	-	-	(5.379)	(5.379)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.301.711	103.117	1.419.809	4.587.477	2.389.006	247.653	11.048.773
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	(167)	(167)
Reforço do exercício (Nota 17)	561.155	53.801	175.531	805.777	1.602.285	246.358	3.444.907
Transferências	-	-	-	-	86.973	(86.973)	-
Conversão cambial	34.817	-	-	-	-	(3.362)	31.455
Alienações e abates	(2.395.436)	-	-	-	(2.682)	22.703	(2.375.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	502.247	156.918	1.595.340	5.393.254	4.075.582	426.212	12.149.553
Perdas por imparidade:							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.692.854	-	-	-	-	-	2.692.854
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.692.854	-	-	-	-	-	2.692.854
Abates	(2.692.854)	-	-	-	-	-	(2.692.854)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-

Contas Consolidadas

	Direitos de produção audiovisual	Marcas (a)	Alvarás de radiodifusão (b)	Direitos de radiodifusão (c)	Programas de computador	Outros	Total
<u>Valor líquido:</u>							
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	36.202	6.165.883	1.795.798	7.984.206	2.084.083	585.519	18.651.691
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	1.552.304	6.112.082	1.620.267	7.189.350	1.857.952	154.029	18.485.984

- (a) Nesta rubrica inclui-se, essencialmente, a marca PLURAL, que resultou da alocação do valor de aquisição da PLURAL España, no montante de 6.000.000 Euros, a qual se estima que tenha vida útil indefinida, pelo que não é amortizada, sendo sujeita a testes anuais de imparidade tendo por base os pressupostos financeiros indicados na Nota 15. O Grupo considera que aquele ativo tem uma vida útil indefinida, atento ao facto de não se estimar perda de valor daquele ativo e por não ser previsível um limite temporal para a geração de benefícios económicos do mesmo.
- (b) O alvará radiofónico de valor mais significativo que se encontra incluído nesta rubrica, foi identificado no âmbito da aquisição da Drums - Comunicações Sonoras, S.A., apresentando um valor líquido contabilístico de 891.000 Euros, sendo que o período de amortização restante é de nove anos.
- (c) Esta rubrica inclui direitos de radiodifusão individualmente materiais relativos aos contratos celebrados com a Rádio Milénio e com a R.C. - Empresa de Radiodifusão, que apresentam valores líquidos contabilísticos de 3.773.268 Euros e 1.566.471 Euros, respetivamente. O período de amortização restante de cada um destes ativos é de nove anos.
- (d) Transferência da rubrica "Outros ativos não correntes" relativa à coprodução de diversos filmes em exploração, em resultado da exploração dos referidos filmes, a qual decorrerá por um período estimado de três anos, a findar em 2014.

17. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<u>Valor bruto:</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.823.132	113.264.268	3.188.402	508.943	14.592.824	9.514.122	2.592.752	154.484.443
Alterações no perímetro de consolidação	62.951	(6.904.456)	(19.000)	(304.468)	(178.557)	12.647	-	(7.330.883)
Aquisições (Nota 7)	2.669.751	3.325.727	476.895	3.496	272.513	112.865	698.298	7.559.545
Alienações e abates	-	(168.873)	(783.268)	-	-	-	(260.112)	(1.212.253)
Transferências (Nota 16)	290.700	1.547.310	55.121	-	2.923	58.974	(2.285.483)	(330.455)
Conversão cambial	-	6.427	-	2.303	538	-	-	9.268
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.846.534	111.070.403	2.918.150	210.274	14.690.241	9.698.608	745.455	153.179.665
Alterações no perímetro de consolidação	(604.699)	(3.466.332)	(71.479)	(4.787)	-	(214.811)	-	(4.362.108)
Aquisições (Nota 7)	34	2.378.812	7.287	1.937	85.786	5.056	428.710	2.907.622
Alienações e abates	(35.196)	(2.945.676)	(359.154)	(85.399)	(3.702.773)	(31.314)	(125.264)	(7.284.776)
Transferências	-	679.688	-	-	13.770	-	(686.658)	6.800
Conversão cambial	-	(1.744)	-	(625)	(146)	-	-	(2.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.206.673	107.715.151	2.494.804	121.400	11.086.878	9.457.539	362.243	144.444.688

Contas Consolidadas

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas:								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.161.248	93.500.506	2.606.876	462.630	12.665.263	8.442.937	-	123.839.460
Alterações no perímetro de consolidação	33.777	(6.940.256)	(19.000)	(304.468)	(180.352)	12.192	-	(7.398.107)
Reforço do exercício	742.707	6.459.252	268.612	12.845	796.329	383.012	-	8.662.757
Reduções por alienações e abates	-	(149.662)	(779.737)	-	-	-	-	(929.399)
Transferências	-	43.678	-	11.469	22.017	(77.164)	-	-
Conversão cambial	-	6.226	-	2.162	581	-	-	8.969
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>6.937.732</u>	<u>92.919.744</u>	<u>2.076.751</u>	<u>184.638</u>	<u>13.303.838</u>	<u>8.760.977</u>	-	<u>124.183.680</u>
Alterações no perímetro de consolidação	(503.007)	(1.486.443)	(71.479)	(4.787)	-	(208.552)	-	(2.274.268)
Reforço do exercício	905.046	6.051.148	262.902	11.568	548.921	271.804	-	8.051.389
Reduções por alienações e abates	(35.196)	(2.917.987)	(355.877)	(85.399)	(3.698.282)	(36.691)	-	(7.129.432)
Transferências	-	-	-	76	3.204	(3.280)	-	-
Conversão cambial	-	(1.744)	-	(604)	(146)	-	-	(2.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>7.304.575</u>	<u>94.564.718</u>	<u>1.912.297</u>	<u>105.492</u>	<u>10.157.535</u>	<u>8.784.258</u>	-	<u>122.828.875</u>

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	<u>6.908.802</u>	<u>18.150.659</u>	<u>841.399</u>	<u>25.636</u>	<u>1.386.403</u>	<u>937.631</u>	<u>745.455</u>	<u>28.995.985</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>5.902.098</u>	<u>13.150.433</u>	<u>582.507</u>	<u>15.908</u>	<u>929.343</u>	<u>673.281</u>	<u>362.243</u>	<u>21.615.813</u>

As aquisições registadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são, essencialmente, referentes à aquisição de equipamento audiovisual.

O detalhe das amortizações e depreciações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados dos exercícios de 2012 e 2011, é conforme segue:

	2012	2011
Ativos fixos tangíveis	8.051.389	8.662.757
Ativos intangíveis (Nota 16)	3.444.907	3.137.286
	<u>11.496.296</u>	<u>11.800.043</u>

Em 31 de dezembro de 2012, não existem restrições à titularidade de ativos tangíveis, que tenham sido dados como garantias de passivos, sendo de salientar que todas as garantias solicitadas a favor de terceiros e prestadas pelo Grupo Media Capital, suscetíveis de divulgação, se encontram mencionadas na Nota 39.

18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nesta rubrica foi como segue:

	<u>Investimentos em associadas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	66.273
Alterações no perímetro de consolidação	1.247.526
Aplicação da equivalência patrimonial	39.821
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.353.620</u>
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6) (a)	139.219
Aplicação da equivalência patrimonial	98.788
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u><u>1.591.627</u></u>

- (a) Este montante respeita ao justo valor do interesse retido na Factoria à data da alienação de 36% do seu capital, que originou a perda de controlo nesta entidade (Nota 6).

Como resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nas empresas associadas, verificaram-se os seguintes movimentos na rubrica “Ganhos / (perdas) em empresas associadas”:

Denominação	Investimentos em empresas associadas		Ganhos / (perdas) em empresas associadas	
	2012	2011	2012	2011
SOCATER	760.826	759.293	1.533	34.657
PCP	546.003	528.738	17.265	5.848
JEMPSA	57.644	65.583	(7.939)	(684)
Factoria	227.148	-	87.929	-
Outros	6	6	-	-
	<u>1.591.627</u>	<u>1.353.620</u>	<u>98.788</u>	<u>39.821</u>
Plural Brasil (Nota 29) (a)	-	-	(158.399)	-
	<u><u>1.591.627</u></u>	<u><u>1.353.620</u></u>	<u><u>(59.611)</u></u>	<u><u>39.821</u></u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2012, encontram-se reconhecidas provisões para fazer face a perdas adicionais estimadas no montante de 171.837 Euros (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a principal informação financeira respeitante às associadas, era como segue:

	Sede	2012		Capital próprio	Rendimentos totais	Resultado líquido
		Percentagem detida	Ativo			
SOCATER	Tenerife (ESP)	40%	2.337.573	1.902.065	1.478.371	3.832
PCP	San Andrés (ESP)	40%	1.556.524	1.365.008	-	43.162
JEMPSA	Madrid (ESP)	19%	4.475.116	303.391	-	(41.787)
Plural Brasil	São Paulo (BRA)	49%	33.278	(350.688)	-	(318.537)
Factoria (a)	Zaragoza (ESP)	15%	3.868.052	1.514.320	6.705.363	586.196

		2011				
	Sede	Percentagem detida	Ativo	Capital próprio	Rendimentos totais	Resultado líquido
SOCATER	Tenerife (ESP)	40%	2.226.827	1.898.644	1.847.152	86.643
PCP	San Andrés (ESP)	40%	1.524.486	1.321.842	840.626	14.617
JEMPSA	Madrid (ESP)	19%	2.337.712	345.177	60.000	(3.599)
Plural Brasil	São Paulo (BRA)	49%	419.705	(35.730)	379.398	(10.724)

(a) Em 31 de dezembro de 2012, o efeito da aplicação da equivalência patrimonial sobre a participada Factoría foi apurado com base nas demonstrações financeiras daquelas entidades reportadas a 30 de novembro de 2012, dado serem essas as contas que, a esta data, se encontravam disponíveis.

19. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não ocorreram movimentos nesta rubrica.

Em 27 de julho de 2007, a TVI subscreveu unidades de participação de um fundo especial de investimento cinematográfico e audiovisual, constituído nos termos da Portaria nº 277/2007, de 14 de março e reservado aos participantes Estado, ZON Multimédia, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A., SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. e TVI. Este fundo tinha por objeto o investimento em obras cinematográficas, audiovisuais e multiplataforma, visando uma exploração alargada dos mesmos, com vista a, tendencialmente, aumentar e melhorar a oferta e a aumentar o valor potencial dessas produções, com finalidade última do fomento e do desenvolvimento da arte cinematográfica e do audiovisual.

O contrato de investimento plurianual efetuado pela TVI com o Ministério da Cultura, que estabelece as condições de realização do investimento no fundo, prevê a possibilidade de denúncia daquele contrato pela TVI, a partir do segundo ano de vigência do mesmo, sem penalizações. Este direito de denúncia foi exercido pela Empresa em 24 de junho de 2009, ficando a TVI desonerada de proceder aos investimentos correspondentes aos restantes anos de duração do fundo ou das suas renovações. No mesmo exercício a Empresa estimou as perdas potenciais ajustando a totalidade do investimento.

20. DIREITOS DE TRANSMISSÃO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os direitos de transmissão são conforme segue:

Natureza	2012	2011
Novelas	56.042.760	55.264.414
Filmes	13.099.206	13.313.142
Desporto	2.167.500	3.855.767
Séries	8.189.992	3.716.493
Entretenimento	274.796	201.758
Outros	133.082	79.624
	<u>79.907.336</u>	<u>76.431.198</u>
Ativos não correntes	50.406.949	55.914.877
Ativos correntes	29.500.387	20.516.321
	<u>79.907.336</u>	<u>76.431.198</u>

21. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Acesso à rede de Televisão Digital Terrestre ("TDT") (a)	4.014.706	-
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 34)	514.059	-
Ativos relacionados com a coprodução de filmes	90.106	2.043.221
Projetos de expansão de rádio	-	16.400
Outros	138.857	267.917
	<u>4.757.728</u>	<u>2.327.538</u>

(a) Este montante respeita aos encargos suportados com o acesso à rede de TDT, os quais são reconhecidos em resultados no período contratado de utilização da referida rede.

22. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012			2011		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 29)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 29)	Valor líquido
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	88.880	-	88.880
Mercadorias	658.131	(471.434)	186.697	334.851	(97.786)	237.065
	<u>658.131</u>	<u>(471.434)</u>	<u>186.697</u>	<u>423.731</u>	<u>(97.786)</u>	<u>325.945</u>

23. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012			2011		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 29)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 29)	Valor líquido
Clientes	36.078.803	(6.324.001)	29.754.802	42.160.484	(7.605.341)	34.555.143
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 34)	5.631.989	-	5.631.989	10.682.676	-	10.682.676
Faturação a emitir	5.521.148	-	5.521.148	4.071.641	-	4.071.641
	<u>47.231.940</u>	<u>(6.324.001)</u>	<u>40.907.939</u>	<u>56.914.801</u>	<u>(7.605.341)</u>	<u>49.309.460</u>

24. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012			2011		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 29)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 29)	Valor líquido
Estado e outros entes públicos (Nota 32)	1.455.661	-	1.455.661	2.224.962	-	2.224.962
Devedores diversos	1.313.400	(522.815)	790.585	2.488.393	(151.330)	2.337.063
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 34)	10.993.876	-	10.993.876	18.331.155	-	18.331.155
Pagamentos antecipados	1.412.759	-	1.412.759	2.411.148	-	2.411.148
	<u>15.175.696</u>	<u>(522.815)</u>	<u>14.652.881</u>	<u>25.455.658</u>	<u>(151.330)</u>	<u>25.304.328</u>

25. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
	Saldos (Nota 41)	Saldos (Nota 41)
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10.558.721	11.551.374
Caixa	231.763	261.170
	<u>10.790.484</u>	<u>11.812.544</u>

26. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA EMPRESA-MÃE

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 ações com o valor nominal de um euro e seis cêntimos cada, o que perfaz 89.583.971 Euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital da Media Capital era detido pelos seguintes acionistas:

	2012		2011	
	Ações	Percentagem	Ações	Percentagem
VERTIX	71.576.289	84,69	71.576.289	84,69
PortQuay West I B.V.	8.451.318	10,00	8.451.318	10,00
Outros, inferiores a 10% do capital	4.485.573	5,31	4.485.573	5,31
	<u>84.513.180</u>	<u>100,00</u>	<u>84.513.180</u>	<u>100,00</u>

Em 23 de fevereiro de 2011, a VERTIX alienou 8.451.318 ações, correspondente a 10% do capital social e direitos de voto da Empresa à PortQuay West I B.V. ("PortQuay"). O acordo celebrado naquela data concede à PortQuay a hipótese de exercer um mecanismo de saída. Em agosto de 2012, esta entidade comunicou a intenção de exercer o referido mecanismo.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Reservas” tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reservas livres	20.310.320	25.266.417
Reserva legal	4.343.604	4.037.330
Diferenças de conversão cambial	<u>(85.377)</u>	<u>(120.532)</u>
	<u><u>24.568.547</u></u>	<u><u>29.183.215</u></u>

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Na Assembleia Geral de 21 de março de 2012 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de 5.814.507 Euros (6.253.975 Euros em 2011), o que correspondeu a um dividendo bruto por ação de 0,0688 Euros (0,074 Euros em 31 de dezembro de 2011).

Conforme aprovado nesta data pelo Conselho de Administração e mencionado no Relatório de Gestão, foi efetuada uma proposta de distribuição de dividendos de 5.408.843,52 Euros, relativos ao resultado líquido do exercício, o que corresponde a um dividendo bruto por ação de 0,064 Euros.

27. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.022.578
Distribuição de dividendos	(711.438)
Alterações no perímetro de consolidação	(2.316.135)
Resultado atribuível a interesses sem controlo	796.355
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.791.360</u>
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6)	<u>(1.791.360)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u><u>-</u></u>

28. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012				2011			
	Valor de balanço		Valor nominal		Valor de balanço		Valor nominal	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários (a)	26.235.065	84.000.000	26.748.754	84.000.000	33.924.158	80.000.000	34.344.027	80.000.000
Credores por locações financeiras (b)	821.107	2.318.567	821.107	2.318.567	980.361	1.656.889	980.361	1.656.889
	<u>27.056.172</u>	<u>86.318.567</u>	<u>27.569.861</u>	<u>86.318.567</u>	<u>34.904.519</u>	<u>81.656.889</u>	<u>35.324.388</u>	<u>81.656.889</u>

- (a) Este montante inclui um programa de médio e longo prazo de papel comercial em Euros, contraído junto de seis instituições financeiras, destinado a financiar aquisições de participações financeiras e operações correntes.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante nominal utilizado equivale ao total contratado, no montante de 103.750.000 Euros, sendo o seu plano de reembolso como segue:

2013	19.750.000
2014	27.500.000
2015	46.500.000
2016	<u>10.000.000</u>
	<u>103.750.000</u>

O papel comercial vence juros à taxa Euribor acrescida de um *spread* variável, em função da relação verificada entre o endividamento da Empresa e o seu desempenho, medido através do EBITDA (calculado em função dos contratos, sendo que globalmente consiste no resultado operacional acrescido de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade ou no resultado operacional acrescido de amortizações e depreciações). Em 31 de dezembro de 2012, o *spread* médio daqueles financiamentos ascendia a 4,780%.

O programa de papel comercial contratado prevê o seu reembolso antecipado em caso de incumprimento dos requisitos previstos contratualmente, relativos, essencialmente, à titularidade de capital em situações que impliquem perda de controlo do Grupo pela Prisa (50,1%) e o desempenho financeiro do Grupo, o qual não se verifica em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, alterações razoáveis nas referidas medidas de desempenho financeiro, nomeadamente uma variação de 5% no EBITDA, continuam a assegurar o cumprimento dos referidos requisitos.

Adicionalmente, esta rubrica também inclui contas correntes caucionadas, para apoio de tesouraria de curto prazo, no valor de 18.000.000 Euros, dos quais se encontram utilizados 6.998.754 Euros, que vencem juros a uma taxa Euribor acrescida de um *spread*. Em 31 de dezembro de 2012, o *spread* médio daqueles financiamentos ascendia a 6,583%.

- (b) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo Media Capital mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2012		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	8.501.962	(4.884.812)	3.617.150
Equipamento de transporte	981.898	(604.921)	376.977
Equipamento administrativo	290.501	(290.501)	-
Outras imobilizações corpóreas	185.930	(185.930)	-
	<u>9.960.291</u>	<u>(5.966.164)</u>	<u>3.994.127</u>

	2011		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	6.761.698	(3.363.164)	3.398.534
Equipamento de transporte	939.082	(500.136)	438.946
Equipamento administrativo	305.397	(305.397)	-
Outras imobilizações corpóreas	185.930	(185.930)	-
	<u>8.192.107</u>	<u>(4.354.627)</u>	<u>3.837.480</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as amortizações vincendas de contratos de locação financeira vencem-se como segue:

	2012	2011
2012	-	980.361
2013	<u>821.107</u>	<u>-</u>
	<u>821.107</u>	<u>980.361</u>
2013	-	574.093
2014	859.936	529.884
2015	883.180	533.376
2016	475.586	19.536
2017	99.865	-
	<u>2.318.567</u>	<u>1.656.889</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram apresentadas livranças em branco como garantia de alguns financiamentos obtidos junto das instituições financeiras.

29. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento nas rubricas de provisões e perdas por imparidade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme segue:

	Impostos	Reestruturação	Processos judiciais em curso	Perdas em investimentos financeiros (Nota 18)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.561.196	1.296.620	3.996.935	13.438	7.868.189
Aumentos	-	-	689.197	-	689.197
Reduções	-	(496.644)	(221.239)	-	(717.883)
Utilizações	-	(799.976)	(209.001)	-	(1.008.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.561.196	-	4.255.892	13.438	6.830.526
Aumentos	3.836.101	-	784.161	158.399	4.778.661
Reduções	-	-	(2.191.772)	-	(2.191.772)
Reclassificação	(1.183.224)	-	1.183.224	-	-
Utilizações	(70.829)	-	(1.619.633)	-	(1.690.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.143.244	-	2.411.872	171.837	7.726.953

Provisões para impostos

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões para impostos, no montante de 5.143.244 Euros, são essencialmente, referentes a responsabilidades estimadas relativas a liquidações adicionais de IRC no montante de 6.100.000 Euros. Naquela data, a responsabilidade atual resultante das referidas liquidações foi estimada com base nos pareceres dos advogados do Grupo, verificando um aumento da provisão no montante de 3.836.101 Euros, a qual foi registada por contrapartida da rubrica de “Imposto sobre o rendimento”, pelo seu valor descontado considerando o valor temporal do dinheiro, tendo por base a tempestividade estimada pelos mesmos para a ocorrência do pagamento desta responsabilidade, a qual depende da evolução judicial do respetivo processo.

Tendo em consideração as incertezas inerentes a este tipo de processos, os assessores legais e fiscais do Grupo estimaram as responsabilidades tendo por base os argumentos apresentados pelo Grupo nas respetivas reclamações e a tempestividade estimada para a ocorrência do pagamento destas responsabilidades, atento o valor temporal do dinheiro.

Provisões para reestruturação

A provisão para reestruturação, registada no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, destinava-se a fazer face a responsabilidades estimadas com encargos relacionados com a reorganização da atividade de vídeo, a qual foi concluída em 2011.

Provisões para processos judiciais em curso

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões para processos judiciais em curso são referentes a processos de contencioso relativos essencialmente, a processos laborais, difamação, abuso de liberdade de imprensa e regulatórios, decorrentes da atividade normal das empresas do Grupo. Tendo em consideração as incertezas inerentes a este tipo de processos, cujo montante das ações em curso ascendem a, aproximadamente, 5.600.000 Euros, os advogados do Grupo estimaram as respetivas responsabilidades com base nos argumentos apresentados, no histórico de resolução deste tipo de processos e na tempestividade estimada para a ocorrência do pagamento destas responsabilidades.

As reduções e utilizações verificadas na rubrica “Processos judiciais em curso”, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, dizem respeito à resolução de alguns processos judiciais que se encontravam em processo de contencioso.

O aumento verificado na rubrica “Perdas em investimentos financeiros”, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, diz respeito à Plural Brasil (Nota 18).

O movimento nas perdas por imparidade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme segue:

	Inventários (Nota 22)	Cientes e contas a receber (Nota 23)	Outros ativos correntes (Nota 24)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	665.478	8.188.353	17.232.375	26.086.206
Aumentos	566.115	552.851	-	1.118.966
Reduções	-	(561.069)	-	(561.069)
Utilizações diretas	(1.133.807)	(574.794)	(17.081.045)	(18.789.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	97.786	7.605.341	151.330	7.854.457
Aumentos	558.699	576.002	371.485	1.506.186
Reduções	-	(898.660)	-	(898.660)
Utilizações diretas	(185.051)	(958.682)	-	(1.143.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	471.434	6.324.001	522.815	7.318.250

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa utilizou perdas por imparidade para clientes e contas a receber, por ter considerado incobráveis as respetivas contas a receber.

As provisões e perdas por imparidade ((reforços) / reversões), registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Nota 7), são conforme segue:

	2012	2011
Reestruturação	-	(496.644)
Processos judiciais em curso	(1.407.611)	467.958
	<u>(1.407.611)</u>	<u>(28.686)</u>
Inventários	558.699	566.115
Cientes e contas a receber	(322.658)	(8.218)
Outros ativos correntes	371.485	-
Imparidade do <i>goodwill</i> (Nota 15)	-	9.750.000
	<u>607.526</u>	<u>10.307.897</u>
	<u>(800.085)</u>	<u>10.279.211</u>

30. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecedores correntes	26.541.465	28.808.733
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 34)	5.049.264	3.584.031
Gastos a liquidar:		
Rappel a liquidar	13.559.244	20.522.063
Direitos de autor e <i>royalties</i>	3.335.489	3.757.432
Outros fornecimentos e serviços externos	1.435.799	1.727.237
Devolução de vendas	445.434	788.484
Outros	<u>2.704.009</u>	<u>3.574.551</u>
	<u><u>53.070.704</u></u>	<u><u>62.762.531</u></u>

31. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecedores de ativos fixos	1.733.118	2.751.061
Credores diversos:		
Adiantamento de <i>factoring</i>	5.747.216	10.000.000
Remunerações a pagar ao pessoal	6.868.278	8.976.751
Adiantamento por conta da venda da RETI (a)	-	4.500.000
Outros	3.503.244	2.065.453
Estado e outros entes públicos (Nota 32)	9.246.652	11.668.741
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 34)	10.896.460	15.260.714
Faturação antecipada	<u>5.051.374</u>	<u>9.931.631</u>
	<u><u>43.046.342</u></u>	<u><u>65.154.351</u></u>

(a) Valor referente ao adiantamento recebido, no âmbito do contrato-promessa de compra e venda das ações da RETI, cuja venda foi efetivada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Nota 6).

32. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012		2011	
	Saldos devedores (Nota 24)	Saldos credores (Nota 31)	Saldos devedores (Nota 24)	Saldos credores (Nota 31)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.455.661	5.379.660	2.224.962	6.611.216
Contribuições para a Segurança Social	-	1.471.901	-	1.885.511
Imposto sobre o o Rendimento das Pessoas Singulares	-	1.422.115	-	1.745.946
Instituto Português de Arte Cinematográfica e Audiovisual/Cinemateca Portuguesa	-	716.054	-	1.171.775
Outros	-	256.922	-	254.293
	<u>1.455.661</u>	<u>9.246.652</u>	<u>2.224.962</u>	<u>11.668.741</u>

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em exercícios anteriores o Grupo tinha contratado instrumentos financeiros derivados, com o objetivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro. A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efetuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações. As referidas operações são sujeitas a aprovação prévia do Conselho de Administração. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respetivas implicações financeiras.

O Grupo tinha contratado *swaps* de taxa de juro com maturidade em 20 de dezembro de 2012, sendo que a 31 de dezembro de 2011 o valor de mercado passivo ascendia a 1.182.657 Euros (Nota 41). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo suportou encargos com os referidos derivados de 1.414.360 Euros (1.059.625 Euros em 2011).

Até à sua maturidade, estes derivados encontram-se avaliados ao seu justo valor, determinado por avaliações efetuadas por instituições financeiras. As variações do justo valor foram registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos financeiros" (Nota 12), conforme segue:

	2012	2011
Encargos financeiros	1.414.360	1.059.625
Variação do justo valor	(1.182.657)	(900.840)
	<u>231.703</u>	<u>158.785</u>

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as transações efetuadas com empresas relacionadas, excluídas da consolidação, nos exercícios findos naquelas datas, são os seguintes:

	2012				
	Outros ativos não correntes (Nota 21)	Cientes e outras contas a receber (Nota 23)	Outros ativos correntes (Nota 24)	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 30)	Outros passivos correntes (Nota 31)
Empresa-mãe de topo:					
Promotora de Informaciones, S.A. (a) (b)	514.059	280.747	7.577.951	3.373.818	4.989.874
Empresa-mãe:					
VERTIX (c)	-	5.557	1.669.334	-	5.768.415
	<u>514.059</u>	<u>286.304</u>	<u>9.247.285</u>	<u>3.373.818</u>	<u>10.758.289</u>
Empresas associadas:					
Plural Brasil	-	223.479	148.739	-	-
SOCATER	-	16.005	-	-	-
JEMPISA	-	273	1.096.640	910	(4.456)
	<u>-</u>	<u>239.757</u>	<u>1.245.379</u>	<u>910</u>	<u>(4.456)</u>
Outras empresas:					
Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A. (d)	-	2.373.721	-	8.268	-
Promotora General de Revistas, S.A.	-	1.621.210	500.914	91.143	5.289
Prisa Televisión, S.A.U.(d)	-	391.603	-	1.148.889	-
Promotora de Emisoras de Televisión, S.A.	-	313.554	-	25.974	(33.364)
Santillana Ediciones Generales, S.L.	-	172.498	-	-	-
Planet Events, S.A.	-	139.599	-	-	-
Prisa Digital, S.L.	-	28.910	-	68.465	-
Sociedade Española de Radiodifusión, S.A.	-	26.501	-	82.862	170.702
Unión Radio Del Pirineu, S.A.	-	16.977	-	-	-
Diario El País, S.L.	-	14.514	-	-	-
Prisa Brand Solutions, S.L.U.	-	3.841	-	54.677	-
CANAL 4 NAVARRA, S.L.	-	2.095	-	-	-
SOGECABLE MÚSICA, S.L.	-	905	-	-	-
EDICIONES EL PAÍS, S.L.	-	-	298	-	-
Radio Club Canarias, S.A.	-	-	-	104.843	-
Unión de Radio Corporativos, S.A.	-	-	-	45.137	-
Societat de Comunic. Y Public, S.A.	-	-	-	16.977	-
Gran Vía Musical de Ediciones, S.L.	-	-	-	14.439	-
LOCALIA TV MADRID, S.A.	-	-	-	12.059	-
Santillana Editores, S.A.	-	-	-	629	-
Productora de Televisión de Salamanca, S.A.	-	-	-	174	-
	<u>-</u>	<u>5.105.928</u>	<u>501.212</u>	<u>1.674.536</u>	<u>142.627</u>
	<u>514.059</u>	<u>5.631.989</u>	<u>10.993.876</u>	<u>5.049.264</u>	<u>10.896.460</u>

	2012				
	Prestações de serviços	Outros Rendimentos operacionais	Rendimentos financeiros	Fornecimentos e serviços externos	Gastos financeiros
Empresa-mãe de topo:					
Promotora de Informaciones, S.A.	-	-	77.550	1.388.445	-
Empresa-mãe:					
VERTIX	18.072	7.788	97.249	-	191.330
	<u>18.072</u>	<u>7.788</u>	<u>174.799</u>	<u>1.388.445</u>	<u>191.330</u>
Empresas associadas:					
SOCATER	8.807	-	-	-	-
Plural Brasil	-	-	12.696	-	-
JEMPISA	-	-	1.063	-	-
	<u>8.807</u>	<u>-</u>	<u>13.759</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras empresas:					
Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A.	8.466.054	-	-	-	-
Prisa Televisión, S.A.U.	2.382.073	1.050	-	1.523.743	-
Promotora General de Revistas, S.A.	425.783	42.390	-	48.048	-
Santilhana Editores, SA	23.495	-	-	-	-
Diario AS, S.L	22.361	-	-	-	-
Sociedade Española de Radiodifusión, S.A.	17.748	-	-	-	-
Prisa Digital, S.L.	13.300	-	-	48.072	-
Prisa Brand Solutions, S.L.U.	15.804	-	-	-	-
	<u>11.366.618</u>	<u>43.440</u>	<u>-</u>	<u>1.619.863</u>	<u>-</u>
	<u>11.393.497</u>	<u>51.228</u>	<u>188.558</u>	<u>3.008.308</u>	<u>191.330</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos mais relevantes com partes relacionadas referem-se a:

Promotora de Informaciones, S.A.

- (a) As contas a receber a curto prazo respeitam, essencialmente, a um contrato de *cash pooling* com a Plural Entertainment España, no montante de 7.402.717 Euros, o qual vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescido de um *spread* de 0,10%.

Adicionalmente, esta rubrica inclui 514.059 Euros (Nota 13), referentes a imposto do exercício das sociedades Plural España e Tesela, no âmbito do agregado fiscal da Prisa.

- (b) As contas a pagar respeitam essencialmente à atividade operacional da Empresa e a *fees* de gestão.

Vertex

- (c) As contas a pagar respeitam, essencialmente, a um empréstimo obtido pelo Grupo, no montante de 5.460.000 Euros o qual vence juros a taxas normais do mercado. Este empréstimo tem o seu vencimento no curto prazo.

As contas a receber respeitam essencialmente, a um empréstimo concedido pelo Grupo, no montante de 1.556.070 Euros o qual vence juros a taxas normais do mercado. Este empréstimo tem o seu vencimento no curto prazo.

Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A. e Prisa Televisión, S.A.U.

- (d) As contas a receber resultam da atividade operacional da Plural España.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os recebimentos e pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos a empresas relacionadas, são conforme segue:

Recebimentos provenientes de:

Reembolso de empréstimos concedidos:

Prisa	9.249.958
Vertex	5.460.000
Plural Brasil	282.316
Jempsa	130.217
Prisa	21.082
	<u>15.143.573</u>

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos concedidos:

Vertex	1.556.070
Jempsa	443.675
Prisa	340.400
Plural Brasil	16.000
	<u>2.356.145</u>

	2011			
	Cientes e outras contas a receber (Nota 23)	Outros ativos correntes (Nota 24)	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 30)	Outros passivos correntes (Nota 31)
Empresa-mãe de topo:				
Promotora de Informaciones, S.A. (a) (b)	276.232	16.794.877	2.060.202	14.872.034
Empresa-mãe:				
VERTIX	3.705	9.182	-	217.085
	<u>279.937</u>	<u>16.804.059</u>	<u>2.060.202</u>	<u>15.089.119</u>
Empresas associadas:				
Plural Brasil	203.095	412.240	-	-
SOCATER	24.358	-	1.157	-
JEMPSA	273	785.718	70.828	(1.498)
União de Leiria SAD	-	12.084	-	-
	<u>227.726</u>	<u>1.210.042</u>	<u>71.985</u>	<u>(1.498)</u>
Outras empresas:				
Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A. (c)	5.612.600	-	(1.036)	-
Prisa Televisión, S.A.U. (c)	2.582.134	-	1.016.377	22.604
Promotora General de Revistas, S.A.	1.253.077	317.054	22.027	12.256
Diario AS, S.L.	218.736	-	-	-
Santillana Ediciones Generales, S.L.	172.535	-	-	-
Planet Events, S.A.	139.599	-	-	-
Prisa Innova, S.A.	105.030	-	-	-
Santillana Editores, S.A.	36.109	-	666	895
Unión Radio Del Pirineu, S.A.	16.977	-	-	-
Diario El Pais, S.L.	14.514	-	-	-
Prisa Digital, S.L.	13.216	-	73.476	-
Sociedade Española de Radiodifusión, S.A.	7.473	-	68.100	170.702
CANAL 4 NAVARRA, S.L.	2.095	-	-	-
SOGEABLE MÚSICA, S.L.	918	-	-	-
Promotora de Emisoras de Televisión, S.A.	-	-	23.710	(33.364)
Radio Club Canárias, S.A.	-	-	104.843	-
Prisa Brand Solutions, S.L.U.	-	-	54.677	-
Unión de Radio Corporativos, S.A.	-	-	45.137	-
Societat de Comunic. Y Public, S.A.	-	-	16.977	-
Gran Vía Musical de Ediciones, S.L.	-	-	14.657	-
LOCALIA TV MADRID, S.A.	-	-	12.059	-
Productora de Televisión de Salamanca, S.A.	-	-	174	-
	<u>10.175.013</u>	<u>317.054</u>	<u>1.451.844</u>	<u>173.093</u>
	<u>10.682.676</u>	<u>18.331.155</u>	<u>3.584.031</u>	<u>15.260.714</u>

	2011				
	Prestações de serviços	Outros Rendimentos operacionais	Rendimentos financeiros	Fornecimentos e serviços externos	Gastos financeiros
Empresa-mãe de topo:					
Promotora de Informaciones, S.A.	-	-	462.558	2.587.558	-
Empresa-mãe:					
VERTIX	18.072	8.352	-	-	217.085
	<u>18.072</u>	<u>8.352</u>	<u>462.558</u>	<u>2.587.558</u>	<u>217.085</u>
Empresas associadas:					
SOCATER	932.357	-	-	-	-
Plural - Jempsa, S.L.	63.440	5.606	-	-	-
Plural Brasil	-	-	18.924	-	-
	<u>995.797</u>	<u>5.606</u>	<u>18.924</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras empresas:					
Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A.	15.952.356	-	-	-	-
Prisa Televisión, S.A.U.	2.837.224	-	-	452.664	-
Promotora General de Revistas, S.A.	695.810	55.731	-	77.137	-
Planet Events, S.A.	119.152	-	-	-	-
Santilhana Editores, S.A.	26.231	-	-	71	-
Diario AS, S.L.	16.771	-	-	-	-
Prisa Digital, S.L.	11.200	-	-	40.411	-
Sociedade Española de Radiodifusión, S.A.	3.669	-	-	(739)	-
Prisa Brand Solutions, S.L.U.	(8.000)	-	-	-	-
RADIO CLUB CANARIAS, S.A.	-	-	-	44.901	-
	<u>19.654.413</u>	<u>55.731</u>	<u>-</u>	<u>614.445</u>	<u>-</u>
	<u>20.668.282</u>	<u>69.689</u>	<u>481.482</u>	<u>3.202.003</u>	<u>217.085</u>

Em 31 de dezembro de 2011, os saldos mais relevantes com partes relacionadas referem-se a:

Promotora de Informaciones, S.A.

- (a) As contas a receber respeitam essencialmente a um contrato de *cash pooling* com a Plural Entertainment España, no montante de 16.594.537 Euros, o qual vence juros á taxa Euribor a 1 mês acrescido de um *spread* de 0,10%.
- (b) As contas a pagar incluem o valor aproximado de 9.250.000 Euros referente à compra da Plural Entertainment España, o qual se encontra registado ao custo amortizado pelo método do juro efetivo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em resultado da referida compra, foram pagos àquela entidade 9.250.000 Euros.

Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A. e Prisa Televisión, S.A.U. (anteriormente designada por Sogecable, S.A.)

- (c) As contas a receber resultam da atividade operacional da Plural España.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os recebimentos e pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos a empresas relacionadas, são conforme segue:

Recebimentos provenientes de:

Reembolso de empréstimos concedidos:

Prisa	11.646.964
Plural Brasil	332.642
Jempsa	179.869
	<u>12.159.475</u>

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos concedidos:

Prisa	9.117.294
Plural Brasil	505.038
Jempsa	393.316
	<u>10.015.648</u>

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as empresas incluídas no perímetro de consolidação realizaram transações entre si a valores de mercado, essencialmente, referente às seguintes situações:

- Compra de conteúdos televisivos e audiovisuais;
- Compra de direitos de cinema; e
- Empréstimos de tesouraria.

35. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUIDOS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existiam contratos e acordos celebrados com terceiros para a compra de direitos, exibição de filmes e outros programas, nos montantes totais de 15.659.875 Euros e 21.704.109 Euros, respetivamente. As datas previsíveis em que esses filmes e programas estarão disponíveis para exibição é como segue:

31 de dezembro de 2012:

<u>Natureza</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016 e seguintes</u>	<u>Por definir</u>	<u>Total</u>
Filmes	17.694	3.098.062	1.828.108	1.218.697	25.000	6.187.561
Séries	-	28.977	282.422	-	78.115	389.514
Entretenimento	132.800	-	-	-	-	132.800
Desporto	2.724.167	4.430.000	1.795.833	-	-	8.950.000
	<u>2.874.661</u>	<u>7.557.039</u>	<u>3.906.363</u>	<u>1.218.697</u>	<u>103.115</u>	<u>15.659.875</u>

31 de dezembro de 2011:

<u>Natureza</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015 e seguintes</u>	<u>Por definir</u>	<u>Total</u>
Filmes	12.527	421.320	1.308.209	146.797	70.920	1.959.773
Séries	115.156	526.971	263.487	997.800	6.698	1.910.112
Entretenimento	72.228	91.884	95.712	1.031.000	-	1.290.824
Desporto	6.127.567	4.310.000	4.310.000	1.795.833	-	16.543.400
	<u>6.327.478</u>	<u>5.350.175</u>	<u>5.977.408</u>	<u>3.971.430</u>	<u>77.618</u>	<u>21.704.109</u>

36. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha assumido responsabilidades não refletidas no balanço por contratos de locação operacional de 14.287.405 Euros e 17.070.061 Euros, respetivamente. Aquelas responsabilidades são conforme segue:

- (a) Contrato de locação das instalações da Empresa a findar em 31 de dezembro de 2017, com o direito de preferência de renovação.

Montantes reconhecidos como gasto:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Pagamentos mínimos de locação operacional - Instalações Queluz	<u>1.114.629</u>	<u>1.255.187</u>

As responsabilidades assumidas por este contrato de locação operacional, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não incluídos em balanço são conforme segue:

<u>Responsabilidades assumidas:</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2012	-	1.468.322
2013	1.100.004	1.100.004
2014	1.100.004	1.100.004
2015	1.100.004	1.100.004
2016 e seguintes	<u>2.200.008</u>	<u>2.200.008</u>
	<u>5.500.020</u>	<u>6.968.342</u>

(b) Contrato de *renting* de viaturas por um prazo de 3 a 5 anos.

<u>Montantes reconhecidos como gasto:</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Pagamentos mínimos de <i>renting</i> de viaturas	<u>990.702</u>	<u>1.128.054</u>

As responsabilidades assumidas por estes contratos de *renting*, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, vencem-se, conforme segue:

<u>Responsabilidades assumidas:</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2012	-	1.003.834
2013	915.093	836.583
2014	640.642	569.418
2015	485.937	415.494
2016	241.254	181.793
2017	5.682	-
	<u>2.288.608</u>	<u>3.007.122</u>

(c) Contrato de arrendamento de instalações relacionadas com estúdios e armazéns.

<u>Montantes reconhecidos como gasto:</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Pagamentos mínimos de arrendamento de estúdios e armazéns	<u>717.276</u>	<u>865.328</u>

As responsabilidades assumidas por estes contratos de arrendamento, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, vencem-se conforme segue:

<u>Responsabilidades assumidas:</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2012	-	746.800
2013	725.975	746.800
2014	744.384	746.800
2015	763.261	746.800
2016 e seguintes	<u>4.265.157</u>	<u>4.107.398</u>
	<u>6.498.777</u>	<u>7.094.597</u>

37. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Dólar Americano	1,3183	1,3065
Libra Inglesa	0,8170	0,8342
Franco Suíço	1,2080	1,2196

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros as demonstrações financeiras de empresas do Grupo denominadas em dólares americanos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Taxa de câmbio vigente à data de balanço	1,3183	1,3069
Taxa de câmbio média do exercício	1,2851	1,3818

Adicionalmente, existem ativos fixos que foram convertidos a taxas de câmbio históricas de 1,2405 e 1,9190.

38. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo recebeu liquidações adicionais em sede de IRC e outros impostos, durante os exercícios de 2009 a 2012 relativas a inspeções fiscais aos exercícios de 2006 a 2010, no montante de, aproximadamente, 3.600.000 Euros. Em 31 de dezembro de 2012, dada a natureza dos referidos processos, o Grupo discorda destas liquidações e considera, com base na opinião dos seus advogados, que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais, pelo que não registou qualquer provisão nas demonstrações financeiras consolidadas. Dada a natureza dos referidos processos, a tempestividade da resolução dos mesmos depende das várias fases que os mesmos seguirão.

Adicionalmente, no decorrer da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais relacionados, essencialmente, com difamação, liberdade de imprensa e ações de carácter regulatório, cujo montante das ações ascende a, aproximadamente, 2.300.000 Euros. Baseados nos pareceres dos advogados do Grupo, não são estimadas responsabilidades decorrentes do desfecho dos referidos processos. Dada a natureza dos mesmos, a tempestividade da sua resolução depende da resolução judicial.

39. GARANTIAS PRESTADAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha prestado garantias bancárias e outras garantias a terceiros, conforme segue:

Union des Associations Européennes de Football - âmbito do acordo com a TVI (a)	10.775.000
Direcção Geral de Impostos – processos de execução fiscal (b)	11.479.572
De Lage Laden International, B.V.- Sucursal em Portugal - garantia e avales relativos ao cumprimento do contrato de aquisição de equipamento	2.243.272
Prémios de concursos	2.286.196
Projetos expansão de rádios	289.981
Processos judiciais e outros (b)	60.000
Garantes de bom pagamento - contratos de prestação de serviços	45.520
Avalista contratos financiamento da sociedade participada, Plural Jempsa	1.430.955
	28.610.496

- (a) Garantia bancária no âmbito da aquisição dos direitos para a transmissão da Liga dos Campeões até 2015.
- (b) A responsabilidade inerente a estes processos encontra-se provisionada em função dos pareceres obtidos dos advogados e consultores do Grupo.

40. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS CHAVE DA EMPRESA

As remunerações auferidas pelos membros chave da Empresa e suas subsidiárias, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram de 1.796.114 Euros (2.489.385 Euros em 2011).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as remunerações referidas dividem-se em remunerações fixas de 1.684.022 Euros e remunerações variáveis de 112.092 Euros (1.837.469 Euros e 651.916 Euros, respetivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 foi atribuída uma remuneração variável no montante de 491.582 Euros, a qual apenas foi liquidada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A totalidade das remunerações auferidas pelos membros chave da Empresa e suas subsidiárias corresponde a benefícios de curto prazo. As remunerações dos referidos membros chave são determinadas pela Comissão de Remunerações da Empresa, tendo em consideração parâmetros relativos à performance individual.

41. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 19)	7.632	7.632
Contas a receber de terceiros	60.459.173	77.099.440
Caixa e seus equivalentes (Nota 25)	<u>10.790.484</u>	<u>11.812.544</u>
	<u>71.257.289</u>	<u>88.919.616</u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Instrumentos financeiros derivados (Nota 33)	-	1.182.657
Empréstimos (Nota 28)	113.374.739	116.561.408
Contas a pagar a terceiros	<u>102.490.232</u>	<u>129.504.899</u>
	<u>215.864.971</u>	<u>247.248.964</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apenas tem ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os quais, conforme acima referido são ativos financeiros disponíveis para venda, contas a receber de terceiros, caixa e seus equivalentes, empréstimos e contas a pagar a terceiros.

No que se refere aos ativos financeiros disponíveis para venda, contas a receber e contas a pagar correntes e caixa e equivalentes de caixa, o Grupo considera, face às características específicas destes instrumentos financeiros, que o justo valor não difere significativamente do seu valor contábilístico.

No que se refere aos empréstimos, o Grupo considera que o seu justo valor dependerá significativamente do nível de risco atribuído pelas entidades financiadoras e das condições que o Grupo Media Capital conseguiria obter na data da demonstração da posição financeira, se fosse ao mercado contratar financiamentos de montante e prazo semelhantes aos que tem em curso em 31 de dezembro de 2012. Contudo, é entendimento do Conselho de Administração do Grupo que a quantia escriturada dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor, pois a generalidade dos empréstimos tem *spreads* de mercado, que refletem o nível de risco atribuído pelos financiadores.

Os empréstimos obtidos foram renegociados no decorrer do exercício de 2012 e as taxas de juro foram atualizadas, pelo que as suas condições estão atualizadas face à situação atual dos mercados financeiros e ao nível de risco que os bancos atribuem ao Grupo, pelo que o seu valor contábilístico não difere significativamente do seu justo valor.

O Grupo Media Capital encontra-se exposto essencialmente aos seguintes riscos financeiros:

(a) Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados com alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio.

(i) Taxa de juro

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de um programa de papel comercial a uma taxa de juro variável.

Em 31 de dezembro de 2012, a totalidade da dívida contratada encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado, tendo em 20 de dezembro de 2012 chegado à sua maturidade um instrumento financeiro derivado de fixação de taxa de juro (Nota 33).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores ou inferiores em 0,5% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o resultado líquido daqueles exercícios teria aumentado ou diminuído, aproximadamente, em 280.000 Euros e em 300.000 Euros, respetivamente.

A sensibilidade da Empresa a variações na taxa de juro, ao longo do ano encontrou-se parcialmente limitada pela contratação de instrumento de fixação de taxa de juro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor do instrumento derivado de taxa de juro, refletido nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor, foi apurado com base em inputs observáveis de mercado, tendo sido valorizado por uma entidade especializada independente.

(ii) Taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com o investimento na Plural Entertainment Inc. (empresa participada da Plural España, sediada em Miami) bem como a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição na Plural Entertainment Inc. ascende a ativos líquidos desta subsidiária de 2.896.102 USD (2.183.101 Euros).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, os riscos de taxa de câmbio estão relacionados com:

- Contratos de direitos de transmissão de programas de televisão contratados a diversas produtoras estrangeiras;
- Contratos de direitos de transmissão cinematográfica e videográfica contratados a produtoras independentes.

O risco da taxa de câmbio associada a estes contratos é diminuto face ao reduzido prazo de pagamento dos mesmos.

Caso as taxas de câmbio tivessem sido superiores ou inferiores em 0,5% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o resultado líquido daqueles exercícios teria aumentado ou diminuído, aproximadamente, em 3.000 Euros e em 4.000 Euros, respetivamente. Adicionalmente, o efeito negativo da conversão cambial de operações sediadas no estrangeiro registado nos capitais próprios seria de, aproximadamente, 5.000 Euros para os exercícios de 2012 e 2011.

Os saldos em moeda estrangeira da Empresa expressos em Euros, ao câmbio de 31 de dezembro de 2012 e 2011, são conforme segue:

Saldos vencidos	2012	2011
Até 90 dias	654.231	999.524
De 90 a 180 dias	24.460	29.107
Mais de 180 dias	78.377	21.474
	757.068	1.050.105

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existiam contratos e acordos, denominados em moeda estrangeira, para a compra de direitos, exibição de filmes e outros programas nos montantes de 6.316.563 Euros e 3.359.432 Euros, respetivamente.

Caso as taxas de câmbio fossem superiores ou inferiores em 0,5% em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante daqueles compromissos teria aumentado ou diminuído, aproximadamente, em 24.000 Euros e 13.000 Euros, respetivamente.

O risco a que a Empresa está sujeita inclui a exposição ao risco de taxa de câmbio em futuros contratos de direitos de transmissão que venham a ser celebrados, para o qual não se encontram contratados instrumentos de cobertura.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes das operações das diversas empresas do Grupo (Notas 23 e 24), o qual procura ser minorado pela política de descontos concedidos por antecipação ou pronto pagamento instituída. Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas por imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- as condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na Nota 29.

Em 31 de dezembro de 2012, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas. A Empresa acredita que não existe necessidade de reforçar os ajustamentos de contas a receber para além do montante incluído na Nota 29. Adicionalmente, são de relevar os descontos concedidos por antecipação ou pronto pagamento, como medida de redução de risco de crédito dos diversos negócios do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as contas a receber de terceiros incluem saldos vencidos conforme segue, para os quais não foram registadas perdas por imparidade pelo facto do Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis:

Saldos vencidos	2012	2011
Até 90 dias	5.364.631	2.722.276
De 90 a 180 dias	1.372.483	2.156.814
Mais de 180 dias	2.722.386	5.264.110
	9.459.500	10.143.200

(c) Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, investimentos, remuneração dos acionistas e reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da mesma em prazos adequados. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado de linhas de crédito ascendia a 19.218.517 Euros, respetivamente. Acresce que em fevereiro de 2013 foi renegociado o aumento do Papel Comercial em 10.000.000 Euros. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, estava disponível o montante para adiantamentos de *factoring* de 4.252.784 Euros. A Empresa considera que estes valores, com os fluxos de caixa a gerar das operações, é suficiente para cobrir as suas responsabilidades financeiras que venham a ser exigidas no curto prazo. A maturidade dos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme segue:

<u>Passivos financeiros</u>	2012			
	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>+ 2 anos</u>	<u>Total</u>
<u>Remunerados:</u>				
Empréstimos	27.056.172	75.743.116	10.575.451	113.374.739
Outros passivos correntes (<i>Factoring</i>)	5.747.216	-	-	5.747.216
<u>Não remunerados:</u>				
Passivos por imposto corrente	6.373.186	-	-	6.373.186
Outros passivos correntes	37.299.126	-	-	37.299.126
Fornecedores e contas a pagar	53.070.704	-	-	53.070.704
	<u>129.546.404</u>	<u>75.743.116</u>	<u>10.575.451</u>	<u>215.864.971</u>

<u>Passivos financeiros</u>	2011			
	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>+ 2 anos</u>	<u>Total</u>
<u>Remunerados:</u>				
Empréstimos	34.904.519	23.068.699	58.588.190	116.561.408
Outros passivos correntes (<i>Factoring</i>)	10.000.000	-	-	10.000.000
<u>Não remunerados:</u>				
Passivos por imposto corrente	1.588.017	-	-	1.588.017
Outros passivos correntes	55.154.351	-	-	55.154.351
Fornecedores e contas a pagar	62.762.531	-	-	62.762.531
Derivados por resultados	1.182.657	-	-	1.182.657
	<u>165.592.075</u>	<u>23.068.699</u>	<u>58.588.190</u>	<u>247.248.964</u>

42. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários totais faturados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 390.112 Euros e 456.358 Euros, respetivamente, sendo detalhados conforme segue:

<u>Tipo de serviços</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Revisão legal das contas anuais	270.500	325.495
Consultoria fiscal	112.212	130.863
Outros serviços que não sejam de revisão ou de auditoria	7.400	-
	<u>390.112</u>	<u>456.358</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Contas Individuais

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2012	2011
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos intangíveis	9	70.583	72.600
Ativos fixos tangíveis	10	57.534	84.348
Investimentos em subsidiárias	11	174.413.138	174.413.138
		<u>174.541.255</u>	<u>174.570.086</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes e outras contas a receber	12	348.077	434.816
Outros ativos correntes	13	16.246.950	11.949.214
Caixa e seus equivalentes	14	39.474	70.874
		<u>16.634.501</u>	<u>12.454.904</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>191.175.756</u>	<u>187.024.990</u>
<hr/> CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO <hr/>			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	15	89.583.971	89.583.971
Reservas	15	57.623.800	57.312.822
Resultados transitados	15	23.535.520	23.535.520
Resultado líquido do exercício		1.228.070	6.125.485
Total do capital próprio		<u>171.971.361</u>	<u>176.557.798</u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Passivos por imposto corrente	8	6.373.186	1.074.988
Fornecedores e outras contas a pagar	16	3.205.340	3.992.446
Outros passivos correntes	17	9.625.869	5.399.758
Total do passivo		<u>19.204.395</u>	<u>10.467.192</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>191.175.756</u>	<u>187.024.990</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>RENDIMENTOS OPERACIONAIS:</u>			
Prestações de serviços	4 e 19	4.856.318	4.822.719
Outros rendimentos operacionais	4 e 19	382.163	619.517
Total de rendimentos operacionais		<u>5.238.481</u>	<u>5.442.236</u>
<u>GASTOS OPERACIONAIS:</u>			
Fornecimentos e serviços externos	5	(2.887.293)	(3.651.852)
Gastos com o pessoal	6	(2.518.192)	(1.832.152)
Amortizações e depreciações	10	(28.831)	(62.722)
Outros gastos operacionais		(36.611)	(173.329)
Total de gastos operacionais		<u>(5.470.927)</u>	<u>(5.720.055)</u>
Resultados operacionais		<u>(232.446)</u>	<u>(277.819)</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Gastos financeiros	7	(257.513)	(269.432)
Rendimentos financeiros	7	313.823	410.245
		56.310	140.813
Ganhos em subsidiárias	11	1.228.517	6.253.975
		1.284.827	6.394.788
Resultados antes de impostos		<u>1.052.381</u>	<u>6.116.969</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	175.689	8.516
Resultado líquido do exercício		<u>1.228.070</u>	<u>6.125.485</u>
Rendimentos integrais		<u>1.228.070</u>	<u>6.125.485</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos rendimentos integrais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2012	2011
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		5.978.620	5.943.742
Pagamentos a fornecedores		(4.252.859)	(2.067.252)
Pagamentos ao pessoal		(2.111.078)	(1.817.090)
Fluxos gerados pelas operações		<u>(385.317)</u>	<u>2.059.400</u>
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	8	1.247.165	-
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(3.832.679)	414.596
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(2.970.831)</u>	<u>2.473.996</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		411.004	-
Dividendos	11	-	6.253.975
Alienação de ativos fixos tangíveis		-	27.500
Empréstimos concedidos a empresas participadas	14	<u>11.908.827</u>	<u>9.926.000</u>
		<u>12.319.831</u>	<u>16.207.475</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos concedidos a empresas participadas	14	(8.881.012)	(12.319.903)
Aquisição de ativos fixos tangíveis		-	(72.600)
		<u>(8.881.012)</u>	<u>(12.392.503)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>3.438.819</u>	<u>3.814.972</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos da empresa-mãe	19	<u>5.460.000</u>	-
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos atribuídos	15	(5.814.507)	(6.253.975)
Amortização de contratos de locação financeira		-	(6.160)
Juros e gastos similares		(144.881)	(5.666)
		<u>(5.959.388)</u>	<u>(6.265.801)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(499.388)</u>	<u>(6.265.801)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(31.400)	23.167
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14	70.874	47.707
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14	39.474	70.874

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Capital (Nota 15)</u>	<u>Reservas (Nota 15)</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Resultado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	89.583.971	39.113.873	23.535.520	24.452.924	176.686.288
Aplicação de resultados:					
Transferência para reservas (Nota 15)	-	18.198.949	-	(18.198.949)	-
Distribuição de dividendos (Nota 15)	-	-	-	(6.253.975)	(6.253.975)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	6.125.485	6.125.485
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>89.583.971</u>	<u>57.312.822</u>	<u>23.535.520</u>	<u>6.125.485</u>	<u>176.557.798</u>
Aplicação de resultados:					
Transferência para reservas (Nota 15)	-	310.978	-	(310.978)	-
Distribuição de dividendos (Nota 15)	-	-	-	(5.814.507)	(5.814.507)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.228.070	1.228.070
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u><u>89.583.971</u></u>	<u><u>57.623.800</u></u>	<u><u>23.535.520</u></u>	<u><u>1.228.070</u></u>	<u><u>171.971.361</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

A Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa”) foi constituída em 1992, tendo como atividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividade económica. Tem a sua sede em Portugal, na Rua Mário Castelhana, nº 40, Barcarena, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais com o número de matrícula e pessoa coletiva único (“NIOPC”) 502 816 481 e, através das suas empresas participadas e associadas (“Grupo” ou “Grupo Media Capital”), desenvolve as atividades de difusão e produção de programas televisivos e outras atividades de media, realização, produção e difusão de programas radiofónicos e produção e exploração de atividades cinematográficas e videográficas.

A Empresa tem como acionista principal a Vertix, SGPS, S.A. (“VERTIX”), que tem sede em Barcarena, sendo as demonstrações financeiras do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Promotora de Informaciones, S.A. (“Prisa”), empresa mãe da VERTIX.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2013.

As ações da Empresa encontram-se cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.18 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, segundo o qual os ativos devem ser realizados e os passivos liquidados no decurso normal das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

Estas demonstrações financeiras individuais, foram elaboradas de acordo os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adotados pela União Europeia, e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme previsto nos IFRS, os investimentos financeiros foram registados ao custo de aquisição. Consequentemente, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação de ativos, passivos, rendimentos e gastos, o que será efetuado nas demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e publicar em separado. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o ativo, passivo, os rendimentos operacionais e o resultado líquido em 160.106.087 Euros, 205.985.867 Euros, 179.080.089 Euros e 10.710.993 Euros, respetivamente e em diminuir o capital próprio em 45.879.780 Euros.

2.19 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas, se aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa definir razoavelmente o seu valor.

As amortizações dos ativos intangíveis de vida útil definida são calculadas a partir do momento em que os mesmos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado em que esses ativos intangíveis geram benefícios económicos futuros, que são como segue:

	<u>Anos</u>
Programas de computador	3 - 4

2.20 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas, se aplicável. Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas necessárias para colocar o ativo na localização e condição necessária para o mesmo funcionar.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para utilização. A depreciação destes ativos, deduzidos do seu valor residual, quando este seja estimável, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com a sua vida útil, definida em função da sua utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

2.21 Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.22 Investimentos em subsidiárias

Os investimentos representativos de partes de capital em subsidiárias, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidade, quando estas se verificarem.

Os dividendos recebidos da empresa subsidiária são registados como rendimentos financeiros quando atribuídos.

2.23 Instrumentos financeiros

2.6.1 Cientes, outras contas a receber e outros ativos correntes

As contas a receber e outros ativos correntes são reconhecidos ao custo amortizado, pelo método da taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor estimado de recuperação e é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício.

2.6.2 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem e a prazo e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

2.6.3 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar são registadas ao custo amortizado, pelo método da taxa de juro efetiva.

2.24 Imparidade de ativos não correntes

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados como um gasto operacional do exercício.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual pertence o ativo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que essas perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como um rendimento operacional. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso essa perda não tivesse sido registada em períodos anteriores.

2.25 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é composto pelo imposto corrente e imposto diferido.

A Empresa estima o imposto sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, abrangendo todas as empresas em que detém uma participação, direta ou indireta de, pelo menos, 90% do respetivo capital e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), além de existirem critérios de existência ou não de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como com base nos prejuízos fiscais reportáveis. Os ativos e passivos por imposto diferido são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por imposto diferido são reconhecidos unicamente quando existem provas bastantes que suportem, com um grau de segurança elevado, a possibilidade de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.26 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são referentes, essencialmente, a serviços de gestão, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que os mesmos são prestados.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

2.27 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais, caso originem um impacto material nas demonstrações financeiras.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício de 2012 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2011, segundo as disposições dos IFRS, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores, exceto pelo impacto da adoção das novas normas e interpretação ou das suas alterações que entram em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 7 – Emenda (Transferência de ativos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de ativos financeiros.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

A estimativa contabilística mais significativa, refletida nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, inclui o cálculo do valor recuperável dos investimentos em subsidiárias.

Esta estimativa foi determinada com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nesta estimativa. Alterações significativas a esta estimativa, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são registadas em resultados de forma prospetiva e em conformidade com o disposto na IAS 8. Em 2012 não houve alterações significativas nas principais estimativas efetuadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, as seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	1-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.

IAS 12 – Emenda (recuperação de ativos por impostos diferidos)	1-Jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.
IAS 19 – Emenda (planos pensões de benefícios definidos) (2011)	1-Jan-13	Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas atuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do “corredor”); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos ativos do plano. A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas atuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	1-Jan-13	Esta emenda fornece orientações sobre como as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.
IAS 1 – Emenda (Outro Rendimento Integral)	1-Jul-12	Esta emenda refere-se às seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
IFRS 7 – Emenda (2011)	1-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.
IAS 32 – Emenda (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto (2011)	1-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. No entanto, não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção futura.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2010)	1-Jan-15	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (maio de 2012)	Várias (usualmente 1-Jan-13)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IAS 16 e a IAS 32.
IFRS 1 – Emenda (subsídios governamentais)	1 Jan 2013	Cria uma exceção à aplicação retrospectiva dos requisitos definidos na IAS 20 para aplicação a subsídios governamentais concedidos a taxas de juro bonificadas.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Emendas (regras de transição)	1 Jan 2013	Emendas às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 de modo a clarificar as regras do processo de transição para as referidas normas.
IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – Emendas (entidades de Investimento)	1 Jan 2014	Criam uma exceção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.

Estas normas não foram ainda adotadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

4. RENDIMENTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os rendimentos operacionais respeitam, essencialmente, a serviços de gestão prestados a empresas do Grupo (Nota 19).

5. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços especializados prestados por partes relacionadas (Nota 19)	1.897.563	2.665.228
Serviços especializados	615.254	567.278
Rendas e alugueres	172.351	154.909
Deslocações, estadas e transportes	61.966	36.495
Despesas de representação	48.146	47.248
Comunicações	23.181	39.452
Seguros	20.047	57.272
Outros	48.785	83.970
	<u>2.887.293</u>	<u>3.651.852</u>

6. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ordenados	2.012.280	1.448.660
Encargos sobre remunerações	228.953	266.910
Prêmios de desempenho	205.957	47.410
Seguros de acidentes de trabalho e outros afins	14.499	12.762
Outros	56.503	56.410
	<u>2.518.192</u>	<u>1.832.152</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 21 e 22 empregados, respetivamente.

O aumento que se verificou nos gastos com o pessoal no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, decorre de uma reestruturação interna, em que os órgãos sociais do Grupo se concentraram na Empresa.

7. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os gastos e rendimentos financeiros, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Gastos financeiros:</u>		
Juros suportados	230.751	238.839
Outros gastos financeiros	26.762	30.593
	<u>257.513</u>	<u>269.432</u>
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Juros obtidos de partes relacionadas (Nota 19)	306.742	410.245
Outros rendimentos financeiros	7.081	-
	<u>313.823</u>	<u>410.245</u>
	<u>56.310</u>	<u>140.813</u>

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os juros suportados relativos a entidades relacionadas foram de 191.330 Euros e 217.085 Euros, respetivamente (Nota 19).

8. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 25%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, podendo ser incrementadas pela derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa agregada máxima de 26,5%. Adicionalmente, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 10.000.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis superiores a 10.000.000 Euros.

Para o exercício de 2013, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis superiores a 7.500.000 Euros.

Adicionalmente, para o exercício de 2013 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano progressivamente até 2017 ao maior dos seguintes limites:

- 3.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Empresa estima o imposto sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), o qual é encabeçado pela Empresa.

Face à sua natureza jurídica e objeto social a Empresa encontra-se abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das empresas participadas e os ganhos decorrentes da alienação de participações financeiras não são tributados. Por outro lado, os encargos financeiros incorridos com financiamentos obtidos e utilizados na aquisição de participações financeiras e as perdas originadas na alienação de participações financeiras, não relevam para efeitos fiscais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2012 inclusive poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada, que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos, limitados a 75% do lucro tributável do Grupo (seis anos para os prejuízos anteriores a 2010 e quatro anos para os prejuízos gerados entre 2010 e 2011). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam, aproximadamente, a 4.342.000 Euros e 7.495.000 Euros, respetivamente, os quais caducam conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2012	-	3.153.000
2013	1.947.000	1.947.000
2014	2.395.000	2.395.000
	<u>4.342.000</u>	<u>7.495.000</u>

A reconciliação da taxa de imposto, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultados antes de impostos	1.052.381	6.116.969
Taxa nominal de imposto	25,00%	25,00%
Imposto estimado	<u>263.095</u>	<u>1.529.243</u>
Diferenças permanentes (i)	(303.766)	(1.538.280)
Ajustamento à coleta (ii)	27.277	28.458
Outros	<u>(162.295)</u>	<u>(27.937)</u>
	<u>(175.689)</u>	<u>(8.516)</u>
Imposto corrente	<u>(175.689)</u>	<u>(8.516)</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>-16,69%</u>	<u>-0,14%</u>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estes montantes tinham a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Dividendos atribuídos (Nota 11)	(1.228.517)	(6.253.975)
Outros, líquidos	13.452	100.855
	<u>(1.215.065)</u>	<u>(6.153.120)</u>
	25,0%	25,0%
	<u>(303.766)</u>	<u>(1.538.280)</u>

(ii) Este montante representa a parcela de impostos relativa à tributação autónoma de certas despesas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Passivos por imposto corrente” é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas:		
Estimativa de imposto apurado no âmbito do RETGS	8.834.158	8.008.985
Pagamentos por conta	(2.306.821)	(6.646.500)
Retenções na fonte	<u>(154.151)</u>	<u>(287.497)</u>
	<u>6.373.186</u>	<u>1.074.988</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento do exercício estavam apresentados como “Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional” na demonstração dos fluxos de caixa.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis referem-se na sua totalidade a programas de computador sendo que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, passaram a estar disponíveis para funcionamento, tendo sido iniciada a sua amortização, a qual ascende a 2.017 Euros (Nota 10). No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica não tinha tido qualquer movimentação.

10. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram como segue:

	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<u>Valor bruto:</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	74.850	53.830	134.451	860.958	1.124.089
Alienações e abates	-	(53.830)	-	-	(53.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	74.850	-	134.451	860.958	1.070.259
Saldo em 31 de dezembro de 2012	74.850	-	134.451	860.958	1.070.259

	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<u>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	16.841	47.849	85.657	826.672	977.019
Reforço	7.485	5.981	26.944	22.312	62.722
Alienações e abates	-	(53.830)	-	-	(53.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	24.326	-	112.601	848.984	985.911
Reforço	7.485	-	8.009	11.320	26.814
Saldo em 31 de dezembro de 2012	31.811	-	120.610	860.304	1.012.725

	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	50.524	-	21.850	11.974	84.348
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	43.039	-	13.841	654	57.534

O detalhe das amortizações e depreciações reconhecidas na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme segue:

	2012	2011
Ativos fixos tangíveis	26.814	62.722
Ativos intangíveis (Nota 9)	2.017	-
	<u>28.831</u>	<u>62.722</u>

11. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante registado nos investimentos em subsidiárias é de 174.413.138 Euros, sendo que o mesmo não sofreu qualquer alteração.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Meglo - Media Global, SGPS, S.A. ("Meglo") distribuiu dividendos de 1.228.517 Euros (Nota 8) e 6.253.975 Euros (Nota 8), respetivamente, conforme deliberado em Assembleia Geral realizadas em 27 de dezembro de 2012 e 14 de fevereiro de 2011, repetivamente. Estes montantes foram registados nas demonstrações dos rendimentos integrais na rubrica "Ganhos em subsidiárias". De referir que os dividendos atribuídos em 2012, apenas serão liquidados no exercício de 2013 (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os investimentos financeiros em subsidiárias respeitavam ao investimento na Meglo, cuja sede, ativo, capital próprio, rendimentos totais e resultado líquido do exercício eram conforme detalhe abaixo:

		2012					
Denominação	Sede	Ativo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido do exercício	Percentagem de participação	Valor de balanço
Meglo	Lisboa	275.808.977	63.131.346	16.748.887	12.938.384	100%	174.413.138

		2011					
Denominação	Sede	Ativo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido do exercício	Percentagem de participação	Valor de balanço
Meglo	Lisboa	311.815.568	51.393.758	6.498.010	1.293.175	100%	174.413.138

Para efeitos da análise de imparidade, o investimento efetuado foi avaliado pelo Conselho de Administração, com base nos planos de negócio / projeções financeiras das diversas unidades geradoras de caixa controladas pela Meglo.

Uma unidade geradora de caixa é o mais pequeno grupo identificável de ativos que seja gerador de influxos de caixa e que seja em larga medida independente dos influxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Esta análise foi efetuada com base nos planos de negócio / projeções financeiras das diversas unidades geradoras de caixa, preparadas e aprovadas pelo *management*.

Para o efeito, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com *market intelligence* interno, e a experiência passada do Grupo, complementada pelos efeitos estimados das estratégias de negócio adotadas para cada unidade geradora de caixa.

Algumas das principais variáveis consideradas são as seguintes:

- Evolução do investimento publicitário nos principais mercados onde o Grupo opera;
- Share de audiências;
- Quota de mercado;
- Gastos operacionais;
- Sinergias e racionalização de gastos de produção.

Foi utilizado o método do *discounted cash-flow*, tendo sido preparadas projeções de *cash flow* a cinco anos e posteriormente considerada uma perpetuidade. A taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade é de 2,5% (2,5% em 2011). Com a exceção da Plural España, a taxa de desconto utilizada foi de 10,1% (10,1% em 2011) e é comum a todas as unidades geradoras de caixa, uma vez que se considera que todas elas operam, direta ou indiretamente, no mercado de media, sendo a atividade comercial, os clientes e o mercado publicitário vistos de forma transversal ao Grupo. Relativamente à Plural España, a taxa de desconto utilizada foi de 9,6% (10,1% em 2011). Foi utilizado neste caso uma taxa diferente das restantes unidades geradoras de caixa, em função do menor risco-país associado a Espanha.

Para o agregado das unidades geradoras de caixa sob análise, a taxa de crescimento anual composta para o período explícito de projeções (tendo 2012 como base) foi de 9,9% para o EBITDA e de 1,2% para o investimento (Capex). O Grupo acredita na razoabilidade das estimativas, tendo em consideração quer o ano anormalmente penalizador de mercado que foi 2012 quer as iniciativas em curso de crescimento orgânico e redução de gastos operacionais implementadas.

Em resultado das análises de imparidade efetuadas, com base nas metodologias e pressupostos supra referidos, o Grupo concluiu que não existem perdas de imparidade a reconhecer. É convicção do Conselho de Administração que o efeito de eventuais desvios que possam ocorrer nos principais pressupostos em que assenta o valor recuperável das unidades geradoras de caixa, não implicará, em todos os aspetos materialmente relevantes, a imparidade da referida participação financeira.

O Conselho de Administração acredita que qualquer alteração razoavelmente possível em qualquer um dos pressupostos-chave acima referidos, utilizados na análise de imparidade efetuada, não originaria um valor líquido contabilístico do investimento financeiro superior ao seu valor recuperável estimado, nomeadamente considerando uma variação de 0,5% na taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade ou na taxa de desconto.

12. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012			2011		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido
Cientes	4.000	(4.000)	-	4.000	(4.000)	-
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 19)	348.077	-	348.077	434.816	-	434.816
	<u>352.077</u>	<u>(4.000)</u>	<u>348.077</u>	<u>438.816</u>	<u>(4.000)</u>	<u>434.816</u>

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 19)	16.235.027	11.840.454
Estado e outros entes públicos (Nota 18)	2.043	97.754
Outros	9.880	11.006
	<u>16.246.950</u>	<u>11.949.214</u>

14. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	34.899	68.299
Caixa	4.575	2.575
	<u>39.474</u>	<u>70.874</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os recebimentos e pagamentos relativos a partes relacionadas, nos montantes de 11.908.827 Euros (9.926.000 Euros em 2011) e 8.881.012 Euros (12.319.903 Euros), respetivamente, referem-se a financiamentos concedidos, os quais vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.

15. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 ações com o valor nominal de um euro e seis cêntimos cada, o que perfaz 89.583.971 Euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital da Media Capital era detido pelos seguintes acionistas:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Ações</u>	<u>Percentagem</u>	<u>Ações</u>	<u>Percentagem</u>
Vértix, SGPS, S.A. ("VERTIX")	71.576.289	84,69	71.576.289	84,69
PortQuay West I B.V.	8.451.318	10,00	8451318,00	10,00
Outros, inferiores a 10% do capital	4.485.573	5,31	4.485.573	5,31
	<u>84.513.180</u>	<u>100,00</u>	<u>84.513.180</u>	<u>100,00</u>

Em 23 de fevereiro de 2011, a VERTIX alienou 8.451.318 ações, correspondente a 10% do capital social e direitos de voto da Empresa à PortQuay West I B.V. ("PortQuay"). O acordo celebrado naquela data concede à PortQuay a hipótese de exercer um mecanismo de saída. Em agosto de 2012, esta entidade informou da intenção exercer o referido mecanismo.

Contas Individuais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Reservas" tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reservas livres	53.280.196	53.275.492
Reserva legal	<u>4.343.604</u>	<u>4.037.330</u>
	<u>57.623.800</u>	<u>57.312.822</u>

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os resultados transitados ascendiam a 23.535.520 Euros, os quais respeitam a excedentes gerados em exercícios anteriores de livre disposição.

Conforme deliberado em Assembleia Geral dos Acionistas realizadas em 21 de março de 2012 e 16 de março de 2011, o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi aplicado conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reservas livres	4.704	16.976.303
Reserva legal	306.274	1.222.646
Distribuição de dividendos	<u>5.814.507</u>	<u>6.253.975</u>
	<u>6.125.485</u>	<u>24.452.924</u>
Dividendo por ação	0,0688	0,0740

Conforme aprovado nesta data pelo Conselho de Administração e mencionado no Relatório de Gestão, foi efectuada uma proposta de distribuição de dividendos de 5.408.843,52 Euros, relativos ao resultado líquido do exercício, o que corresponde a um dividendo bruto por ação de 0,064 Euros.

16. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 19)	2.953.667	3.561.912
Fornecedores correntes	123.383	279.685
Gastos a liquidar:		
Outros fornecimentos e serviços externos	123.176	145.449
Outros	<u>5.114</u>	<u>5.400</u>
	<u>3.205.340</u>	<u>3.992.446</u>

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 19)	8.947.900	4.968.686
Credores diversos:		
Remunerações a liquidar	551.630	265.687
Estado e outros entes públicos (Nota 18)	126.339	165.385
	<u>9.625.869</u>	<u>5.399.758</u>

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Saldos devedores (Nota 13)	Saldos credores (Nota 17)	Saldos devedores (Nota 13)	Saldos credores (Nota 17)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.043	15.504	97.754	67.046
Contribuições para a Segurança Social	-	45.417	-	49.864
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	65.418	-	48.475
	<u>2.043</u>	<u>126.339</u>	<u>97.754</u>	<u>165.385</u>

19. PARTES RELACIONADAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, e as transações efetuadas nos exercícios findos naquelas datas com partes relacionadas (empresas pertencentes ao Grupo Prisa), são conforme segue:

Saldos com empresas relacionadas:

	2012			
	Clientes e outras contas a receber (Nota 12)	Outros ativos correntes (Nota 13)	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 16)	Outros passivos correntes (Nota 17)
Empresa-mãe de topo:				
Prisa	4.515	121.406	2.680.512	-
Empresa-mãe:				
VERTIX	-	2.395	-	5.768.415
	<u>4.515</u>	<u>123.801</u>	<u>2.680.512</u>	<u>5.768.415</u>
Empresas participadas:				
PLURAL Entertainment Portugal, S.A. ("PLURAL")	166.741	358.258	-	-
MCP - MÉDIA CAPITAL PRODUÇÕES, S.A. ("MCP")	101.821	-	-	484.902
RÁDIO COMERCIAL, S.A. ("COMERCIAL")	28.242	658.324	-	-
FAROL MÚSICA – Sociedade de Produção e Edição Audiovisual, Lda. ("FAROL")	25.099	7.464	27	141.314
MEDIA CAPITAL – Editora Multimédia, S.A. ("MULTIMÉDIA")	19.235	4.397	1.192	202.101
Publipartner - Projectos de Media e Publicidade, Unipessoal, Lda. ("Publipartner")	699	312	-	12.145
MEDIA CAPITAL - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A. ("MC SERVIÇOS")	534	251.676	173.742	115.959
RVA - Rádio Voz de Alcanena, Lda. ("Rádio Voz de Alcanena")	449	-	-	-
Drums Comunicações Sonoras, S.A. ("Drums")	191	-	-	-
Radio Nacional - Emissões de Radiodifusão, S.A. ("Rádio Nacional")	191	-	-	-
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES INVESTIMENTOS - SGPS, S.A. ("MCP INVESTIMENTOS")	105	-	-	59.062
TVI – Televisão Independente, S.A. ("TVI")	-	10.460.692	7.303	685.711
Meglo	-	4.131.044	-	697.308
EMAV – Empresa de Meios Audiovisuais, Lda. ("EMAV")	-	94.547	-	-
EPC – Empresa Portuguesa de Cenários, Lda. ("EPC")	-	24.640	-	-
MCME - Média Capital Música e Entretenimento, S.A. ("MCME")	-	16.733	-	-
CASA DA CRIAÇÃO – Argumentos para Audiovisual, Lda. ("CASA DA CRIAÇÃO")	-	15.243	-	-
IOL NEGÓCIOS - Serviços de Internet, S.A. ("IOL Negócios")	-	1.230	1.169	48.649
MCR II - Média Capital Rádios, S.A. ("MCR II")	-	-	-	364.169
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – Emissões de Radiodifusão, S.A. ("REGIONAL")	-	-	-	132.353
R. CIDADE – Produções Audiovisuais, S.A. ("CIDADE")	-	-	-	124.341
Rádio XXI, Lda. ("XXI")	-	-	-	68.404
CLMC – Multimedia, S.A. ("CLMC")	-	-	-	26.150
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - Produção de Eventos, Lda. ("ENTERTAINMENT")	-	-	-	16.917
	<u>343.307</u>	<u>16.024.560</u>	<u>183.433</u>	<u>3.179.485</u>
Outras empresas:				
Promotora General de Revistas, S.A.	255	86.368	-	-
Ediciones EL Pais SL	-	298	-	-
PRISA TELEVISIÓN, S.A.U.	-	-	89.097	-
Santillana Editores, S.A.	-	-	625	-
	<u>255</u>	<u>86.666</u>	<u>89.722</u>	<u>-</u>
	<u>348.077</u>	<u>16.235.027</u>	<u>2.953.667</u>	<u>8.947.900</u>

Contas Individuais

	2011			
	Cientes e outras contas a receber (Nota 12)	Outros ativos correntes (Nota 13)	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 16)	Outros passivos correntes (Nota 17)
Empresa-mãe de topo:				
Prisa	-	144.840	1.743.252	-
Empresa-mãe:				
VERTIX	-	9.097	-	217.085
	-	153.937	1.743.252	217.085
Empresas participadas:				
PLURAL	209.972	498.405	-	268.501
PLURAL Espanha	54.725	-	-	-
MCP	52.772	-	-	237.187
CLMC	35.350	21.792	-	859.584
MULTIMÉDIA	29.088	62.019	-	240.013
FAROL	27.035	3.215	-	337.749
COMERCIAL	24.745	738.748	-	53.369
Publipartner	1.129	1.651	-	19.718
Meglo	-	6.986.174	1.710.350	1.383.427
TVI	-	2.808.394	-	103.549
EMAV	-	110.885	-	90.548
MCS SERVIÇOS	-	108.081	91.961	55.540
MCP INVESTIMENTOS	-	77.300	-	161.295
EPC	-	66.816	-	68.903
RETI	-	48.148	-	45.834
ENTERTAINMENT	-	38.238	-	40.635
MED CAP	-	34.172	6.504	1.364
XXI	-	14.387	-	12.982
MCME	-	13.726	-	-
IOL Negócios	-	9.143	3.506	29.241
CASA DA CRIAÇÃO	-	5.270	-	15
Lúdicodrome	-	153	-	78
MCR II	-	-	-	299.459
CIDADE	-	-	-	226.463
REGIONAL	-	-	-	216.147
	434.816	11.646.717	1.812.321	4.751.601
Outras empresas:				
Promotora General de Revistas, S.	-	39.800	-	-
PRISA TELEVISIÓN, S.A.U.	-	-	5.712	-
Santillana Editores, S.A.	-	-	627	-
	-	39.800	6.339	-
	434.816	11.840.454	3.561.912	4.968.686

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as contas a receber da Meglo resultam do suporte financeiro à atividade da participada e são exigíveis no curto prazo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, incluem um montante de 1.228.517 Euros, os quais respeitam a dividendos atribuídos à Empresa pela sua participada e ainda não recebidos (Nota 11).

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a pagar à Vertix resultam, essencialmente, de um empréstimo obtido no valor de 5.460.000 Euros, o qual se vence no curto prazo e vence juros a taxas normais de mercado para operações similares.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as contas a receber registadas na rubrica “Clientes e outras contas a receber”, resultam da faturação emitida (*Management Fees*) pela Empresa no âmbito da sua atividade de prestadora de serviços de gestão de participações sociais.

Os aumentos dos montantes apresentados em outros ativos e passivos correntes, excluindo as contas a receber da Meglo, decorrem, essencialmente, do apuramento de Imposto sobre o Rendimento no âmbito do RETGS (Nota 8).

Transações com partes relacionadas:

	2012				
	Prestações de serviços	Outros Rendimentos operacionais	Rendimentos financeiros (Nota 7)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 5)	Gastos financeiros (Nota 7)
Empresa-mãe de topo:					
Prisa	-	-	-	957.419	-
Empresa-mãe:					
VERTIX	-	7.788	-	-	191.330
	-	7.788	-	957.419	191.330
Empresas participadas:					
TVI	2.865.728	126.948	-	-	-
PLURAL	811.621	60.204	-	855	-
PLURAL Espanha	477.096	-	-	-	-
COMERCIAL	274.910	33.637	-	-	-
MCP	245.740	-	-	-	-
MULTIMÉDIA	93.581	42.900	-	11.628	-
FAROL	81.278	36.408	-	22	-
Publipartner	6.810	3.048	-	-	-
CLMC	(446)	-	-	-	-
MCS SERVIÇOS	-	26.712	-	824.661	-
IOL Negócios	-	12.000	-	21.250	-
Meglo	-	-	306.742	-	-
	4.856.318	341.857	306.742	858.416	-
Outras empresas:					
Promotora General de Revistas, S.	-	32.390	-	-	-
PRISA TELEVISIÓN, S.A.U.	-	-	-	81.728	-
	-	32.390	-	81.728	-
	4.856.318	382.035	306.742	1.897.563	191.330

	2011				
	Prestações de serviços	Outros Rendimentos operacionais	Rendimentos financeiros (Nota 7)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 5)	Gastos financeiros (Nota 7)
Empresa-mãe de topo:					
Prisa	-	-	-	1.162.363	-
Empresa-mãe:					
VERTIX	-	8.352	-	-	217.085
	-	8.352	-	1.162.363	217.085
Empresas participadas:					
TVI	2.667.708	172.128	-	-	-
PLURAL Espanha	656.700	-	-	-	-
PLURAL	656.889	68.760	-	-	-
COMERCIAL	233.791	50.821	-	-	-
MCP	221.720	-	-	-	-
CLMC	163.767	20.196	-	934	-
FAROL	125.612	31.368	-	-	-
MULTIMÉDIA	91.672	154.607	-	14.128	-
Publipartner	4.860	3.276	-	-	-
MCS SERVIÇOS	-	27.653	-	723.412	-
IOL Negócios	-	12.000	-	11.400	-
MED CAP	-	1.380	-	50.668	-
Meglo	-	-	410.245	700.087	-
	4.822.719	542.189	410.245	1.500.629	-
Outras empresas:					
Promotora General de Revistas, S.	-	41.288	-	2.200	-
Santillana Editores, S.A.	-	-	-	36	-
	-	41.288	-	2.236	-
	4.822.719	591.829	410.245	2.665.228	217.085

20. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS CHAVE DA EMPRESA

Os membros chave da Empresa e das suas subsidiárias são os membros do Conselho de Administração, sendo que as remunerações auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram de 1.796.114 Euros (2.489.385 Euros em 2011).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as remunerações referidas dividem-se em remunerações fixas de 1.684.022 Euros e remunerações variáveis de 112.092 Euros (1.837.469 Euros e 651.916 Euros, respetivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 foi atribuída uma remuneração variável por uma das subsidiárias da Empresa, no montante de 491.582 Euros, a qual apenas foi liquidada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A totalidade das remunerações auferidas pelos membros chave da Empresa e suas subsidiárias corresponde a benefícios de curto prazo. As remunerações dos referidos membros chave são determinadas pela Comissão de Remunerações da Empresa, tendo em consideração parâmetros relativos à performance individual.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros são conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros (Notas 12 e 13)	16.595.027	12.384.030
Caixa e seus equivalentes (Nota 14)	39.474	70.874
	<u>16.634.501</u>	<u>12.454.904</u>
 <u>Passivos financeiros:</u>		
Contas a pagar a terceiros (Notas 16 e 17)	<u>19.204.395</u>	<u>10.467.192</u>

O principal risco financeiro que o Grupo Media Capital se encontra exposto refere-se, essencialmente, ao risco de crédito. Este risco está, essencialmente, relacionado com as contas a receber de partes relacionadas resultantes das operações de gestão faturadas às diversas empresas do Grupo, bem como do apuramento do imposto sobre o rendimento do Grupo, o qual procura ser minorado pela política de pagamento instituída. Este risco é monitorizado numa base regular pela Empresa com o objetivo de:

- Garantir o cumprimento da política de pagamentos definida;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a condição financeira das partes relacionadas numa base regular.

22. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram faturados pelo Revisor Oficial de Contas 21.500 Euros, sendo exclusivamente referentes à revisão legal das contas anuais da Empresa.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de 351.281.843 Euros e capital próprio de 126.091.581 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 11.939.063 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados, dos rendimentos integrais, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus rendimentos integrais consolidados, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, os seus resultados ou os seus rendimentos integrais.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método de equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, os seus rendimentos integrais consolidados, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo Media Capital, SGPS, S.A. nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2013

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e sobre as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 da Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 191.175.756 Euros e capital próprio de 171.971.361 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.228.070 Euros, as demonstrações dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os seus rendimentos integrais, os seus fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira ou os seus rendimentos integrais.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Grupo Media Capital, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, os seus rendimentos integrais, os seus fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação nos termos da legislação em vigor. Conforme previsto nos IAS/IFRS e indicado na Nota 2.5, os investimentos financeiros em empresas do grupo são apresentados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, quando estas se verificarem. Assim, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação de activos, passivos, capital próprio e resultados da empresa participada, o que será efectuado nas demonstrações financeiras consolidadas a aprovar em separado.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

1 Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da sociedade Grupo Média Capital, SGPS, S.A. vem pelo presente apresentar aos Senhores Accionistas o relatório sobre a sua acção fiscalizadora e, bem assim, dar o seu parecer sobre os Relatórios e Contas individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 bem como sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da sociedade à Assembleia Geral.

2 Fiscalização da Sociedade

Durante o exercício de 2012, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da actividade das sociedades integradas no Grupo Média Capital, tendo zelado pela observância da lei e do respectivo contrato de sociedade, a exactidão dos documentos de prestação de contas, verificado a regularidade dos registos contabilísticos, as políticas contabilísticas adoptadas, fiscalizando o processo de preparação e divulgação da informação financeira bem como a informação periódica que foi divulgada ao mercado.

A Comissão de Auditoria, no âmbito da sua actividade, analisou e avaliou durante o ano de 2012, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e do sistema de controlo interno, conforme implementados pelo Conselho de Administração da Sociedade, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do governo societário.

A Comissão de Auditoria acompanhou directamente a actividade desenvolvida pelos serviços de auditoria interna das sociedades integradas no Grupo Média Capital tendo recebido com periodicidade bimensal o reporte da informação e conclusões alcançadas pelos serviços de auditoria interna no âmbito dos trabalhos realizados, determinados e agendados conjuntamente com a Comissão de Auditoria. Não foi detectado qualquer facto digno de relevo no âmbito da actividade das referidas sociedades.

Por considerar que os sistemas de controlo interno e de auditoria tal como implementados na Sociedade são os adequados aos riscos identificados e a que a Sociedade se encontra exposta, a Comissão de Auditoria não considerou necessário apresentar propostas para ajustamentos ou alterações aos sistemas implementados.

A Comissão de Auditoria, no âmbito da sua actividade de fiscalização, não se deparou com quaisquer constrangimentos ao exercício da sua actividade.

Para efeitos do desempenho das suas competências, nos termos da lei e do contrato de sociedade, os membros da Comissão de Auditoria participaram em todas as reuniões do Conselho de Administração, tendo, durante o exercício de 2012, aquela Comissão reunido seis vezes.



Enquanto interlocutor da empresa e destinatário dos relatórios emitidos, a Comissão de Auditoria reuniu periodicamente com o Revisor Oficial de Contas no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria por ele efectuados e as conclusões atingidas, fiscalizando os trabalhos desenvolvidos pelo Revisor Oficial de Contas. No exercício de 2012, tendo-se procedido à designação dos órgãos sociais para novo mandato e no exercício das suas competências, a Comissão de Auditoria apresentou a proposta de designação para o cargo de Revisor Oficial de Contas na sequência da avaliação do seu desempenho, salvaguardando a necessária independência daquele órgão.

3 Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º n.º 1, c) aplicável por força do disposto no artigo 8.º n.º 1, alínea a) do Regulamento da CMVM n.º 5/2008 (Deveres de Informação), os membros da Comissão de Auditoria declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

4 Parecer sobre os relatórios e contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração

A Comissão de Auditoria examinou as propostas do Conselho de Administração, a apresentar ao Senhores Accionistas, o Relatório de Gestão e as demonstrações individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os quais incluem as demonstrações da posição financeira individual e consolidada, a demonstração consolidada dos resultados, as demonstrações individuais e consolidadas dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respectivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia.

Adicionalmente, analisou as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria concorda com as Certificações Legais das Contas individuais e consolidadas elaboradas pelo Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria analisou ainda o Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2012 preparado pelo Conselho de Administração, o qual se encontra em anexo ao Relatório de Gestão, verificando que foi preparado em cumprimento do disposto no Regulamento 1/2010 (Governo das Sociedades Cotadas) conforme emanado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e inclui, entre outros, os elementos constantes do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Em face do exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Relatório de Gestão em 31 de Dezembro de 2012, bem como a proposta de aplicação dos resultados expressa no Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis pelo que recomenda a sua aprovação pelos Accionistas.

Queluz de Baixo, 20 de fevereiro de 2013

A Comissão de Auditoria,

Tirso Olazábal (Presidente)

Jaime Roque de Pinho D' Almeida

Pedro Garcia Guillén